

**MONTAGENS
E DESMONTAGENS:
VERGONHA, ESTIGMA
E DESEJO NA CONSTRUÇÃO
DAS TRAVESTILIDADES NA
ADOLESCÊNCIA**

**ALUNO:
TIAGO DUQUE**

**ORIENTADOR:
PROF. DR. RICHARD MISKOLCI**

MAIO DE 2009

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**MONTAGENS E DESMONTAGENS:
VERGONHA, ESTIGMA E DESEJO NA CONSTRUÇÃO DAS
TRAVESTILIDADES NA ADOLESCÊNCIA**

Tiago Duque

SÃO CARLOS
2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**MONTAGENS E DESMONTAGENS:
VERGONHA, ESTIGMA E DESEJO NA CONSTRUÇÃO DAS
TRAVESTILIDADES NA ADOLESCÊNCIA**

Tiago Duque

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Richard Miskolci

SÃO CARLOS
2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

D946md

Duque, Tiago.

Montagens e desmontagens : vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência / Tiago Duque. -- São Carlos : UFSCar, 2009.
163 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Gênero. 2. Adolescência. 3. Teoria Queer. 4. Desejo. 5. Vergonha. 6. Estigma (Psicologia social). I. Título.

CDD: 302.5 (20ª)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676 13565-905 São Carlos - SP
Fone/Fax: (16) 3351 8673 www.ppgs.ufscar.br Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Tiago Duque

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada a Universidade Federal de São Carlos, no dia 20 de maio de 2009 as 14h00, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 20 de maio de 2009.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Richard Miskolci
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Profa. Dra. Maria da Gloria Bonelli
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Profa. Dra. Larissa Maués Pereira

Pró-Reitor de Assuntos de Gênero (PAGG)
Universidade Estadual de Campinas
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Júlio de Assis Simões
Universidade de São Paulo (USP)

Para uso da CPG

Homologado na 12.^a Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 19/08/2009

Profa. Dra. Maria da Gloria Bonelli
Coordenadora do PPGS

Para a amiga e confidente, Janaina Lima,
com admiração e respeito.

Agradecimentos

Aos meus avós, analfabetos, e à minha mãe, por terem me ensinado, desde criança, a gostar e valorizar os estudos.

Ao meu companheiro, Marcelo dos Santos, pela paciência e compreensão nas minhas ausências ao longo dos últimos meses. A ele, meu amor e carinho.

Ao Prof. Dr. Pe. José Trasferetti, por ter me apresentado à travesti Denise Martins, grande e querida amiga. Aos dois, meu muito obrigado por terem me seduzido às reflexões de Gênero e Sexualidade, no ano de 1998, durante as atividades das aulas de Moral Social, do curso de Ciências Religiosas da PUC Campinas.

Aos professores do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da PUC Campinas, pela competência e dedicação, em especial ao Prof. Dr. Agenor José Teixeira Pinto Farias, que, em 2005, me orientou no Trabalho de Conclusão de Curso junto às travestis de Campinas.

Aos amig@s que trabalharam comigo no Programa de Enfrentamento a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, principalmente aqueles que exercitaram a desconstrução dos projetos de vida idealizados para estes jovens, muito obrigado pela esperança sempre acesa.

Aos Amig@s do Núcleo de Educação e Comunicação Social, do Programa Municipal DST/Aids de Campinas, pelo cuidado, amizade e confiança, que embalaram as suas torcidas em todos os momentos desta pesquisa.

Aos amgi@s do Identidade - Grupo de luta pela diversidade sexual, minha comunidade de fé, que tem me ensinado a viver na diferença, buscando um outro mundo possível.

À querida Lola (César Gomes Alves), por ter enfrentado comigo a *pista* e as reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), além de ter me ensinado tanto sobre prazeres e intensidades, a minha eterna amizade. Nunca me esquecerei de suas *lolisses*.

Ao amigo Silvio Amaral, pela sensibilidade e escuta nos meus momentos de ansiedade, muito obrigado.

À querida Bete Zuza, pelos livros emprestados, e pelo roteiro de leitura despretenso que me levou para fluxos muito prazerosos.

Ao Paulo Reis, pelos momentos de desbunde, quando eu e ele estávamos exaustos de *fazer a linha Foucault*.

Ao Rodrigo Braga, pelas partilhas dos afetos, alegrias e dores de ter que se dividir entre os textos acadêmicos e os manifestos políticos, amigo que me ensinou inglês e muito mais, meu carinho e respeito.

À inclassificável Janaina Lima, a quem dedico este trabalho, amiga de todas as horas, pela perseverança nas travestilidades e carinho na luta por um mundo mais queer.

Ao Oswaldo Lara, pela acolhida, poso e agradável companhia nas noites quentes e frias de São Carlos.

À Dulce, por ter me proporcionado um retiro intelectual na Ilha de Santa Catarina e às demais amigas do LETRAVIVA, povo que tem me ensinado a olhar para os espaços de educação não formal e suas potencialidades.

À tod@s @s adolescentes que participaram desta pesquisa, pela disponibilidade, confiança e amizade construída entre uma *montagem* e outra, ou entre cada intervenção corporal em busca do “feminino travesti”.

Aos amig@s do grupo de pesquisa *Corpo, Identidade Social e Estética da Existência*, da UFSCar, que tornaram esta pesquisa menos solitária e eu mais corajoso.

À professora da UNICAMP Adriana Piscitelli, por ter me aceito como aluno especial na disciplina “Tópicos Especiais em Antropologia – Gênero, transnacionalização e mercado do sexo”, no segundo semestre de 2008. Muito obrigado pela acolhida!

À professora Dra. Maria da Glória Bonelli pelas críticas e sugestões dadas durante a banca de qualificação e defesa.

Ao professor Dr. Júlio Assis Simões por seus apontamentos críticos e sensíveis a respeito deste estudo, meu agradecimento pela leitura atenta e participação enriquecedora durante a banca de defesa.

À professora Dra. Larissa Pelúcio, pela amizade e apoio desde o início dos meus trabalhos até à banca de defesa, uma leitora fundamental dos meus escritos e que tem me ensinado muito sobre a vida e as travestilidades.

Ao meu orientador, professor Dr. Richard Miskolci, pelas objetivas e incansáveis críticas, fruto de uma solidariedade intelectual ímpar, que, ao longo dos últimos anos, tem me ensinado o quanto o desejo é aprendido, sem o qual eu não teria sido capaz de obter qualquer sucesso nessa pesquisa.

“Defendo que, para elaborar projetos de sociedades
verdadeiramente inclusivos,
temos que imaginar que nem todos os cidadãos vem a ser bons
e respondem conforme as expectativas de participação social
(educados, interessados, racionais e não frívolos).
É fundamental para qualquer projeto de transformação social
lidar com a complexidade,
e com os sujeitos que frustram”

Marcia Ochoa, 2004

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 01 – Da <i>finada</i> a <i>européia</i> : multiplicidade de experiências travestis na adolescência.....	30
1.1 O desenvolvimento da pesquisa.....	30
1.2 Rafaela, entre o seu discurso político contra a prostituição e o sucesso dos seus cabelos.....	37
1.3 Quem pode ser <i>européia</i> ? Daniele e a construção social do <i>glamour</i>	44
1.4 Sobre um morrer, virar e nascer travesti: no enterro de Giselle e na praça com Rodrigo.....	54
1.5 – A <i>drag</i> entra em cena: com vocês, Vagner e Gabriela.....	61
1.6 – Para além da rede: o caso de Vivian/Marcelo.....	72
CAPÍTULO 02 – <i>Montando</i> e <i>Desmontando</i> : novas travestilidades para tempos e espaços queer.....	76
2.1 Para analisar novas travestilidades.....	77
2.2 Em casa e na escola: “travesti não vive só de <i>pista</i> ”.....	79
2.3 Um “feminino travesti” com menos dor e suas implicações no negócio da <i>cafetinagem</i>	83
2.4 A <i>montagem</i> e a <i>desmontagem</i> na busca dos parceiros sexuais.....	87
2.5 “Lá pode ir montada?” Violência, trânsitos e desejos.....	93
2.6 Prostituição e transito entre “masculinidade viril” e “feminilidade travesti”: uma reflexão sobre insumos de prevenção às DST/aids como próteses de gênero.....	106
2.7 A aids como dispositivo para a <i>montagem</i>	115
CAPÍTULO 03 – Sobre a Vergonha e o Estigma: problematizando a socialização e as subjetividades travestis.....	127

3.1 Como surge a vergonha que cria o segredo.....	127
3.2 Pensando o “armário” na experiência travesti.....	132
3.3 Encobrimento e exposição a serviço das lógicas de normalização.....	138
3.4 Por que um menino se torna travesti? Críticas a uma pergunta que não se deve fazer.....	143
3.5 Rupturas e Permanências (a título de conclusão).....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
ANEXO	163

Fotos

01 - Rafaela de costas	41
02 - Daniele, poucas semanas antes de deixar o Brasil.....	48
03 - Daniele, poucos meses depois que chegou na Europa.....	48
04 – Protesto após assassinato de Giselle	56
05 - Gabriela, <i>desmontada</i>	63
06 - Gabriela, <i>montada</i>	63
07 – Léo Áquilla, <i>montado</i>	68
08 – Silvetty Montilla na Praça Bento Quirino.....	68
09 – Vivian brincando com amigos.....	74
10 - IBAMA: local de “pegação”.....	90
11 – Parque Portugal, conhecido como “Lagoa do Taquaral”.....	90
12 – Praça Bento Quirino	98
13 – Final de tarde na Praça Carlos Gomes.....	103
14 – Guardas Municipais, na Praça Carlos Gomes.....	105
15 – Rodrigo <i>fazendo a linha michê</i>	106
16 – Vagner <i>desmontado</i>	114
17 – Vagner, <i>montado em show</i>	121
Capa – Orkut de Gabriela, acessado em setembro de 2008.	

Mapas

01- Região Central de Campinas.....	108
-------------------------------------	-----

RESUMO

Esta pesquisa expõe e analisa algumas travestilidades na adolescência a partir de uma rede social da cidade de Campinas/SP. Por meio do referencial teórico da Teoria Queer e de pesquisa etnográfica que envolveu observação, entrevistas face a face e online, pelo MSN e Orkut, foca nos novos processos de travestilidades que têm sido construídos a partir de referenciais identitários diferentes da geração anterior, como a relativização do “estar vestido como mulher 24 horas por dia” e a restrição às aplicações de silicone líquido. Por meio das *montagens* e *desmontagens* do que se compreende socialmente como feminino e masculino, estas jovens têm buscado manipular identidades sociais de forma tática ou estratégica. Sob uma perspectiva que historiciza e contextualiza estes sujeitos do desejo em relação à sexualidade e ao gênero, a investigação aponta como suas experiências marcadas pela vergonha e pelo estigma têm encontrado na *montagem estratégica* uma nova forma de relação com o dispositivo do “armário”. A atenção ao caráter contextual e estratégico de suas identidades privilegia, também, uma compreensão sociológica de suas subjetividades que se efetiva em uma análise preliminar de como estas novas experiências corporais e subjetivas constituem um misto de resistência e inserção em códigos hegemônicos de sexualidade e gênero.

Palavras Chaves: adolescências, Teoria Queer, desejo, vergonha e estigma.

ABSTRACT

This research analyses some teenager travestilities in a social net in the city of Campinas, State of São Paulo, Brazil. The thesis follows a Queer theoretical approach with an ethnographic field that united observation, face to face interviews and also via Messenger and Orkut (an online social site). It focus on new travestilities identity processes that have been built with different references in comparison to older generations of Brazilian travesties: especially less interest in following the motto of “being dressed like a woman 24 hours” and a restriction in the use of liquid silicon. These teenagers have tried to manipulate their social identities – in a tatic and sometimes strategic way - through a process of building the feminine with the use of clothes, wigs and other accessories (montage) and taking them off to present themselves in a masculine performance (desmontagem). We adopt a historical and contextual perspective to understand how these teenager experiences marked by stigma and shame expresses ways of dealing with the “closet” apparatus. This perspective also emphasizes a sociological comprehension of their subjectivities. The thesis shows a preliminary analysis of how these new body and subjective experiences constitute a mix of resistance and insertion in hegemonic codes of sexuality and gender.

Key-Words: adolescences, Queer Theory, desire, shame and stigma

INTRODUÇÃO

Travesti: *Tô passada mona! Sabe quem vai por peito?*

Transexual: *Não, quem?*

Travesti: *O Rafinha!*

Transexual: *Nossa! Depois eu é quem sou a doente!?*

Travesti: *Ai! O mundo está perdido.*

Pesquisador: *Por que gente?*

Travesti: *Essas gays novinhas estão tudo botando peito e tomando hormônio. Estão tudo virando travesti. E, pior, tem aquelas travestizinhas virando gay.*

Transexual: *Eu já nem sei mais o que é o que. Tô loca!*

A multiplicidade das experiências de adolescentes travestis que vivem na cidade de Campinas tem sido objeto de questionamentos por muitas pessoas. Além dos olhares curiosos, desejantes ou de reprovação da população local, até mesmo as travestis de outras gerações dizem estranhar as mudanças, que as próprias adolescentes reconhecem como difíceis de compreender e tampouco conseguem explicar. Como mostra o diálogo acima, recolhido em campo, o cenário atual das sexualidades é amplo, diverso e de difícil mapeamento, pois as fronteiras das culturas sexuais estão em constante modificação e interpenetração: o gayzinho de hoje pode vir a se tornar travesti, a travesti jovem pode se tornar gay ou ainda decidir por se reconhecer como transexual.

Algo é certo, em nossos dias, as mudanças na esfera da sexualidade se associam a novas tecnologias corporais e a uma ampliação do debate para além das heterossexualidades. As possibilidades de construção do feminino têm trazido novas implicações identitárias para as travestis e tornado os corpos mais plásticos à construção e desconstrução do que se deseja. Entre as travestis, essas novidades não se dão de forma desconectada de padrões e práticas já legitimadas, o que contribui para a problematização do que é ser travesti. Assim, dentro deste contexto cambiante, a pesquisa foca na construção e desconstrução dos corpos, das identidades e suas relações com as experiências subjetivas de jovens travestis na cidade de Campinas. Nesta

cidade, a travestilidade na adolescência ganhou maior visibilidade nos últimos anos a partir de um conjunto de acontecimentos na região central e, especialmente, no bairro Bosque. A reação de moradores à presença e, sobretudo, à visibilidade das travestis nas ruas convida à compreensão deste episódio como uma manifestação de pânico moral.

Entendo pânico moral como a identificação coletiva de um fenômeno social considerado ameaçador à coletividade, em especial a seus valores e normas. Como afirma Richard Miskolci: “O que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um *status* valorizado como a família e o casamento” (2007: 112). A política simbólica que estrutura os pânicos morais

costuma se dar por meio da substituição, ou seja, grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto, porque ele representa, na verdade, outra questão. [...] Todo pânico moral esconde algo diverso e, ao invés de aceitar um temor social como dado, o pesquisador precisa desvelar o que reside por trás do medo (Ibidem: 114)

Stanley Cohen, na década de 1960, criou o conceito de pânico moral para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem ao rompimento de padrões normativos. Quando estes rompimentos se dão na esfera da sexualidade, eles se caracterizam como pânicos sexuais, fenômeno estudado em suas três maiores expressões históricas por Gayle Rubin, em seu já clássico artigo “Pensando sobre Sexo” (1984). Segundo a antropóloga norte-americana, estes foram o pânico criado em torno da prostituição, devido à epidemia de sífilis em fins do século XIX, o pânico homossexual, que marcou a década de 1950 e, por fim, aquele que provavelmente foi o maior de todos, ou seja, o pânico sexual da aids¹ nas décadas de 1980 e 1990.

¹ Uso a sigla “aids” em minúscula conforme Larissa Pelúcio e Richard Miskolci (2009), que, por sua vez, seguiram as orientações de Castilho (1997 citado em SILVA, Cristina Luci C. *Ativismo, Ajuda-mútua e Assistência – A Atuação das Organizações Não-Governamentais na luta contra a Aids*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1999). Ele argumenta que nomes de doenças são substantivos comuns, grafados com minúscula. Além disso, aqui o uso em minúsculas se deve

Estas ondas de pânico sexual tiveram repercussão em várias partes do mundo, além de características nacionais e até mesmo locais. No Brasil, o pânico da aids reforçou uma imagem negativa de homens gays, prostitutas, mas é difícil negar que dentre todos os grupos vistos como “perigosos” durante o período mais mortal da epidemia, o das travestis foi o mais apontado como disseminador do vírus HIV e, portanto, como uma suposta ameaça contaminadora à ordem social.

Na realidade local de Campinas, a manifestação de pânico sexual com relação ao suposto aumento incontrolável da prostituição travesti teve seu auge entre o final da década de 1990 e o início da seguinte. Esta manifestação pontual de temor sexual coletivo é reconstituível por meio das matérias jornalísticas e das observações que desenvolvi em campo sobre as abordagens policiais na *pista*. As intervenções de controle e repressão se deram sob falsas prerrogativas, dentre as quais destaco as de que este negócio crescente da prostituição se relacionava diretamente à exploração sexual de crianças e adolescentes² ou ainda seria vinculado ao tráfico de pessoas³, o qual – diziam moradores e autoridades - deveria ser combatido.

O pânico sexual com relação à presença e visibilidade das travestis nas ruas centrais e do Bairro Bosque serviu de impulso para esta investigação, pois trouxe à luz a existência de normas sociais rígidas, ainda que não claramente enunciadas. A reação pública contra as travestis convida a refletir sobre estas normas poderosas cuja mera ameaça de rompimento gerou uma manifestação de pânico sexual. Aparentemente, o fenômeno irrompeu devido ao “incômodo” causado pela prostituição das travestis nestas regiões de

a uma perspectiva crítica com relação ao pânico sexual criado em torno da aids. Como não há uma uniformidade na forma de grafar a referida palavra, nas citações reproduzidas ao longo dessa pesquisa respeito a forma escolhida por cada autor ou instituição.

² Em uma das edições, lia-se: “Esquema mantém sob ‘escravidão sexual’ até travestis adolescentes” (AZEVEDO & SILVA, 2004). Em outra edição do jornal, lia-se: “Campinas é ‘pólo de importação’ de travestis adolescentes; esquema é de exploração sexual” (AZEVEDO & SILVA, 2004a).

³ O atual Código Penal Brasileiro, em seu artigo V, refere-se ao tráfico de pessoas (internacional e interno). Nele é considerado tráfico simplesmente promover ou facilitar a entrada, no território nacional de pessoas que nele venham exercer a prostituição, ou a saída de pessoas que vão exercê-la no estrangeiro. Segundo Adriana Piscitelli (2006) a interpretação desta legislação brasileira têm levado à conclusão de que qualquer estilo de migração para trabalhar na indústria do sexo pode ser entendido como tráfico, afinal, na prática, os migrantes sempre requerem e recebem ajuda, que pode ser lida como favorecimento ou promoção da prostituição. Sobre a questão consulte também Grupo Davida (2007) e Agustín (2005).

Campinas e as confusões entre algumas delas e possíveis clientes, mas destaque que as reações evidenciaram que o problema estava principalmente na exibição de seus corpos transformados, *seminus*, na rua⁴.

Este conjunto de fenômenos, ou seja, a prostituição, as denúncias de exploração sexual de adolescentes e crianças, mas principalmente a reação à exposição pública de corpos que rompem normas de gênero, me incitaram a refletir sobre o que realmente se passava. Afinal, pânicos sexuais costumam esconder as normas e os agentes sociais que as defendem sob o freqüente apelo à moral e aos “bons costumes”. Além disso, eles também passam a moldar as formas de resistência dos que terminam perseguidos e até punidos.

Como os pânicos são apenas a expressão visível de temores já existentes na coletividade, é factível pensar que talvez seja a sexualidade em sua forma não desejada, na adolescência e em público, o que tenha sido transformado por diferentes sujeitos⁵ em pânico. Assim, é possível determinar quais valores e normas sociais estão em disputa no realinhamento do que a coletividade considera aceitável ou não em termos de comportamento e estilo de vida (MISKOLCI, 2007: 115); neste sentido, minha hipótese inicial é a de que se busca combater qualquer incentivo à travestilidade, especialmente na adolescência, ou controlar o que crianças veem ou presenciam, em nome de “valores familiares”. Isto é, por trás do temor e da recusa da travestilidade, reside a busca da manutenção e reprodução de uma forma idealizada e hegemônica de sexualidade.

⁴ Vale ressaltar que no Brasil, a nudez na rua é passível de punição penal e é perseguida até mesmo em contextos metropolitanos, além de não ser vista com bons olhos por muitas das próprias travestis. A despeito desta rejeição social da nudez dos corpos no mercado do sexo, é inegável nos discursos dos empreendedores morais uma particular rejeição aos corpos “diferentes” das travestis, nos quais o rompimento de padrões de gênero gera o desejo dos clientes e o temor de que sirvam de exemplo para outros.

⁵ Nos primeiros meses de 2005, houve forte pressão dos dois comandos policiais responsáveis pela região. As travestis eram obrigadas a caminhar de um lado para outro da avenida principal, que divide aquele bairro, até a exaustão. Pois, cada comando responsabiliza-se por um lado da Avenida Aquidabã. Assim, nenhum dos dois comandos autorizava a permanência das profissionais do sexo em suas respectivas regiões (DUQUE, 2005). Nenhuma destas ações atingiu seu objetivo. Outra postura para inibir as travestis e seus clientes de freqüentarem aqueles logradouros, em 2003, partiu dos moradores, que chegaram a fotografar as placas dos carros dos clientes e divulgar na internet (REI, 2003). No mesmo ano estes municípios realizaram uma passeata com *apitação* para expulsar as travestis das ruas (SILVA, 2003). Também em 2003, a Câmara dos Vereadores aprovou uma moção que “requer providências das polícias civil e militar em Campinas para a retirada de travestis da região do bairro Bosque dos Jequitibás” (Moção, 2003).

A hipótese acima parece corroborada pelo relato de um morador a um jornalista, no qual fica claro que a questão é moral, o pânico é em nome da ordem social que oferece status a família canônica e aos costumes mais conservadores: “Quem tem filhos ou filhas de qualquer idade não pode morar nesta região, pois os travestis ficam sem roupa quando chega a noite” (REI, 2003). Outro depoimento remete a real motivação para um pânico moral em relação às travestis em Campinas, é a fala de um dos vereadores da cidade durante um debate público na Câmara Municipal sobre a realidade de prostituição no Bairro Bosque:

em nome da democracia, nós temos que observar que fazem tremendos absurdos. Nós temos conosco, que ninguém pode interferir na liberdade de ir e vir, mas eu entendo também que essa liberdade de ir e vir não me dá o direito de exibir os meus dotes físicos em público diante das crianças, de famílias. Isso é uma questão de responsabilidade (DEBATE, 2003: 30).

O vereador prossegue fazendo uma crítica aos “programas humorísticos de mau gosto”. Para esta autoridade, estes programas em que homens estão constantemente se travestindo de mulheres: “é um incentivo também, que passa pela crise moral que passa o país. Não sou paladino da moralidade, nem da justiça, mas eu creio que, na verdade, se vai incentivando esta prática” (Ibidem: 32).

Neste contexto local, em meio às reações repressoras e de controle, os adolescentes com os quais convivi durante a pesquisa desenvolveram formas diversas de enfrentar as rejeições àqueles que buscam uma vivência da sexualidade e uma construção dos corpos em contradição com as normas socialmente compulsórias. Para analisar tal construção dos corpos destes sujeitos, ou nas palavras das travestis, a *montagem* do feminino, proponho, nesta pesquisa, pensar em ações estratégicas de *montagens* mantidas por estes adolescentes.

Segundo Marcos Benedetti, *montagem* é o ato de vestir-se com roupas de mulher. Este termo êmico diz respeito a “um processo de manipulação e construção de uma apresentação que seja suficientemente convincente, sob o ponto de vista das travestis, de sua qualidade feminina” (2000: 60). O convencimento é garantido também através de outras ações que

podem compor a *montagem* em um sentido mais amplo, como os hormônios femininos adotados por travestis desde o final da década de 1960 (GREEN, 2000), e a técnica de aplicação do silicone líquido que, segundo informações do campo, na cidade de Campinas teve seu auge nas décadas de 1980 e 1990.

A partir disto, este estudo segue o modelo construtivista de compreensão da sexualidade, o qual se desenvolveu nas últimas décadas nas ciências sociais e humanas em vertentes teóricas que compreendem a sexualidade como construção social e histórica, a começar pelo texto da socióloga britânica Mary McIntosh sobre o que então se compreendia como “The Homosexual Role” (O papel homossexual, 1968), passando pelo ponto de viragem nestes estudos gerado pela publicação, em 1975, de “O Tráfico de Mulheres. Notas sobre a economia política do sexo”, de Gayle Rubin e, sobretudo, por *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (1976) de Michel Foucault⁶.

Na perspectiva aqui adotada, a sexualidade é compreendida como um dispositivo histórico de poder que, por meio de saberes e práticas sociais a eles vinculadas, procura ordenar os corpos. Um dispositivo é um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, uma verdadeira rede que se estabelece entre elementos tão diversos como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições morais (FOUCAULT, 2007: 116-117).

A filiação deste estudo a uma perspectiva foucaultiana também já se dá informada pelas inovações que sua obra suscitou nos estudos norte-americanos sobre sexualidade a partir do final dos anos 1980, ou seja, pela Teoria Queer. O queer é uma categoria local estadunidense que pode significar excêntrico, esquisito, diferente; bem como o pervertido sexual, marginal, estigmatizado ou anormal. Nas palavras de Marcia Ochoa, “é como te chamavam na escola quando queriam tirar sarro de você”. O termo queer viajou muito, mediante a hegemonia teórica que permite publicação e circulação de textos estadunidenses por todo o mundo, mas não tem a mesma ressonância nos outros lugares (2004: 254). Ochoa propõe chamar a atenção

⁶ Para uma revisão histórica da forma como a sexualidade foi pensada pelas ciências humanas, em particular a sociologia, desde o final do século XIX até o presente consulte o artigo “A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização” (2009) de Richard Miskolci.

para as nossas próprias categorias locais de rechaço social ao invés de buscarmos traduções de queer. Assim, ganharíamos mais em exercícios investigativos que atentassem para nossos próprios xingamentos, seus próprios escândalos e as questões locais em que eles se inserem (Ibidem: 254).

A despeito das polêmicas e divergências interpretativas sobre a Teoria Queer e suas manifestações nos movimentos sociais, é certo que ambas diferem dos estudos de minorias sexuais ou de sua defesa em termos identitários. Diferentemente do movimento LGBT⁷, que assumiu identidades como um pré-requisito necessário para efetivar intervenções políticas, a Teoria Queer as tomam como provisórias e contingenciais. Segundo Annamarie Jagose, o queer acessa uma teorização de identidade pós-estruturalista, apontando para uma crescente consciência das limitações das categorias identitárias em termos de política de representação. Assim, o queer origina uma nova forma de identificação pessoal e organização política (1996: 77-78), sem deixar de lado experiências de gays e lésbicas, mas incluindo todas aquelas identificações sexuais que não são consideradas normais ou aceitas (Ibidem: 98).

No Brasil, em parte do Movimento Social LGBT, o queer parece ter sido esvaziado do seu real conteúdo político, pelo menos entre as lideranças de destaque nacional. O queer é visto por uns como ameaçador a conquistas de direitos civis afirmativos como a união civil e adoção por casais gays ou lésbicos. Outros usam do discurso queer, passando uma imagem de ativismo conectado aos movimentos internacionais, para legitimar ações ainda marcadas em questões fortemente identitárias. Este processo de esvaziamento político também tem ocorrido na França e de forma ainda mais acentuada.

⁷ LGBT é uma sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, categorias identitárias que o movimento social brasileiro tem utilizado para reunir diferentes experiências de sexualidade e gênero ainda que em alguns contextos se assumam as multiplicidades de experiências dentro de cada uma delas. É freqüente estas categorias classificatórias serem usadas pelos militantes como sendo fixas e ahistóricas. Utilizo o termo Movimento Social, mas compreendo que desde o início dos anos 1990, muitos Movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática na qual a idéia de mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais (GOHN, 2005: 83).

Segundo Beatriz Preciado (CARRILLO, 2007), a fórmula queer foi absorvida lá como uma expressão *fashion & Chic* da cultura gay. A autora se refere à popularizada expressão *Queer de luxe*. Isto também já é observável em meios de comunicação brasileiros, como as novas revistas voltadas ao público jovem gay, especialmente aquelas voltadas para as classes mais privilegiadas economicamente.

No universo acadêmico, desde sua origem no contexto norte-americano de fins da década de 1980, a Teoria Queer altera o foco de uma exclusiva preocupação com a opressão e libertação dos sujeitos homossexuais para a análise das práticas institucionais, da produção dos conhecimentos sobre a sexualidade, e do modo como eles organizam a vida social. A Teoria Queer atenta, em particular, para o modo como esses conhecimentos e práticas sociais oprimem diferenças (SEIDMAN, 1996: 13).

Segundo Richard Miskolci e Larissa Pelúcio, a Teoria Queer busca apontar e compreender o conflito entre os sujeitos e a ordem de gênero vigente. Segundo estes autores, o seu

compromisso político é o de evidenciar a produção de diferentes identidades não categorizáveis e a necessidade de mudar o repertório existente para que os indivíduos qualificados como menos-humanos, perseguidos, até mesmo assassinados, possam encontrar um mundo habitável e mais acolhedor (2006: 265).

Portanto, a Teoria Queer volta-se para a compreensão dos processos de categorização sexual e sua desconstrução (GAMSON, 2006: 347) focando nas maneiras como a distinção homossexual/heterossexual serviu de base para a classificação, controle e até discriminação de sujeitos contemporâneos. Além disso, o queer visibiliza o caráter compulsório da heterossexualidade, a forma como ela embasa saberes e práticas sociais e, sobretudo, como a humanidade é prescritiva e só é reconhecida dentro de normas socialmente compulsórias, mas que, por serem históricas e culturais, são passíveis de crítica e transformação.

Para Guacira Lopes Louro, os teóricos queer, ao elegerem a desconstrução como procedimento metodológico, apostam em um modo de analisar, questionar e desestabilizar binarismos lingüísticos e conceituais.

Ainda que trate de binarismos tão seguros como homem/mulher, masculinidade/feminilidade:

A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos pólos. Trabalhando para mostrar que cada pólo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada pólo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido. A operação sugere também o quanto cada pólo é, em si mesmo, fragmentado e plural (2004: 43).

Esta filiação teórica possibilita reconhecer como objeto de pesquisa sujeitos com uma identidade sem essência, sempre ambíguos e relacionais, mas especialmente alargar o olhar para além dos sujeitos e focar nas normas que permeiam suas experiências constitutivas (MISKOLCI, 2009). Considerando que o queer é uma crítica à identidade (JAGOSE, 1996: 131), aqui ele serve para entender os processos em que se inserem aqueles que estão fora dos marcos normativos, ou seja, para pensar os sujeitos que não possuem nenhuma trajetória reprodutiva, moral ou economicamente fixa (OCHOA, 2004: 254).

As características apontadas como queer – a rejeição social devido ao rompimento de normas sexuais e de gênero - definem muito da história e da forma contemporânea das experiências sociais das travestis brasileiras. Historicamente, a origem do termo travesti data de 1910, ano de publicação do livro *Die Transvestiten*, um dos mais importantes e completos estudos científicos sobre sexualidade e vestimentas, escrito por Magnus Hirschfeld. Naquela época, sob a perspectiva médica da sexologia, os termos “travesti” e “travestismo” se referiam ao impulso para usar as roupas do sexo que não pertence à estrutura relativa a seu corpo como um fim em si mesmo (LEITE JÚNIOR, 2008: 104)⁸.

⁸ Segundo Leite Júnior, Hirschfeld, interpretando este impulso como uma forma de “expressão da personalidade íntima”, cria uma nova categoria de “desvio” sexual que passa a ser não tanto na aparência externa, ou seja, no uso das roupas “cruzadas”, mas a disposição psíquica interior que leva a isso. “É apenas graças a esta psicologização e conseqüente subjetivação da troca de vestuários entre os sexos que nasce o moderno conceito de ‘travesti’ relacionado ao campo da sexualidade” (2008: 105). Leite Júnior, assim como Wilian Siqueira Peres (2005), destaca um outro dado importante das pesquisas de Hirschfeld, que é o autor dissociar as hoje chamadas “orientações sexuais”, ou seja, sentir atração sexual por pessoas do “mesmo” sexo, do sexo “oposto” ou por ambos, do desejo de usar roupas do sexo oposto. “Uma coisa passa a ser por quem a pessoa sente atração sexual, e outra, distinta, o prazer decorrente do uso das

A origem do termo “travestismo”, no final do século XIX e início do século XX, revela que, independentemente do que ser masculino ou feminino possa significar para o período, o importante é que fossem representados e atualizados em conformidades com os sexos considerados correspondentes: homens com masculinidade e mulheres com feminilidade, sendo qualquer perturbação desta linearidade um “desvio” (Ibidem: 90). Isto se dava de forma mais ferrenha devido ao fato de que a sexualidade, até meados do século XX, era predominantemente encarada como fenômeno biológico e natural.

Em uma perspectiva sociológica, hoje compreendemos a sexualidade como histórica e culturalmente variável, além de ser uma das formas mais poderosas de diferenciação social e vetor de maneiras diversas de desigualdade. Assim, podemos compreender que as travestis e a cultura sexual que as caracteriza têm pouco em comum com o quadro apresentado de forma universal e determinista pela sexologia de início do século XX. No Brasil, em especial, as travestis constituem uma das expressões de nossa cultura sexual própria, tendo, portanto, uma história particular.

Segundo João Silvério Trevisan (2004), o termo “travesti” se popularizou no Brasil na década de 1960, devido ao fenômeno do “travestismo”, ou do “travestir-se”. O auge deste fenômeno ocorreu neste período devido à relação estreita entre aqueles que se entendiam por travestis e o *showbusiness*. Este processo de popularização iniciou-se na década anterior (1950), porque “Os empresários do entretenimento começaram a visar os homossexuais para seus bailes à fantasia, anunciando sua presença nos eventos e incentivando o comparecimento de travestis” (GREEN, 2000: 345). Isso se dava porque, segundo James N. Green, os bailes de carnaval⁹ que aceitavam a participação de homossexuais recebiam ampla cobertura da imprensa. Travestis *glamourosos* surgiram desses bailes para atuar nas produções teatrais tradicionais que atraíam o grande público (Ibidem: 253).

vestimentas do outro sexo, independente da interação erótica com outro indivíduo” (Ibidem:102).

⁹ Sobre o travestismo no ambiente carnavalesco da década de 1930 a 1950, Green aponta para dois grupos distintos: os “homens de verdade” e os homossexuais efeminados. Os primeiros prestavam roupas de irmãs, esposas ou namoradas, deixavam à mostra sinais de masculinidade como pelos nas pernas, peito ou barba, se apresentavam com gestos estereotipados; os segundos, por sua vez, mostram que “são mais femininos e delicados do que as próprias mulheres” (2000: 334-335).

Green relata que, até a década de 1940, o “travestismo” em público era visto como uma violação do Código Penal, assim, o carnaval e seus bailes de máscara surgiam como a grande oportunidade para desafiar os costumes, pois restrições legais a esta atitude eram temporariamente suspensas (2000: 86).

Os bailes e o *glamour* dos shows deste período ainda influenciam, ao menos em parte, o comportamento e a estética das travestis com as quais convivi. Estas saídas em público durante os dias carnavalescos envolvem um investimento tanto subjetivo como econômico na produção da fantasia e é comum relatarem que esperam todo o ano ansiosamente pela chegada do carnaval e, atualmente, também pelas Paradas do Orgulho LGBT. Não por acaso, durante estes eventos, as travestis são mais visíveis, por isso, “invariavelmente, todas as descrições ou análises sobre o carnaval fazem pelo menos uma referência *en passant* a travestis, já que a inversão de gênero é representada quase sempre como a própria personificação do espírito carnavalesco” (KULICK, 2008: 22).

A despeito dessas referências históricas feitas por alguns dos poucos estudiosos sobre as travestis brasileiras, não é possível pensar a história das experiências dos sujeitos que são o foco neste estudo como uma sucessão de acontecimentos lineares que os colocam como frutos de longínquos períodos históricos. Isto resvalaria para uma espécie de resquício de essencialismo nos estudos de identidade, isto é, uma noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais. Compreendo a experiência – subjetiva, identitária e corporal - das travestis com quais convivi a partir da asserção da socióloga britânica Avtar Brah de que, ao contrário da “idéia de um ‘sujeito da experiência’, já plenamente constituído a quem as ‘experiências acontecem’, a experiência é o lugar da formação do sujeito” (BRAH, 2006: 360).

Em outras palavras, como afirmou anteriormente a historiadora feminista Joan W. Scott, não são os sujeitos que constroem a experiência, mas as experiências que os tornam possíveis. Assim, tomo “experiência” não como a origem da minha explanação, “não como a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre

experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz” (1998: 304).

Ao valorizar esta constatação sociológica e histórica, não é possível associar as travestis do presente ao fenômeno do travestismo masculino teatralizado do Brasil colônia relatado por Trevisan¹⁰, tampouco inferir que as travestis que conheci tenham surgido a partir das experiências de travestismo nos espaços públicos dos bailes de máscaras descritos por Green. De forma diversa, tive que reconstituir por meio etnográfico, as experiências que forjaram os sujeitos com os quais convivi. Daí minha investigação ter sido levada a considerar os espaços contemporâneos de prostituição destes sujeitos, não acreditando também que eles sejam originários do mercado do sexo, mas atentando para este universo que foi apresentado em várias pesquisas anteriores como sendo o principal destino, muitas vezes tido como o único, para a sociabilidade da experiência das travestis no Brasil (SILVA, 1993; BENEDETTI, 2000; DUQUE, 2005; PERES, 2005; PELÚCIO, 2007; KULICK, 2008)¹¹.

Ainda que muitas travestis não tenham vínculo ou práticas no mercado do sexo, meu campo mostrou que continua forte a presença de referências da prostituição em suas experiências. A associação das travestis com a prostituição no Brasil é tão forte que poderia se dizer, segundo Leite Júnior, que já é “oficial”, considerando que, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego, encontra-se o número 5198: “Profissional do sexo - Garota de programa, Garoto de programa,

¹⁰ Trevisan cita que isto ocorria em 1780, sob o reinado de Dona Maria I, devido à proibição legal de mulheres atuarem nos palcos. Esta proibição tinha o objetivo de proteger moralmente as mulheres, visto a marginalidade que vivia o teatro colonial, sob a direção de cômicos e empresários mal vistos desse período da história. Este autor chega a afirmar que, “consagrada no ambiente teatral, a prática profissional do travestismo ocorria num contexto social nada inocente de disseminação da pederastia, que com certeza lhe adiciona conotações não exclusivamente profissionais” (2004: 238).

¹¹ Porém, caso fosse interesse dessa pesquisa abordar a identidade travesti através de uma linha histórica linear entre os séculos, facilmente encontraria uma falsa ligação das travestis dos palcos da década de 1960 e as das ruas no início do século XXI. Afinal, segundo Green, em 1969 o número de produções dos shows de travestis começa a cair. A sua popularidade não era mais a mesma. Os militares aumentavam o campo de atuação da censura para abarcar peças de teatro que tratassem do “homossexualismo”. “No entanto, uma imitação pálida desses artistas do travestismo se multiplicava pelas ruas do Rio e de São Paulo à medida que mais e mais homens punham roupas femininas para trabalhar na prostituição” (2000: 379).

Meretriz, Messalina, Michê¹², Mulher da vida, Prostituta, Puta, Quenga, Rapariga, Trabalhador do sexo, Transexual¹³ (profissionais do sexo), Travesti (profissionais do sexo)". Nesta codificação, transexuais e travestis, "que são classificações clínicas para a medicina, ou identidades políticas de gênero para a militância, tornam-se também sinônimos de uma categoria de trabalho, a de 'profissional do sexo'" (2008: 210).

A própria militância travesti surgiu na prostituição. Em junho de 1980, cerca de mil manifestantes - entre os quais também havia lésbicas, gays, negros e prostitutas - marcharam pelo centro de São Paulo. A marcha foi em protesto pela violência dirigida a esta população pelo delegado de polícia José Wilson Richetti. Com faixas, onde, entre outros dizeres, lia-se "Libertem os travestis", elas mobilizaram-se enquanto movimento social pela primeira vez (GREEN, 2000; FACHINNI, 2003; TREVISAN; 2004), ainda que, somente em 1993, viesse a ocorrer o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (FACHINNI, 2005). Também deve ser lembrado o surgimento de grupos de travestis pautado pela realidade da epidemia de aids no Brasil. Em 2005, a articulação política das travestis possibilitou que fosse criada a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), para, entre outras questões, segundo a sua presidente Keila Simpson, "mostrar a sociedade que travestis e transexuais não vivem somente das noites, se prostituindo (ANDRADE, 2005)".

Mesmo que o universo da prostituição seja uma referência para esta identidade anunciada, o meu olhar não se restringe exclusivamente aos espaços de mercantilização das práticas sexuais. A observação participante e a análise os dados do trabalho de campo realizado em Campinas¹⁴ apontam

¹² Uso o termo *michê* neste estudo para designar aqueles sujeitos que se prostituem sem abdicar de propósitos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação junto aos clientes, comumente também masculinos.

¹³ Reconheço transexual como o sujeito que reivindica o reconhecimento do gênero com o qual se identifica, não do gênero que lhe foi atribuído. Em campo, aqueles sujeitos que se auto-declararam transexuais aspiram mudanças corporais que as travestis adolescentes com as quais convivi não aspiram, como a cirurgia de "mudança de sexo". Do ponto de vista legal, devido à patologização das experiências destes sujeitos, direitos como cirurgias plásticas, mudança de nome de registro em alguns documentos, readequação sexual e hormonioterapia são possíveis de serem feitas legalmente, inclusive em espaços governamentais.

¹⁴ A cidade de Campinas surgiu na primeira metade do século XVIII como um bairro rural e desenvolveu-se com a cultura cafeeira. A partir da década de 1930, a cidade assumiu uma fisionomia mais industrial e de serviços. A localização no interior do estado de São Paulo, no entroncamento de três grandes rodovias, favoreceu a industrialização. De maneira especial, entre as décadas de 1970/1980, os fluxos migratórios levaram a população a praticamente duplicar de tamanho. Hoje, Campinas conta com uma população aproximada de 1 milhão de

para algumas experiências de travestis que têm se dado fora da prostituição, e, como mostrarei, com referenciais até então nunca tidos como fundamentais e importantes para a sua formação subjetiva e identitária.

As novas experiências travestis que esta pesquisa apresenta corroboram com aquilo que Brah (2006) afirmou em relação às identidades, as quais são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais e que, por isso, as identidades pessoais são sempre articulações de experiências coletivas de um grupo. Porém, “a especificidade da experiência de vida de uma pessoa esboçada nas minúcias diárias de relações sociais vividas produz trajetórias que não simplesmente espelham a experiência do grupo” (BRAH, 2006: 371). Por isso, mesmo sabendo que as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente, acredito que identidades e experiências são fenômenos variáveis, organizados discursivamente em contextos ou configurações particulares (SCOTT, 1994: 18).

Ao estudar travestis adolescentes em Campinas, pretendi compreender porque estes sujeitos, a despeito de todo preconceito, assumem-se enquanto tais. As análises presentes aqui focaram nos seus “mundos de origem¹⁵” e nas suas experiências tidas entre a infância e a vida adulta; mais do que em uma identidade travesti universalizada, muitas vezes anunciada e assim estudada em diferentes períodos históricos. Este estudo buscará apresentar a constante construção e reconstrução desses sujeitos socialmente estigmatizados, de forma a tornar visível a experiência que os criou.

A partir da rede social a que tive acesso, inicio o primeiro capítulo apresentando a multiplicidade das experiências travestis na adolescência e como elas revelam as configurações entre o desejo, a vergonha e o estigma. De forma esquemática e apenas provisória, é possível afirmar que o desejo em desacordo com a heterossexualidade compulsória engendra a vergonha, o sentimento e até a dor de não atender às exigências sociais no que toca à escolha de parceiros afetivos e sexuais. Se gostar de alguém do mesmo sexo é

habitantes e constitui o centro de uma região metropolitana com população estimada em 2,33 milhões de habitantes (6,31% da população do Estado). Ler mais em www.campinas.sp.gov.br.

¹⁵ Compreendo “mundo de origem” como o universo das questões etárias, raciais, religiosas, econômicas ou regionais que as travestis experienciaram até o momento que iniciam o processo de se tornar feminina, aos seus olhos e aos olhos dos demais.

visto socialmente como algo vergonhoso, ainda mais punido é o desejo de se apresentar e viver em um gênero distinto do prescrito pelo sexo biológico. Assim, enquanto a vergonha se associa à homossexualidade, o estigma revela o rechaço coletivo contra a adoção e construção do gênero feminino por parte destes adolescentes homens. Ao tratar destas questões, entendo que “o problema já não é mais saber se uma pessoa tem experiência com o seu próprio estigma, porque ela tem, mas sim saber quantas são as variedades dessa experiência” (GOFFMAN, 1988: 140).

O estigma é pensado neste estudo mais como uma linguagem de relações, do que um atributo depreciativo em si, podendo, nos termos de Erving Goffman (1988), ser manipulável. Assim, no segundo capítulo reflito sobre como os sujeitos pesquisados têm manipulado a travestilidade - o “virar travesti” - para terem acesso não somente a lugares públicos e privados, mas às relações afetivo-sexuais que desejam. Também analiso as características identitárias que se constroem com esta geração a partir dos seus novos processos de composição de um “feminino travesti” (BENEDETTI, 2000) ou daqueles também mantidos por gerações anteriores.

Neste capítulo, desenvolvo o conceito analítico de *montagem estratégica* e apresento o conceito de *desmontagem* e *montagem institucional*. Através deles penso os trânsitos e os desejos daqueles sujeitos que entrevistei. A *montagem estratégica* extrapola os limites de uma escolha pessoal, de uma simples agência auto-definidora do sujeito, pois é feita em meio às exigências que o universo social destes sujeitos lhes impõe como umas das possibilidades de sobrevivência. Em outras palavras, o aspecto de estratégia desta *montagem* faz com que os sujeitos fragmentem-se a tal ponto na diversidade de práticas sociais nas quais desempenham, que a idéia de um eu unificado, como ontologia liberal de uma identidade auto-consciente, pulveriza-se na multiplicação de seus repartes (PRELONGHER, 2005: 275).

No terceiro capítulo, problematizo a tendência social de relegar sexualidades subalternas ao segredo, pensando o “armário” como dispositivo de regulação da vida social. Esta abordagem se dá a partir da leitura de *A epistemologia do armário* de Eve Kosofsky Sedgwick, livro fundante da Teoria Queer. Segundo esta autora “o armário é a estrutura da opressão gay no século XX” (2007: 26), a qual desenvolve uma “sexualidade particular,

distintivamente construída como segredo” (Ibidem: 30). Assim, foco a experiência da vergonha e do estigma, pensando como essas experiências estão relacionadas com a lógica de normalização social, fundamentada na heterossexualidade como valor central em nossa cultura.

Neste último capítulo, também busco problematizar a subjetividade travesti, dando relevo e buscando refletir sobre as particularidades da experiência comum vivenciada por estes jovens: a de serem adolescentes homens que desejam viver no feminino. Em nossa sociedade, o “ser travesti” é algo que associamos apenas a homens que constroem um certo feminino em si mesmos. Mulheres, ao construírem a masculinidade em seus corpos ou adotarem vestimentas masculinas, não são vistas como travestis, tampouco vivenciam o mesmo nível de rejeição social. Nossa cultura parece punir de forma mais forte aqueles que abdicam da masculinidade do que aqueles que buscam incorporá-la.

Além disso, a construção da feminilidade travesti é marcadamente sexual, ou seja, o “feminino travesti” é sexualizado, tem a marca do feminino como interpretado pela cultura sexista hegemônica¹⁶. A construção do “feminino travesti” segue modelos glamurosos, sobretudo imagens de mulheres brancas, poderosas e sensuais disseminadas pela mídia. Assim, torna-se compreensível a razão pela qual os adolescentes com quem convivi não se referem a suas mães, irmãs ou avós como modelos, tampouco a maioria destas reconheçam neles traços familiares de feminilidade¹⁷.

A reação de algumas mulheres, inclusive feministas, com relação ao caráter sexualizado de muitas travestis como expressão de uma imagem machista das mulheres procede apenas em parte, haja vista o fato de que esta feminilidade sexualizada é valorizada e almejada pelas travestis, portanto não é usada de forma desqualificadora como pelo resto da cultura sexista. Talvez seja possível falar do paradoxo de um feminino almejado porque sua sexualidade empodera, mas que – em muitos contextos – também desqualifica

¹⁶ Agradeço à Professora Maria da Glória Bonelli por me alertar sobre a necessidade de analisar a relação entre o ‘feminino travesti’ com as mulheres que servem (ou não) de referência para ele.

¹⁷ Já a construção da feminilidade transexual segue, predominantemente, modelos “domesticados” e menos sexualizados do feminino, o que é perceptível na escolha de nomes como Maria Angélica, por exemplo. O caso da construção da masculinidade por parte de lésbicas é ainda mais contrastivo já que muitas delas se baseiam em imagens familiares e subalternas do masculino como trabalhadores braçais.

o sujeito e, por conseguinte, a própria feminilidade. De qualquer forma, um modelo não sexualizado de feminilidade também traz seus déficits como o de uma imagem assexuada ou domesticada do “feminino” que o subalterniza.

São alguns destes paradoxos - aqui apresentados em pinceladas expressionistas – que marcam as subjetividades travestis. Dentro de um repertório ainda restrito de possibilidades identitárias, estes paradoxos intersectam desejo, vergonha e estigma, evidenciando algumas das dificuldades de reconhecimento social que as travestis adolescentes enfrentam em seu dia a dia.

CAPÍTULO 01 – Da finada à *européia*: a multiplicidade das experiências travestis na adolescência.

1.1 - O desenvolvimento da pesquisa

A etnografia¹⁸ para esta pesquisa foi realizada no período entre março de 2007 a março de 2009. No entanto, antes deste período já possuía contatos freqüentes com a maior parte das informantes.

Tomo a etnografia nos termos de Lóic J. D. Wacquant, como sendo a metodologia que exige que o sociólogo faça a imersão iniciática e exercite a

conversão moral e sensual ao cosmo considerado como técnica de observação e de análise que, com a condição expressa de que ela seja teoricamente instrumentada, deve permitir ao sociólogo apropriar-se na e pela prática dos esquemas cognitivos, éticos, estéticos e conativos que põe em operação cotidiana aqueles que o habitam (2002: 12).

A metodologia não foi escolhida aleatoriamente, mas a partir da constatação de que somente o convívio junto destes sujeitos, com a ajuda dos referenciais teóricos, poderia oferecer respostas às minhas indagações a respeito desta cultura sexual na adolescência. Assim, procurei construir o campo, e não tomá-lo como dado. Esta postura etnográfica é um desafio para o pesquisador, pois “esse processo sinuoso e complicado é um exercício que requer tempo, sensibilidade e muita paciência, principalmente para suportar a ansiedade de quem aprendeu a negociar individualmente com o(s) seu(s) sujeito(s) de pesquisa” (VASCONSELLOS, LOPES & DALMOLIN 2002: 32).

Os contatos com parte destes sujeitos se deram em ações do Identidade – grupo de luta pela diversidade sexual (desde 2003); enquanto fui educador social de rua do Programa de Enfrentamento a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes – ESCCA – (de julho de 2005 a fevereiro de 2006 e de junho de 2006 a março de 2007) e durante atividades que dirijo (desde abril de 2007) como assessor do Núcleo de Educação e Comunicação Social – NECS – do Programa Municipal de DST/Aids de Campinas/SP.

¹⁸ Esta imersão inicial, no meu caso, se deu em 2003, no início dos trabalhos de campo da graduação em Ciências Sociais.

Contudo, não proponho aqui uma “pesquisa-ação”. Não trarei para análise dados de ações que tenha desenvolvido durante a pesquisa junto a estes sujeitos, seja como militante ou assessor governamental, mas, em se tratando da minha atuação profissional enquanto educador social de rua, que antecedeu a pesquisa, não deixarei de trazer para o estudo parte do que vivenciei junto das travestis adolescentes neste período.

Considerando o perfil desta profissão, que se oficializou governamentalmente em 1986 através da experiência da Secretaria do Menor do Estado de São Paulo, a partir do modelo de educador delineado pelas instituições não governamentais (VANGRELINO & OLIVEIRA, 2007), penso que o desafio aqui é duplo, do ponto de vista de não cair em uma postura ativista ao analisar os dados. Ainda que a formação profissional do educador social de rua tenha se transformado ao longo do tempo, agregando conhecimentos de vários campos profissionais (Assistência Social, Psicologia, Sociologia, entre outros), continua forte, deste a década de 1980, a influência da formação pelo universo da militância. Naquela época, dominava a presença da Pastoral do Menor ou do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sendo que hoje prepondera a presença de ativistas ligados a Conselhos Tutelares e ao Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Cito o desafio como duplo, porque, como informei anteriormente, a vivência como militante do Grupo Identidade, também compõe o meu olhar a respeito das experiências de travestilidades na adolescência.

O Grupo Identidade existe em Campinas desde 1998 e tem uma trajetória intrinsecamente ligada a outros movimentos sociais, como o feminista e o negro, entre outros, para buscar a realização de políticas públicas que garantam a integração e o respeito da diversidade nos seguimentos sociais e políticos (FORTUNATO, 2006, 7). A formação do grupo se empenhou em garantir as especificidades das reflexões entre sexualidade e estes outros diferenciadores sociais. “Assim o grupo buscou não ter um presidente, e sim formar colegiados, sendo eles autônomos na elaboração e discussão de projetos” (Ibidem: 39). Atualmente são oito coordenadorias¹⁹: Coordenadoria de

¹⁹ As coordenadorias são preenchidas por membros registrados no grupo, eleitos em assembleia ordinária e têm vigência de dois anos. Estive responsável pela extinta Coordenadoria de Articulação com Movimentos Sociais (2004-2005), pela também extinta

Direitos Humanos, Coordenadoria Feminista, Coordenadoria de Estudos e Formação Política, Coordenadoria de Negritude e Diversidade Sexual, Coordenadoria de Travestis e Transexuais, Coordenadoria de Saúde, Coordenadoria de Comunicação e Coordenadoria de Administração e Finanças.

Neste estudo, além da experiência como educador social de rua, trago também a minha memória de atuação junto a dois projetos do Grupo Identidade: 1 - O “Cidadania na Pista”, que se iniciou em 2004 com o objetivo de trabalhar com grupos de travestis, oferecendo informações sobre cidadania, direitos e prevenção contra as DST; de ampliar os espaços de sociabilidade travesti, como o acesso a museus, cinemas, teatros, entre outros (Ibidem: 45). 2 – As ações de prevenção às DST/aids que o grupo desenvolve junto a michês e travestis profissionais do sexo. Após a realização do I Encontro Paulista LGBT, sob a coordenação do Identidade, em 1999, alguns militantes se sensibilizaram com a temática aids e iniciaram este trabalho nas ruas da cidade de Campinas.

A experiência de atuar em um espaço governamental de prevenção às DST/aids durante o desenvolvimento da pesquisa, além de me aproximar ainda mais de parte dos adolescentes entrevistados, também me possibilitou um olhar privilegiado às práticas de prevenção junto a este público, o que procurei fazer à luz das críticas presentes nos estudos de Perlongher (1987a), Pelúcio (2007) e Pelúcio & Miskolci (2009) sob o dispositivo da aids e o controle dos corpos.

O Núcleo de Educação e Comunicação Social do Programa Municipal de DST/Aids é responsável pela criação e execução da maior parte das ações de prevenção às DST/aids do Programa Municipal de DST/Aids de Campinas, e é composto por uma equipe com diferentes profissionais (auxiliar administrativa, artista plástico, sociólogo, atriz, jornalista, sexóloga, enfermeira e psicóloga). A emergência da aids coloca em movimento uma diversidade de

Coordenadoria de Projetos (2006-2007) e, atualmente, respondo pela Coordenadoria de Direitos Humanos (desde 2008). A criação de novas coordenadorias ou a extinção de outras, responde à dinâmica do envolvimento dos militantes nas ações do grupo, assim como dos olhares sobre as atividades realizadas, considerando a transformação constante na realidade dos movimentos sociais em Campinas e no debate a respeito da sexualidade e as políticas públicas. Para conhecer mais o Identidade, acesse: www.identidade.org.br ou blog.identidade.org.br

articulações que não ficam restritas apenas ao plano na informação médica. “Torna-se necessário, sobretudo, atender às repercussões sociais e sexuais desse constrangedor problema, que diz respeito às relações dos corpos e seus afetos” (PERLONGHER, 1987a: 12).

O NECS opera com a utilização da comunicação social como ferramenta para educação entre pares, ou seja, um processo contínuo de troca de informações e capacitação de usuários, trabalhadores e gestores do Sistema Único de Saúde. Desta forma, desenvolve projetos em parceria com a sociedade civil organizada e propõe o empoderamento dos segmentos mais vulneráveis às DST/HIV/Aids como resposta à epidemia de Aids/HIV e propagação das DST (http://antigo.campinas.sp.gov.br/saude/unidades/refer_dst_aids/necs.htm).

Portanto, considerando o histórico deste pesquisador junto às travestis, o contato com as travestis adolescentes para as entrevistas se deu via o pertencimento delas a determinadas redes sociais, para que se garantisse o acesso a um material que pudesse minimizar ou, pelo menos, manter relativamente sob controle e reflexão o viés de escolha das entrevistadas (HEILBORN, 2004). Algumas características destes sujeitos que compreendi ser fundamentais, a partir da análise a que me proponho a fazer, estão apresentadas no quadro em anexo. Estes dados aparecem analisados ao longo dos capítulos.

O conceito de “adolescência” não é tomado nesta pesquisa somente como um referencial etário fixo e rígido como o do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: pessoa entre doze e dezoito anos em condição peculiar de desenvolvimento (CAMPINAS, 2003). Afinal, a adolescência em nossa sociedade “vem se tornando um período cada vez mais longo e mais complexo” (BECKER, 1986: 12), revelando o quão socialmente construída é esta categoria. Nesta perspectiva, procurarei não focar aspectos biologicistas da experiência do “ser adolescente” que marcam outros estudos e legislações, entendendo que, de fato, tais aspectos funcionam como obstáculos, posto que consistem em produtos de uma subjetividade projetada no instrumento do pensamento objetivo que é o conceito (REIS & ZIONI, 1993). Em outras palavras,

Tais características passam a ser percebidas como uma essência, em que "qualidades" e "defeitos" como rebeldia, desinteresse, crise, instabilidade afetiva, descontentamento, melancolia, agressividade, impulsividade, entusiasmo, timidez e introspecção passam a ser sinônimos do ser adolescente, constituindo uma "identidade adolescente" (COIMBRA, BOCCO & NASCIMENTO, 2005: 5).

Contudo, entendo, como outros autores (COIMBRA, BOCCO & NASCIMENTO, 2005 e FELIPE, 2006), que, apesar de criticarmos o ECA por pautar a noção de adolescência como período universal, esta legislação é, ainda hoje, um importante instrumento de garantia de inúmeros direitos e de contraposição às campanhas conservadoras que pregam, entre outras reivindicações, o endurecimento de penas, a redução da idade penal e a implantação de uma política de tolerância zero àqueles sujeitos vistos como “menores infratores”.

Tomo o “ser adolescente” também como um conceito auto-definidor desses sujeitos, atentando-me para a categoria “adolescente” especialmente quando ela era utilizada pelos sujeitos entrevistados para se auto-referir, independentemente dos registros legais oficiais, como documentos pessoais ou “fichas” institucionais daqueles que passaram por instituições de “proteção”. Mesmo porque, o que é foco dessa pesquisa é o início da experiência travesti na vida dos adolescentes dessa rede social, a qual não segue uma faixa etária rígida, antes a experiência diversificada entre infância e vida adulta.

Considero rede social o “conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (BARNES, 1987: 167), e que podem se caracterizar, segundo J. A. Barnes, como rede social total ou parcial. A rede social total “é uma abstração de primeiro grau da realidade, e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde” (Ibidem: 166). Já a rede social parcial é entendida como “qualquer extensão de uma rede total, com base em algum critério que seja aplicável à rede social” (Ibidem: 166).

Nestes termos, trabalhei com redes parciais, por ter “isolado” apenas as relações entre travestis adolescentes de suas redes totais, considerando

que este método se caracteriza com a primeira entrevistada²⁰ indicando as próximas e assim por diante. Porém, não me preocupou atingir uma amostragem quantitativamente grande de sujeitos entrevistados ou observados, mesmo porque os grupos tidos como minoritários podem ter uma significação sociológica que ultrapassa em muito sua importância quantitativa (ELIAS, 2000: 119).

As entrevistas foram feitas face a face em diferentes locais (*shopping center*, casa, parque público) e também por *Messenger* (MSN), que é um programa de computador que possibilita, depois das trocas de endereços eletrônicos, a conversa em tempo real, favorecendo assim a sociabilidade virtual²¹. Todas as entrevistadas aceitaram dar entrevistas e me responderam através das mensagens *online* que concordavam em ter seus depoimentos usados neste estudo. Além disso, utilizei também o Orkut para trocar mensagens, conhecer comunidades temáticas, assistir vídeos e ver as fotos postadas pela maior parte das entrevistadas. Orkut é uma plataforma de sociabilidade virtual onde as pessoas postam e recebem mensagens, imagens e vídeos. Estas mensagens podem ser lidas, caso o responsável pela plataforma autorize, por quem não é o autor da mensagem ou o seu destinatário.

As imagens fotográficas foram empregadas aqui como “uma narrativa visual que informa o relato etnográfico com a mesma autoridade do texto escrito” (BITTENCOURT, 1998: 199). As imagens selecionadas durante meu trabalho, mesmo as não fotográficas, constituem dados empíricos que embasam minhas considerações e as enriquecem com detalhes que nem sempre são obtidos na observação em campo. Afinal,

²⁰ Realizei entrevistas formais semi-estruturadas. Estas entrevistas se caracterizam pela articulação de duas outras modalidades de entrevistas, as estruturadas e as não-estruturadas. Nas entrevistas estruturadas, lança-se mão de perguntas previamente formuladas, enquanto nas entrevistas não-estruturadas, o informante aborda livremente o tema proposto (NETO, 1994).

²¹ “Por sociabilidade virtual entendo a interação social realizada pela comunicação sincrônica e com contato interpessoal mediado pela tela do computador [...] A sincronia é a mesma da comunicação oral, com curto espaço de tempo na troca de mensagens. Enquanto o emissor envia a mensagem o receptor já a está decodificando, com uma diferença de tempo de segundos. Existe um presente compartilhado. Em sincronia uma pessoa testemunha a presença da outra no seu mesmo tempo. Existe um imediatismo temporal, da mesma forma que há um espacial (aquele da imagem com profundidade projetada na tela do computador). Entretanto, nesse caso o espaço que rodeia uma pessoa não é o mesmo que rodeia a outra. O que há de igual é a tela do computador por onde se visualiza o ciberespaço” (DORNELLES, 2004; s/p).

se o encontro etnográfico consiste em um relato de experiências vividas e compartilhadas, fotografias como meios e produtos dessa experiência fornecem pronunciamentos visuais dos atores sociais e do etnógrafo ao recriar um universo de sentido (Ibidem: 208).

Quando as entrevistas foram feitas face a face, os sujeitos autorizavam as minhas anotações ou o uso do gravador. Porém, não tive o hábito de levar o gravador a campo por interferir, de certa forma, na “naturalidade” da entrevista. Quando o empreguei, percebi que se sentiam incomodadas por terem as respostas gravadas a ponto de reformular respostas e pensar muito antes de responder, mesmo que eu afirmasse que a gravação não seria ouvida por outras pessoas.

Os nomes das entrevistadas foram trocados, na tentativa de minimamente “proteger” as suas identidades. As imagens foram cedidas por elas ou autorizada a sua retirada do Orkut. A escolha das fotografias também foi pautada por uma tentativa de não revelar suas identidades. No entanto, a pedido das informantes, não foi usada nenhuma técnica de “borrar” ou “esconder” seus rostos. Neste sentido, também não optei por alterar a visualização dos rostos nas fotografias por estarem originalmente escondidos através de maquiagem, óculos escuros e, em outros casos, não focados a ponto de serem reconhecidos.

Usei também como fonte de pesquisa documentos municipais sobre a realidade do envolvimento de adolescentes na prostituição em Campinas, documentos produzidos pelo movimento social LGBT campineiro e pelo movimento nacional LGBT em conjunto com o Ministério da Saúde em relação à prevenção às DST/aids no Brasil.

Além disso, usei matérias jornalísticas como fontes para apontar a trajetória e analisar o pânico sexual criado diante da prostituição de rua, nas últimas décadas, no centro de Campinas e no bairro Bosque. Estes jornais foram acessados a partir de arquivos deste pesquisador, arquivos do Grupo Identidade e do Centro de Referência GLTTB (Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais), órgão público da Prefeitura Municipal de Campinas.

1.2 – Rafaela, entre o seu discurso político contra a prostituição e o sucesso dos seus cabelos

A minha primeira entrevistada foi uma travesti que tem uma rede grande de sociabilidade entre adolescentes de Campinas, não somente de adolescentes travestis. Rafaela já participou de várias atividades de instituições que compõem o Programa de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) na cidade. A sua inserção nestes espaços institucionais se deu em 2005, durante o “I Encontro Identidade de Gênero: Travestis e Transexuais Adolescentes e a Rede de Atendimento”, que buscava sensibilizar e capacitar profissionais que atuam em instituições que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes vinculadas ao mercado do sexo ou em situação de rua.

Segundo o que pude pesquisar, Rafaela foi levada a este encontro por integrantes travestis do Grupo Identidade, para participar das discussões e, junto com outras travestis, pressionar o poder público para a elaboração de políticas públicas que garantissem o respeito à “identidade de gênero” dos adolescentes.

Esta adolescente, durante a pesquisa, morava com a mãe, mas atuava no mercado do sexo fazendo programas. Nos primeiros meses deste estudo, Rafaela prostituía-se nas ruas do Bairro Bosque, e, posteriormente, freqüentou uma área de prostituição na cidade de Paulínia, próxima a Campinas. No final da pesquisa, Rafaela não fazia mais prostituição de rua, encontrando seus clientes somente por anúncio em jornal e contatos obtidos por meio do seu blog. Esta mudança se deu por conflitos do mercado do sexo e também por busca de mais segurança e “melhores clientes”. Afinal, como ela relatou, ultimamente ela combina tudo por telefone, acrescenta o preço do táxi no valor do programa, e o cliente a espera direto no motel.

A aproximação de Rafaela e de outras travestis adolescentes com as quais convivi nesta pesquisa, tanto da rede de proteção a crianças e adolescentes classificadas como “vítimas de ESCCA”, como de parte das lideranças do Movimento Social LGBT de Campinas, fez com que elas assimilassem o discurso abolicionista em relação à prostituição e se vitimizassem em espaços institucionais ou em atividades de movimentos

sociais, apresentando a sua experiência no mercado do sexo como fruto, não do seu empenho na construção de uma subjetividade travesti, mas do preconceito que as travestis sofrem cotidianamente. Esse discurso favoreceu uma identificação entre os profissionais da área dos direitos da criança e do adolescente e de parte dos militantes LGBT.

Esta identificação fez com que Rafaela recebesse muitos elogios nas interações nestes espaços institucionais e de militância política. Rafaela também foi convidada a participar de mesas em eventos públicos, representando, como adolescente travesti, a cidade de Campinas. Devido ao seu discurso “politicamente correto”, também viajou para vários estados em importantes atividades de combate ao envolvimento de adolescentes na prostituição, mesmo mantendo-se atuante no mercado do sexo.

Como Rafaela não tem sido a única travesti a se adaptar, mesmo que contextualmente, ao papel de “vítima e explorada” e a ter freqüentado espaços bastante valorizados e reconhecidos de participação política contra a prostituição de adolescentes, não se pode mais afirmar que “o único contexto em que as pessoas podem expressar alguma admiração pelas travestis é a rua, é a prostituição” (KULICK, 2008: 201).

No caso de Rafaela, defender que o Estado, através de Políticas Públicas, elimine a prostituição da experiência das travestis (não somente das adolescentes), agrada grande parte do movimento social LGBT que se quer ver fora dos estereótipos da prostituição e não tem discutido práticas sexuais consentidas na adolescência²². Durante os trabalhos da 1ª Conferência Estadual LGBT de São Paulo, por exemplo, em um dos raros momentos em que a platéia de militantes adultos ouviu atentamente os adolescentes e jovens presentes (articulados através da rede nacional composta pelo Grupo E-jovem - Gays, Lésbicas e Aliados²³), Rafaela fez uma defesa contrária a existência dos espaços de prostituição na experiência travesti, inclusive exigindo políticas públicas para impedir a ida delas para se prostituírem na Europa. Assim que Rafaela terminou a sua fala, a platéia a aplaudiu exaustivamente.

²² Sobre a realidade do movimento social LGBT no Brasil e a temática das práticas sexuais na adolescência, ler DUQUE (2008).

²³ A ONG E-jovem foi fundada em 2001, por um jornalista que tinha por objetivo “o despertar da consciência dos adolescentes nas discussões dos direitos e da cidadania através da internet” (FORTUNATO, 2006: 28). Mais informações em <http://www.e-jovem.com>

O discurso de Rafaela contra a presença de adolescentes no mercado do sexo também agrada aos responsáveis pelas políticas públicas, ou aqueles que mantêm as suas instituições com esta missão. Afinal, ele legitima as “ações” que recebem verbas públicas. A Prefeitura Municipal de Campinas obteve em 2005, por exemplo, apenas por meio do Projeto “Rotas Recriadas – crianças e adolescentes livres da exploração sexual”, um milhão de reais fornecidos por um convênio com a Petrobrás²⁴.

No entanto, percebi, ao longo da pesquisa, que o discurso vitimizado e contrário à prostituição não é mantido por estes sujeitos em todos os espaços. A partir da minha atuação em campo, em conversas fora de encontros, reuniões e atividades do movimento social, de organizações governamentais ou não-governamentais, estas travestis justificam as experiências no mercado do sexo a partir de diferentes motivações e interesses, sem assumir que esta realidade é obrigatoriamente o único destino para as suas experiências enquanto travestis ou que essa realidade deva ser excluída de suas vidas.

As justificativas dadas por Rafaela, e por outras travestis, para a sua dedicação ao mercado do sexo passam necessariamente por elas serem de classes economicamente desprivilegiadas. Durante a pesquisa não tive acesso a nenhuma travesti que não pertencesse a estas classes sociais. Daniele, por exemplo, disse que a sua família “é um povo bem precisado”. Familiares de Vivian, quando tinha aproximadamente seis anos, já a mantinham na rua em “trabalho informal”.

As experiências destas adolescentes não podem ser generalizadas. Há exceções em que travestis afirmam que se iniciaram na prostituição por motivos que não são necessariamente econômicos, como Simone Close, que

²⁴ “A Petrobras aprovou a proposta encaminhada pela Prefeitura Municipal de Campinas. O recurso da referida estatal, em forma de isenção fiscal, fora depositado no dia 29 de dezembro de 2003, no Fundo Municipal de Direitos da Criança e Adolescentes - FMDCA. O fato do recurso ter vindo através do CMDCA e não para as secretarias que haviam elaborado o projeto trouxe para a arena vários outros atores e colocou um novo cenário. No início de 2004, (...) a destinação de R\$ 1.000.000,00 suscitou várias disputas entre as entidades e ainda mobilizou o imaginário dos servidores municipais que idealizaram suprir as carências de recursos materiais, tendo como exemplo mais cogitado a compra de micro-computadores” (RIMOLI, 2005: 81). Nester termos, Rimolly, pesquisadora e coordenadora do projeto “Rotas Recriadas”, afirma que “Convivemos com a situação em que ter dinheiro era um problema, conformando um cenário com disputas desgastantes e que atrasavam a implantação do projeto ‘Rotas Recriadas’” (Ibidem: 81).

começou a se prostituir aos 16 anos (1982) em Porto Alegre: “Eu comecei por hobby. Até então eu morava com meus pais e trabalhava em um salão, como auxiliar de cabeleireira” (BÖER, 2003: 99).

No entanto, o dinheiro que a inserção no mercado do sexo possibilita é um dos principais fatores que favorecem a sua permanência na prostituição. Pude observar que o valor que as travestis adolescentes conseguiam através dos programas sexuais era, em alguns casos, bem maior do que os salários que os educadores sociais de rua recebiam para, de alguma forma, fazer com que elas se percebessem exploradas pelo mercado do sexo. Este dado de realidade permitia a alguns destes profissionais se questionarem: Quem era vítima do quê?

Néstor Perlongher, em sua clássica etnografia sobre a experiência dos michês, propõe reflexões ainda atuais sobre a realidade dos adolescentes nessa pesquisa. Assim como na década de 1980, a entrada na prostituição não é mero resultado da impossibilidade de acesso aos “paradigmas da normalidade”, como as realidades de pobreza e preconceito (1987: 204). O estudo de Perlongher aponta para os itinerários da prostituição como expressão da recusa destes paradigmas de normalidade.

Na sociabilidade do mercado do sexo, muitos encontram reconhecimento e aprendem com seus pares as técnicas corporais para construir sua desejada estética particular. No caso das travestis, o processo inicia com o consumo de hormônios femininos indicados pelas mais experientes. Porém, para conseguir as mudanças corporais necessárias, os hormônios são insuficientes, então, a aplicação do silicone líquido, de uso industrial, em diferentes partes do corpo é praticada e legitimada por grande parte desse grupo. (SILVA, 1993; BENEDETTI, 2000; PERES, 2005; DUQUE, 2005; PELÚCIO, 2007 e KULICK, 2008). “Hoje em dia é comum que as primeiras injeções comecem na idade de 16 e 17 anos” (KULICK, 2008: 91).

Rafaela, a partir das suas relações na *pista*, conseguiu aplicar silicone e aprender a tomar hormônios femininos. *Pista* é o nome que se dá aos locais de prostituição em meio aberto (praça, ruas, avenidas etc.). A beleza de Rafaela é muito valorizada no mercado sexual. Em certo momento do trabalho de campo, ela me contou cheia de orgulho que era a única travesti que trabalhava em uma casa de massagem só com mulheres profissionais do sexo.

A justificativa, segundo ela, dada pela responsável ao aceitá-la na casa, mesmo sendo adolescente, era o fato de que “parecia muito com mulher”.

Don Kulick, em sua etnografia feita já há mais de dez anos em Salvador, chamava a atenção para o fato das travestis se preocuparem primeiramente com a bunda, deixando a aplicação do silicone nos peitos para mais tarde (quando muito). Afinal, segundo ele, a atração erótica do Brasil está focalizada nesta parte do corpo (2008: 90). Com Rafaela não é diferente, o silicone líquido foi aplicado apenas nesta região, tendo os peitos formados por hormônios e sutiãs com bojo, uma espécie de enchimento que dá sustentação e volume, que, segundo ela, “é uma maravilha”. Ela possui a pele clara, diferentemente de outras adolescentes que entrevistei, e os cabelos pretos, lisos e longos.



Foto 01: Rafaela, em imagem de divulgação no seu blog - cedida pela informante para a pesquisa em setembro de 2008.

Esta entrevistada corresponde ao estilo valorizado atualmente que é a “ninfetinha”: mais natural – curvas mais enxutas, seios menos exagerados, roupas mais ao gosto das adolescentes que aparecem em programas

televisivos como *Malhação*²⁵ –, “fazendo a linha Patricinha” (PELÚCIO, 2007: 107). Segundo Pelúcio,

Como as adolescentes e jovens heterossexuais, as travestis também se deixam seduzir pelos apelos da moda, por padrões estéticos rigidamente estabelecidos pela mídia, assim, muitas delas reproduzem esses valores em busca de legitimidade (Ibidem: 107).

Assim, Rafaela tem comprado os seus cabelos, segundo ela, “como muitas mulheres”. Há uma lógica e valores na compra e na venda dos cabelos que revela certa racialidade, que tem ligação direta com o status que se quer para si e, também, com a mudança que se pode empenhar em realizar na sua aparência. Descreverei a seguir o momento que, em campo, pude acompanhar Rafaela até uma loja de cabelos.

Rafaela e eu fomos a um shopping popular no centro da cidade, onde as lojas funcionam em espécie de stands, pequenos e apertados. Quando chegamos ao local, Rafaela foi tratada no feminino pela vendedora que atendeu seu pedido prontamente: “duzentas de cinqüenta e cinco”. Levei um pouco de tempo para compreender como se compra cabelo. O valor é por peso, e varia de acordo com o comprimento e a cor dos fios. Rafaela comprou fios pretos e encaracolados, que, segundo ela, “depois de colocado na cabeça ficam mais lisos”. Os loiros são mais caros, segundo a vendedora. Perguntei para a vendedora - que usava cabelos curtos e encaracolados, presos no alto da cabeça, nos confundido em relação à sua “naturalidade” - sobre o motivo da variação de preço pela cor dos fios, e ela me respondeu: “Loira nunca corta o cabelo, né? Ah, e acho que também é difícil de encontrar porque estes cabelos vêm da Índia. Lá na Índia não tem loira, né?”.

A compra dos cabelos demorou um pouco porque o preço da quantidade (duzentos gramas) e do comprimento (cinqüenta e cinco centímetros) que Rafaela queria era de trezentos e cinqüenta reais, mas ela queria levar por trezentos reais. A vendedora telefonou para o seu “gerente”, porque Rafaela disse que na loja concorrente fariam para ela por trezentos reais. Outra justificativa que Rafaela deu para a vendedora para convencê-la

²⁵ Seriado voltado para o público adolescente veiculada pela Rede Globo de televisão no horário da tarde.

do desconto é que iria “descolorir um pouco” o cabelo no forno²⁶ da sua casa, então, teria que comprar também um produto para descolorir, gastando assim mais do que pretendia.

Esperamos alguns minutos pela chegada do superior da vendedora. Um senhor de pele escura, tendo aproximadamente cinqüenta anos, careca. Assim que ele chegou, Rafaela insistiu novamente, mostrando as notas de dinheiro. Ele parecia conhecer a qualidade do produto e, com a calculadora na mão, colocava-se visivelmente em dúvida se deveria ou não dar o desconto. A vendedora ajudou Rafaela e disse ao seu superior: “Ela não tem mesmo os cinqüenta. Faz para ela por trezentos”. Então, ele cedeu, e Rafaela levou os duzentos gramas dos longos cabelos encaracolados pretos pelo preço que se dispôs a pagar. Naquela mesma tarde, me confessou que tinha o dinheiro para pagar o valor que a vendedora tinha anunciado, mas que “às vezes, a gente tem que fazer a penosa”, isto é, passar-se por pobre.

No início da pesquisa, quando perguntei a Rafaela qual era a sua cor de pele, ela me respondeu: “morena, mas quero virar loira. Já cansei de ser morena”. No entanto, vários meses depois, ainda nesta tarde da compra dos cabelos, me revelou: “Sabe que até estou me acostumando e gostando de ser morena. Acho que não vou descolorir o cabelo não (...) Loira chama muito a atenção”. Percebe-se que a tonalidade do cabelo diz sobre como ela se vê em relação à sua cor de pele. Mudar a cor do cabelo parece diretamente ligado a mudar a cor da pele.

Em seu blog, com as fotos sempre de cabelos soltos e longos, ela se descreve assim: “Olá rapazes meu nome é Rafaela, sou uma acompanhante de alto nível, carinhosa, sensual e muito caliente. Ativa e passiva. Pronta para realizar todos os seus desejos mais íntimos. Atendo homens em hotéis, motéis, etc”.

Os cabelos longos de Rafaela são muito elogiados no mercado do sexo. Ela sempre os apresenta soltos e bem escovados. Inclusive, sua beleza não se destaca apenas nos espaços de prostituição. Mesmo nos encontros que discutiam estratégias de enfrentamento do envolvimento de adolescentes com

²⁶ Descolorir o cabelo no forno, com a ajuda de produtos químicos, parece ser uma técnica nova, que a vendedora desconhecia. Rafaela, por sua vez, não deu detalhes a ela, nem a mim, sobre como executar tal processo.

a prostituição, ela teve que pedir em público para que um grupo de meninos adolescentes parasse de insistir em “ficar” com ela, afinal, segundo as suas palavras, estava ali “contra a Exploração Sexual”, então, como poderia manter relações sexuais com os participantes? Rafaela disse que as pessoas que ouviram seu apelo a aplaudiram.

Os corpos das jovens travestis, como já apontou Benedetti (2000), não possuem marcas de ações violentas, especialmente aquelas de automutilação presente nos corpos de gerações anteriores, que comumente se cortavam para que não fossem violentadas quando presas. Afinal, associava-se o sangue travesti ao vírus da aids. Mas, como escreveu este autor, a partir desta informante, e também de Daniele, que apresentarei a seguir, “poderíamos, ousadamente, sugerir uma correspondência (ainda que frágil) entre as cicatrizes de violência e automutilação ostentadas orgulhosamente pelas travestis nas décadas de 70 e 80 com a proliferação das tatuagens entre as travestis de nossos dias” (BENEDETTI, 2000: 53).

Rafaela possui, nas costas, na região lombar da coluna vertebral, uma inscrição tatuada que diz: “made in Brazil”; enquanto Daniele, no abdômen esquerdo, tatuou uma coelhinha, que, segundo ela, alguns clientes “ficam loucos, adoram”.

1.3 Quem pode ser *européia*? Daniele e a construção social do *glamour*

A partir do contato com Rafaela, entrevistei Daniele. Elas se conheceram, segundo Rafaela, “quando ainda eram gayzinhos”, no próprio bairro onde moravam. A “fase de gayzinhos”, para elas, se refere ao período em que não se viam como travestis e se encontraram durante os ensaios da escola de samba próxima das suas casas. Adoravam ir lá para admirar os homens que compunham a bateria: “Ficávamos lá olhando os ocós²⁷ bater o tambor (risos)”. Hoje, Daniele e Rafaela fazem programas e já passaram por aplicações de silicone líquido. Diferente de Rafaela, Daniele não mora com a família e não aceitou engajar-se em atividades institucionais. Ela teve uma

²⁷ “Ocós” é o mesmo que homem.

participação, junto com Rafaela, no já citado “I Encontro de Identidade de Gênero: Travestis e Transexuais adolescente e a rede de atendimento”.

Ainda que este encontro tenha sido “do bem”, isto é, muito bom, para ela não foi convidativo a ponto de se dedicar a práticas institucionais contra a prostituição na adolescência. Mesmo porque, segundo o que me disse durante sua entrevista, “foi uma decepção” quando precisou de ajuda “daquele povo”: “Eu sabia o que eu sentia, o que eu queria pra mim, mas não tinha pra onde correr. Porque todo mundo com quem eu falava, era contra. Até mesmo aquelas assistentes sociais. Elas são tudo podre! Podre, podre, podre!” Foi o que disse Daniele quando perguntei sobre o Órgão Público que procurou ajudá-la na ocasião em que tinha sido expulsa de casa, por ter se engajando nos processos de composição de um corpo “mais feminino”. Continua ela: “Se eu não tivesse virado travesti, eu seria uma *maricona*, nova, mas frustrada, eu seria um cara frustrado”.

Maricona é caracterizado em estudos anteriores (PERLONGHER 1987, BENEDETTI, 2000; PELÚCIO, 2007), como sendo aquele cliente homem que comumente é mais velho e não assume, para além das relações com os profissionais do sexo, seus desejos alocados no universo feminino do senso comum, como, por exemplo, nas palavras das travestis, “ser comido por uma bicha”. Nesses estudos, estes clientes são também freqüentemente vistos como másculos fora do mercado do sexo e de classe mais privilegiada economicamente. Ainda que nesses estudos ele apareça como uma categoria depreciativa, há, hoje, um alargamento desta caracterização, considerando que Daniele valoriza e reconhece algumas *mariconas* como “de bem”, em oposição a frase comum nas gerações anteriores, “essas *mariconas* são tudo podre!” (BENEDETTI, 2000). Rafaela, chegou a afirmar em uma conversa comigo que, para ela, “mariconas não têm a ver com idade ou dar o cu”:

Maricona para mim é homem que gosta de sacanagem, que é safado, que quer sair com travesti e curtir, entende? Não importa se vai comer ou vai dar, se é jovem ou não. Tem até as femininas, que nem parece homem, e eu vejo como maricona.

Sobre a decepção com o discurso das “assistentes sociais²⁸”, estes profissionais tentaram convencê-la de que, para ter a garantia de voltar a viver com a mãe, ela não deveria engajar-se no processo de construção de um corpo feminino junto à *cafetinagem*. Daniele foi taxativa na crítica: “Uma coisa é mostrar os dois lados, de ir morar no abrigo ou ir morar com *cafetina*, te avisar da vida que você vai levar como travesti, outra é querer te enfiar na cabeça que você não pode, o que é melhor para você”.

Ir morar no abrigo implicava a não construção do feminino que ela desejava, afinal as adolescentes travestis que aceitavam tal “medida de proteção” eram encaminhadas a abrigos masculinos, onde, junto com outros meninos, teriam que se engajar em experiências de construção identitária diferentes das incentivadas no universo travesti²⁹. Foi por isso que Daniele se recusou a ser “protegida” e optou por permanecer atuando no mercado do sexo, morando na casa de outra *cafetina* da cidade, conhecida por não ser violenta como a que a expulsou de casa. Afinal, “mesmo com todos os rigores que regulam as casas/pensões, este é também um espaço de cuidados e disciplinamento, mas também de distencionamento do feminino” (PELÚCIO, 2007: 232).

Cafetinas são comumente travestis que, entre outras coisas, alugam os quartos de suas casas para que outras travestis possam morar cobrando um valor relativamente alto, intitulado de “diária”. As *cafetinas* exercem uma espécie de poder e controle sobre o trabalho sexual das travestis, mesmo daquelas que não estão sob o seu teto; neste caso, chegam a cobrar uma espécie de “pedágio” para que as travestis possam se prostituir na rua onde controlam o mercado sexual. Além disso, algumas *cafetinas* são *bombadeiras*, isto é, as responsáveis pela aplicação do silicone líquido no corpo das travestis; este serviço é vendido às travestis, tornando-as ainda mais dependentes das *cafetinas*. No entanto, Pelúcio descreve o envolvimento das travestis com as *cafetinas* também como uma relação de “cuidado” e “proteção”, o que permite a algumas travestis chamarem determinadas *cafetinas* de “mãe”.

²⁸ Mesmo Daniele se referindo as profissionais como sendo todas assistentes sociais, no referido órgão público que ela foi recebida, existe apenas uma assistente social. As demais funcionárias são uma psicóloga, uma advogada, uma recepcionista e um coordenador.

²⁹ Sobre as tentativas de fazer as travestis adolescentes voltar a ser meninos, ler DUQUE (2007).

Daniele, a partir do que pude perceber em campo, tinha disciplina para pagar as contas em dia com a *cafetina*, não se colocar (não usar drogas) na rua e, aos olhos de suas amigas, parecia ter *axé*, isto é, sorte na noite com os clientes. Este perfil no mercado do sexo em Campinas tem suas vantagens. No caso de Daniele, favoreceu a realização do seu maior sonho: ir para a Europa.

Segundo o que pude observar, e não somente a partir da experiência de Daniele, estas características fazem com que as adolescentes e jovens travestis não simplesmente escolham ir para a Europa. Na verdade, a *cafetina* é que identifica este perfil disciplinado de quem “pode pagar” a viagem e o custo da permanência e, para a alegria de poucas, as convidam a realizar este sonho e prepará-las durante alguns anos para a viagem³⁰.

Nos últimos meses, comuniquei-me com Daniele pela plataforma virtual de relacionamento Orkut e também pelo MSN-Messenger. Durante nossas conversas pelo Messenger, a frase que ela definiu para que os seus contatos a visualizassem, numa espécie de apresentação pessoal após o seu nome, diz muito a seu respeito: “Quem sou eu é o que muita gente queria saber ou talvez conhecer, mas, o que fiz da minha imagem (risos) não está no gibi”.

A mudança que percebi em seu perfil ao longo do trabalho de campo é, principalmente, referente às suas fotos. As fotografias tiradas em uma noite escura, em um posto de gasolina, freqüentado principalmente por caminhoneiros, dão espaço a imagens de praias ensolaradas e paradisíacas. Enquanto Daniele estava no Brasil, em seus álbuns de fotos não havia imagens de paisagens por onde passava ou do local onde morava. Atualmente podem-se ver fotos de praças, shoppings e edifícios iluminados da Europa. Além disso, as fotos de Daniele com pouca roupa em frente a um caminhão, em um ambiente pouco iluminado, foram substituídas por fotos produzidas em uma linda casa com piscina e outras em estúdio, com roupas luxuosas, jóias e sapatos com strass³¹.

³⁰ No entanto, há também travestis que vão para a Europa se prostituir sem a “proteção” e “preparação” de suas cafetinas aqui do Brasil. Estas se utilizam de outras redes já constituídas para diferentes perfis de migrantes.

³¹ Strass é uma espécie de pedraria que oferece um brilho intenso às roupas, acessórios, sapatos e jóias que é afixado.



Foto 02: Daniele, poucas semanas antes de deixar o Brasil - Orkut de Daniele. Acessado em março de 2008.



Foto 03: Daniele, poucos meses depois que chegou na Europa - Orkut da Daniele. Acessado em outubro de 2008.

Mas, os textos das mensagens, que não são apagadas do histórico da sua página no Orkut, também não são os mesmos. Hoje se misturam os textos em português e em espanhol de admiradores e clientes internacionais com aqueles dos antigos *bofes*³² saudosistas no Brasil, e os de várias travestis que também se prostituem na Europa. Algumas poucas amigas mulheres e travestis do Brasil pedem notícias e elogiam as fotos. Antes, lia-se um português mal escrito, de jovens admiradores e raros clientes, mensagens do período em que morava no Brasil, assim como as fotos tiradas na garagem e no posto de gasolina³³ onde se prostituía, que não estão mais no seu Orkut.

A escolha das imagens, legendas e mensagens que não foram apagadas do seu Orkut diz muito sobre o processo de construção identitária em que Daniele está empenhada em legitimar diante das outras travestis que a

³² *Bofes* são homens reconhecidos como másculos no universo gay ou das travestis. Comumente estes sujeitos são idealizados como ativos sexualmente e como heterossexuais, isto é, são possíveis parceiros sexuais, mas não se veem e não são reconhecidos como homossexuais.

³³ Pouco antes do início desta pesquisa, Daniele, junto de outras travestis, se prostituía no “Posto Três Vias”, próximo a rodovia Anhanguera e Dom Pedro, em um bairro periférico da cidade de Campinas. Nenhuma outra informante freqüentou esta área de prostituição. Um das características deste local era, nas palavras das próprias travestis, o “respeito” que adquiriram do proprietário do posto, dos caminhoneiros e da própria polícia militar da região, devido à presença das travestis ter diminuído as taxas de roubos e assaltos no referido local.

visitam neste espaço *online*. Esta construção identitária é a de uma verdadeira *européia*, ou seja, a categoria êmica mais valorizada no meio travesti por denotar sucesso, enriquecimento e sofisticação, tanto na construção de um corpo feminino como nos gestos, vocabulário e no aprendizado de uma língua estrangeira.

Segundo Pelúcio, as travestis que atingem uma transformação na construção do seu feminino bastante apurada são classificadas como as *belíssimas*, isto é, *tops* e/ou *européias*. Mas, diferentemente das *tops*, as *européias* são aquelas que, além da beleza do corpo tido como feminino sem exagero no uso do silicone líquido a ponto de “passar por mulher”, viveram uma temporada atuando como prostituta fora do Brasil.

Esse fluxo migratório se acentuou nos anos 1980 e, até o momento, mantém-se como sonho de ascensão social dentro do grupo pesquisado, dado o acesso a bens materiais e simbólicos que o dinheiro aferido nessas viagens pode proporcionar (Ibidem, 2007: 227).

O sonho de ir para a Europa, apontado por Pelúcio, está entre as travestis com as quais ela conviveu assim como entre aquelas que tenho observado em Campinas, afinal, para algumas, a Europa significa um ponto de virada, promovendo-as no mercado sexual brasileiro e dando-lhes oportunidades de transformações radicais no corpo. Daniele, por exemplo, colocou prótese de silicone no peito antes de viajar e negociou o pagamento com a *cafetina*, que, além de indicar o “seu” próprio cirurgião, aceitou receber em parcelas vindas da Europa. Os cirurgiões mais indicados são profissionais que também trabalham com mulheres ou homens não travestis. São comumente reconhecidos, tanto no universo legal das cirurgias plásticas, como entre a informalidade da construção da estética travesti. A informalidade se dá visto que não há legislação que garanta a composição de uma imagem feminina em um corpo masculino, nos casos em que não esteja com uma enfermidade comumente relacionada à experiência transexual (BENTO, 2006).

Assim, com este perfil de boa profissional e com uma *cafetina* com relações internacionais concretas, Daniele torna-se, a cada dia, mais próxima do ideal identitário e cheio de *glamour* para grande parte da sua geração: uma travesti reconhecida como *fina* e *belíssima*, isto é, com pouco silicone líquido e

muito hormônio, peitos de próteses de silicone colocadas por um cirurgião plástico, magra de cabelos lisos e longos, fluência em pelo menos uma língua estrangeira, bolsas e roupas de marcas européias, e clientes internacionais.

Sobre a experiência com os clientes internacionais, em uma das conversas por MSN, Daniele fez uma descrição, sob o olhar da prostituição, classificando-os conforme os seus países de origem. Ainda que sejam apontamentos generalizantes e pré-conceituosos, entre outras questões possíveis, as palavras de Daniele fazem pensar o quanto, a partir do mercado do sexo, são reforçadas características nacionais-identitárias tidas como naturais:

Daniele diz:

os ingleses

Daniele diz:

ai

Tiago diz:

rsrsrsrsrs (risos)

Daniele diz:

que povo tudo

Daniele diz:

os mais finos

Daniele diz:

até dá dinheiro, assim,

Daniele diz:

de olho fechado

Tiago diz:

rsrsrsrsrsr (risos)

Daniele diz:

africano só 10 ou 15 (euros)

Daniele diz:

euros

[...]

Daniele diz:

espanhol também

Daniele diz:

e japa, chinês, assim, eles pagam certo

Daniele diz:

russo, 30 ou 40 (euros)

Daniele diz:

eles são truncados [duros, difíceis

Daniele diz:

para lidar

Daniele diz:

e os alemães, para você ir para lá, você tem que saber muito espanhol, para eles não kata [perceber] que é brasileira

Daniele diz:

*eles falam que nós somos sujas*³⁴
Daniele diz:
tu crê?
Tiago diz:
que horror, por quê?
Daniele diz:
ai, não sei
Daniele diz:
eu só sei
Daniele diz:
que é assim.

Mesmo com determinado sucesso na construção social do seu *glamour*, há uma característica que parece não corresponder ao perfil de *européia* que Daniele persegue: a cor de sua pele. Como a informação que já apresentei anteriormente, mesmo que a maior parte das travestis não se veja como branca, o padrão de beleza colocado para o grupo não é o de pele escura.

Penso que o fato de não ter a pele clara faz com que esta informante potencialize as outras características que garantem a ela a iniciação e a permanência no processo privilegiado pelo seu grupo, o de ser identificada como uma futura *top*.

Observando as fotos de Daniele, é perceptível, em relação a esta questão racial, certo branqueamento de sua pele. As últimas fotos postadas no Orkut trazem a pele de Daniele mais clara do que as anteriores. O embranquecimento não se dá apenas pela maquiagem, mas também por meio de programas de computador que tem sido comumente utilizado por estúdios de fotografia para “melhorar” a qualidade da imagem. Além disso, depois que ela foi para a Europa, não usou mais os cabelos trançados, compondo um visual étnico comum entre algumas jovens negras no Brasil. Em Campinas, várias vezes, encontrei Daniele com estas longas e finas tranças.

Mesmo a maior parte dos sujeitos entrevistados não se vendo como brancos e assumindo que gostariam de ter a pele de uma cor mais clara, a cor da pele, entre eles, pode ser vista tanto como um atributo de crédito, como de descrédito. Quando perguntei a Daniele, ainda no Brasil, sobre alguma situação de preconceito por parte dos clientes pelo fato de ela não ser branca,

³⁴ Aqui, a referência é a uma brasilidade que se aproxima da “sujeira”, isto é, impureza, origem colonial, não branca.

ela respondeu-me: “Alguns têm medo, porque acha que, por eu ser dessa cor, posso entrar no carro e raspar tudo, roubar”. Já, quando Daniele me enviou o endereço eletrônico do site onde apresenta as informações para que os clientes da Europa a acessem, li na sua descrição que ela era uma “belleza negra” e “dotada 26x6 cm, muy potente”. Segundo ela, o tamanho do pênis aumentado na descrição fazia parte “dos truques” para chamá-los para os programas, afinal, como disse uma travesti que se identifica como negra e que vive em Campinas: “Eles acham que tenho pauzão. E, aí, dou sorte. Sempre me escolhem (*risos*). Porque o que eles querem é pauzão”.

Segundo as últimas informações de Daniele, nos três primeiros meses de trabalho na Europa, ela conseguiu pagar à sua *cafetina* os dez mil reais referentes “aos peitos” e os custos de sua ida para a Espanha. Após este pagamento, Daniele se viu livre da sua *cafetina*. Na Europa não há *cafetinas* como no Brasil. As travestis dão porcentagem de cada programa feito em “apartamentos” (“pisos”) ou “casas” às proprietárias do estabelecimento, mas não pagam diárias da mesma forma como pagam aqui. Ela afirma que há casas em que a regra é ficar apenas trinta dias. Isto não se dá devido a polícia ou a setores de imigração do país, já que descreve a polícia lá na Espanha como “um amor”, muito diferente daqui do Brasil. Disse que são tratadas como “senhoras, senhoritas, com respeito”. Disse também que a “imigração incomoda mais, mas é raro”. A permanência nas casas ou apartamentos é curta, “para os clientes não cansarem de você”. “Aqui eles querem sempre novidade”. “Aqui a gente fica batida muito rápido”. E, a rotina de uma europeia cansa. “Aqui você dorme e na hora que chega um tem que estar pronta para se apresentar... e estar sempre arrumada”.

As dificuldades foram maiores quando Daniele chegou à Europa, mais especificamente, porque a regra da casa era sair apenas 30 minutos por dia. Segundo ela, “tem cidade que vão de trinta a quarenta homens por dia, em uma casa que tem 15 bichas”. No início ela “até quase chorou de arrependimento”. Mas, agora, está no interior do país, assim, “está melhor”, mesmo a dona da casa sendo a mesma da outra cidade. O número de clientes por dia é menor, e ela pode ficar mais “à vontade”. Afinal, lá também tem prostituição de rua e alguns clientes preferem porque é mais barato do que na casa.

Daniele pensa em ficar mais dois anos na Europa porque gostou, “mas nosso país é nosso país”. Ela já tem contatos na Suíça, Alemanha e Itália, para que, quando tiver que sair da Espanha, ter opções de para onde ir. Mas, confessa em relação a estes países,

a Espanha é uma mãe, mas as bichas falam que já foi melhor. Falam em relação a dinheiro, mas também em relação ao tratamento, seja da imigração, seja da polícia, que pode procurar se acontecer algo, e não será deportada.

Quando o assunto é uso de drogas, parece que Daniele se mantém disciplinada em não abusar. Ela me disse que lá é tudo muito fácil, em suas palavras, “só faltam enfiar coca no nariz da gente”. Mas, que é “só ter cabeça”. O cuidado com as drogas também era algo a ser mantido há pelo menos uma década, quando as travestis viajavam para a Itália em busca de *glamour*. Kulick (2008) aponta isso entre as travestis com as quais conviveu e acrescenta que também diziam ser preciso evitar envolvimento sério com homens se tinham como objetivo sair do país.

Durante meu convívio com travestis, ouvi pelo menos duas histórias de recentes viagens para a Europa que, no olhar delas próprias, terminaram mal. As duas foram em relação “às bichas que se apaixonaram e resolveram se casar”. O “casamento” é visto como uma possibilidade de perda de chances de enriquecimento lá fora, afinal, em suas palavras, “homem sempre quer o dinheiro das bichas”. Assim, a máxima das travestis com as quais Kulick conviveu ainda continua atual, adequando-se a outros países: “Os homens italianos são podres (...) Você não pode acreditar em nenhum” (Ibidem: 190).

Durante nossas conversas, ela sempre lembrava de Rafaela, e afirma que a amiga está “perdendo tempo no Brasil”, e que se ela fosse para lá, iria ganhar “muito dinheiro”. Em suas palavras: “Acho que será tudo para ela!”. “Com aquela cara³⁵, iria fazer sucesso, poderia até participar de concurso de beleza” (...) “mas manda vir com alguém conhecida, de bem, porque no

³⁵ A vivência junto de Daniele e Rafaela, me possibilita afirmar que Daniele se refere ao fato da amiga ser branca, afinal, em outras ocasiões, percebi certa admiração de Daniele, assim como de outras adolescentes travestis, por Rafaela devido a sua cor.

começo é babado³⁶!”. E, desabafa, já com postura típica de europeia, assim que terminou de me mostrar uma nota de dinheiro estrangeiro pela *webcam*: “Eu fico pensando como essas bichas daí perdem tempo sabia?” Quando voltar para o Brasil, segundo ela, “será só *fervo*”, isto é, alegria, festa e diversão.

Este processo identitário por que tem passado Daniele, desde quando ainda estava morando no Brasil, revela o quanto tem se dedicado a atingir as expectativas do seu grupo na construção do que ele exige de uma “top”. As experiências desta entrevistada corroboram as palavras de Anselm Strauss:

Todo o grupo tem o direito de exigir de seus membros determinados sacrifícios. O indivíduo faz a si mesmo exigências semelhantes, participe ele ou não de grupos bem organizados; na qualidade de sua própria platéia e juiz, ele exige de si mesmo que não vadia ao longo da estrada, que não dê ouvidos às tentações, e que abandone algumas coisas mas não abandone a sua busca (STRAUSS, 1999: 58).

Assim, apesar de todo o risco e dificuldades que as travestis correm emigrando para a Europa, há o consenso, entre elas, de que vale a pena³⁷.

1.4 – Sobre um morrer, virar e nascer travesti: no enterro de Giselle e na praça com Rodrigo

Além de Daniele, Rafaela me indicou Giselle para uma entrevista. Daniele e Giselle se conheceram na *pista*. Quando Rafaela me falou de Giselle, eu não soube a identificar entre as travestis que já conhecia, quem ela poderia

³⁶ Babado é o mesmo que confusão, uma situação difícil ruim. Mas, em outros contextos, pode ser algo bom, como uma relação sexual satisfatória ou um acontecimento que vale a pena contar, nestes termos, às vezes aparece como sinônimo de “fofoca”.

³⁷ As experiências dos sujeitos desta pesquisa possibilitam refletir sobre a importância de considerarmos a subjetividade daqueles classificados como “vítimas de ESCCA” em suas escolhas, mesmo que não racionais, dos projetos de vida alternativos que valorizam espaços e tempos queer. Na contramão de nossas legislações sobre sexualidade abaixo dos dezoito anos, algumas de suas experiências revelam o quanto são capazes de fazer escolhas de vida que os distancia da simples condição de “explorados” no mercado do sexo. Em outras palavras, devemos refletir e problematizar os interesses normativos de nossas legislações atentando para a capacidade de agência destes sujeitos. Dentro de seus interesses e objetivos, mesmo que em desacordo com as normas e a moralidade hegemônicas, é compreensível porque almejam ser “top” ou “europeia” e agem nesse sentido sem, necessariamente, tornarem-se “brasileiros traficados” ou adolescentes assujeitados.

ser. Depois de algumas semanas, houve um assassinato de uma travesti em Campinas. Junto de uma militante travesti da cidade, fui até o velório, sem saber quem poderia ser a vítima. Tentamos obter informações através de um telefonema ao Instituto Médico Legal (IML), enquanto o corpo ainda estava sendo preparado para o enterro, mas, oficialmente, só nos informaram o nome que consta no documento de registro, sem outra informação que nos possibilitasse saber se a conhecíamos.

Diante deste e de outros assassinatos de travestis em Campinas, chama a atenção a importância dada para o momento de ver o corpo. O reconhecimento da imagem do corpo pelas amigas é a garantia de que a notícia de quem morreu veiculada é verdadeira, ou mais, de que por trás daquele nome masculino, desconhecido e impessoal, divulgado pela imprensa ou pelos setores governamentais, jaz uma conhecida.

Em um outro velório em que estive, minutos antes de ser enterrado o caixão lacrado, as travestis insistiram junto aos funcionários do cemitério para que ele fosse aberto, pois queriam ver se era realmente quem elas imaginavam. Mesmo o corpo estando irreconhecível pelo fato de já ter se passado alguns dias do assassinato, a insistência era grande, e os funcionários abriram o caixão para tentar tranquilizá-las. Apesar da identificação não ter sido possível, a sensação de dúvida, segundo elas, deixou de existir por terem “achado” que era mesmo a amiga.

Assim que chegamos ao cemitério, soube que o nome social da travesti assassinada era Giselle. Quando vi o corpo, reconheci Giselle de atividades de prevenção às DST/aids realizadas na *pista* pelo Grupo Identidade e, pelo conteúdo da entrevista dada por Rafaela, percebi naquele momento que eu estava diante do corpo da travesti que deveria ter entrevistado.

O assassinato de Giselle foi justificado, segundo as informações que colhi entre as travestis, porque ela devia para uma das *cafetinas* de Campinas³⁸. Afinal, mesmo morando e fazendo seus programas em um apartamento alugado por amigas, a partir de contatos telefônicos e da internet, deveria pagar diárias a uma *cafetina* da cidade.

³⁸ Porém a justificativa dada pelo policial militar que assumiu ter atirado em Giselle foi a de que ela tentou tirar a arma dele, assim que ele chegou no apartamento dela para um programa, isto é, ele alegou ter atirado em legítima defesa (NOTÍCIA JÁ, 2008: 8).



Foto 04: Travestis do Grupo Identidade durante ato de protesto após o assassinato de Giselle. Março de 2008 - Tiago Duque.

A marca de bala na testa de Giselle, sua visível maquiagem e brincos discretos, sua blusa feminina que reforçava a presença de seios de silicone e, principalmente, os seus nomes (de registro e social/masculino e feminino) sendo pronunciados em apelos de desabafos dos familiares e amigas, evocam o que escreveu Berenice Bento na introdução de seu livro sobre sexualidade e gênero na experiência transexual. Esta autora afirma que, durante a sua pesquisa, foram muitos os momentos de espanto diante de “corpos que embaralham as fronteiras entre o natural e o artificial, entre o real e o fictício, e que denunciam, implícita ou explicitamente, que as normas de gênero não conseguem um consenso absoluto na vida social” (BENTO, 2006: 19-20).

Segundo o que pude observar no velório, ela parecia ser muito querida pela família. A forma como as pessoas eram tratadas pelos familiares também revelava que a família conhecia e convivia com as amigas travestis de Giselle. Em outros momentos como este, não havia a presença de familiares nos velórios das travestis.

A maneira dos amigos e familiares se vestirem, se dizerem “irmãos” e “irmãs”, e a forma como faziam as suas orações, revelava que eram, em sua grande maioria, de formação religiosa evangélica. Pelo o que pude pesquisar no meu convívio face a face, a maior parte das travestis desta rede social se dizem cristãs/católicas e possuem parentes evangélicos próximos, sendo raras

as que têm experiência em religiões de matriz africana, ou aquelas que tiveram e mantêm essas práticas religiosas.

Mesmo as entrevistadas afirmando serem cristãs, a alusão a esta religiosidade é pouco comum no convívio cotidiano. Através do universo *online*, tive acesso a um vídeo e a uma comunidade, presentes em Orkut de duas das entrevistadas. O vídeo trazia as imagens de Jesus, bastante marcado por sangue³⁹, enquanto se ouve uma música tipicamente evangélica, onde o refrão dá destaque ao fato de Jesus ter nascido e morrido pelos fiéis. Já, a comunidade utiliza dos valores cristãos de forma bastante irônica, com o título “Só vou pro o céu se for *open bar*” (309.605 membros), faz alusão às festas nas quais se paga um valor para entrar e se consome bebidas à vontade.

Essa cristandade anunciada, caracterizada com poucas referências de religiões afro-brasileiras, diferencia este grupo daqueles estudados por outros pesquisadores (BENEDETTI, 2000; PERES, 2005 e PELÚCIO, 2007) que, através de suas etnografias, apontaram fortes vínculos de experiências identitárias travestis com religiões como o Candomblé.

Refiro-me a poucas referências a religiões afro-brasileiras porque estes adolescentes, mesmo sendo cristãos, usam do *bajubá* em suas falas. Segundo Pelúcio (2005), as travestis adotam uma série de termos vindos do *ioruba-nagô*, compondo uma espécie de gíria conhecida como *bajubá*, *pajubá* ou *bate-bate*. O *bajubá*, como é chamado em Campinas, é definido pelas travestis como sendo um dialeto oriundo dos espaços sagrados das religiões afro-descendentes. Este vocabulário tem sido transmitido nos vários ambientes que as travestis freqüentam, como boates, bares, Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para a diversidade sexual, encontros nacionais ou regionais de militantes travestis. Ele também já é empregado em programas humorísticos e usado por diversos personagens em novelas brasileiras.

O uso do *bajubá* parece voltar ao clima do contexto da sua origem entre alguns dos adolescentes com os quais convivi, especialmente aqueles que foram abrigados em instituições de “proteção” a crianças e adolescentes

³⁹ As cenas de Jesus são do polêmico filme americano “A paixão de Cristo”, dirigido por Mel Gibson, em 2004. A principal crítica ao filme foi a de que ele era anti-semita. Mais informações em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u41733.shtml>

neste município. Como as gerações anteriores, eles usavam este linguajar próprio para se comunicarem na instituição com outros adolescentes que o conheciam sem serem compreendidos pelos demais, o teor da conversa era quase sempre a respeito de práticas ou desejo sexuais, visto que não podiam declarar ou deixar transparecer suas práticas sexuais ou desejos pelos seus pares, afinal, no abrigo era proibido manter relações sexuais⁴⁰.

Além das palavras em *bajubá*, o termo *finada* chama a atenção nos discursos destes sujeitos. As amigas de Giselle a que tive acesso poucas semanas após o enterro já agregavam o adjetivo “finada” ao seu nome. As travestis com que convivi comumente usam este termo para se referir às suas amigas que já morreram e, pelos contextos do seu uso, é empregado com respeito e forte saudosismo. “A finada” parece ser usado em um primeiro momento para discriminar de quem se fala, a quem se refere, considerando que o sobrenome das travestis pouco é pronunciado entre elas. Então, em uma conversa, se referir “a finada Carla” ou “Valéria, a finada”, já contextualiza os ouvintes sobre quem se fala. Mas, “a finada” também alude de forma indireta aos processos dolorosos pelos quais estas travestis passaram na situação de suas mortes. “A finada” subsistiu, por exemplo, a causa da morte, não sendo usual as expressões “Carla, a assassinada”, “Valéria, a desaparecida”, “Tina, a que morreu de aids”⁴¹.

Daniele, por sua vez, durante uma conversa comigo, citou o nome de Rodrigo para uma possível entrevista. Eles se conheceram na Praça Carlos Gomes, um local bastante freqüentado por adolescentes e jovens gays no centro de Campinas. Tratarei desta praça no capítulo dois deste estudo.

Rodrigo há alguns meses se identificava como travesti, mas agora não se via mais assim. Procurei reencontrá-lo e entrevistá-lo. Este adolescente foi abrigado, aproximadamente durante oito meses, em uma instituição que compõe o Programa de Enfrentamento a ESCCA. Além da atuação no mercado sexual enquanto travesti, Rodrigo também era visto pelos

⁴⁰ “Em vez de reconhecer a sexualidade dos jovens e tentar dar-lhe suporte de forma prudente e responsável, nossa cultura nega e pune o interesse e atividade erótica de qualquer pessoa que não atingiu a maioridade” (RUBIN, 2003: 43).

⁴¹ A análise do uso do adjetivo “finada” foi um apontamento feito por Pelúcio, durante a banca de qualificação desta pesquisa.

profissionais deste programa e do Conselho Tutelar como um jovem em situação de risco por ser usuário de drogas ilícitas.

Durante a entrevista, após o período em que passou na instituição, Rodrigo disse que estava em uma fase “mais de boy. Não, boy não. ‘Gayrota’”. “Gayrota”, segundo ele, “é uma mistura de gay com garota”. Este termo foi aceito entre seus amigos e amigas, inclusive pelas travestis, mas, é um termo usado apenas nos contextos em que se referiam ao Rodrigo.

Disse-me que ainda tinha vontade de voltar a ser travesti, mas que “a vida está muito dura para conseguir namorado e emprego como gay, imagina como travesti!”. Esta análise sobre ser travesti ou ser gay, e as diferenças apontadas nas dificuldades em conseguir namoro ou trabalho, no olhar dos entrevistados, apareceram em campo diversas vezes. Parece haver, aos olhos das mais novas, uma resignificação do ser travesti, considerando as experiências das mais velhas. Essa postura de problematizar, de “pensar sobre” ser ou não travesti, aparece com mais força naqueles adolescentes com experiências em instituições voltadas para a “proteção” dos seus direitos. Este é o caso de Rodrigo. Vagner e Gabriela são outros adolescentes que se inserem nesta constatação, os quais apresentarei mais adiante.

Pude acompanhar a estadia de Rodrigo na instituição e ter com ele longas conversas antes de iniciar a pesquisa. Tive esta oportunidade durante o meu trabalho como educador social de rua, pois, segundo a lógica desta profissão em Campinas, o educador social de rua tem um papel fundamental na possibilidade de realização de projetos de vida para adolescentes envolvidos com uso de drogas ilícitas ou com a prostituição. É ele que deve procurar criar um vínculo com estas crianças e adolescentes e, a partir deste vínculo, tentar fazer com que eles se disponham a contar o seu histórico, e a materializar um “projeto de vida” fora da prostituição e sem o uso de drogas ilícitas, ou seja, nas palavras destes profissionais, “que este menino ou menina passe a buscar expansão da possibilidade de sua realização” (CRAMI, 2006) por “novos caminhos”⁴².

⁴² “Aos educadores compete utilizar, ajudar a manter e melhorar a rede local de atendimentos à criança e ao adolescente. Cabe ainda criar vínculos com as crianças e adolescentes, entender a história e as motivações que os levam à Situação de Rua, subsidiar novas reflexões e formas de enxergar a vida cotidiana e comunitária, ajudá-los na tomada de consciência de direitos e deveres, facilitando o acesso a serviços e lugares, promover a consciência de seus potenciais,

As dúvidas de Rodrigo em ser ou não ser travesti, assim como as dúvidas de Vagner e Gabriela, são importantes aqui para problematizar o discurso das próprias travestis que naturalizam suas experiências identitárias dizendo que “não se vira travesti, se nasce travesti⁴³”. Pelúcio escreveu, em relação a essa naturalização do “ser travesti”, como um determinismo que pode ser acionado para justificar a sua condição como inescapável, como um “se nasce” assim, que é associado “com as noções de ‘destino’ e de ‘natureza’, conjugando forças externas e internas, respectivamente, que seriam maiores que o indivíduo” (Ibidem: 2007, 97). Marcos Benedetti, por sua vez, afirmou sobre esta questão:

identificando todo este processo com uma qualidade natural, as travestis vão ao encontro do que é mais aceitável para a nossa sociedade, que os ‘desvios’ tenham uma causa orgânica ou natural e não existam por deliberação do sujeito. Acionam assim, lógicas criativas de enfrentamento do estigma que cerca sua condição (2000: 89).

Ainda que estas lógicas criativas de enfrentamento do estigma seja presente nas experiências destas adolescentes, e ao longo da pesquisa voltarei a detalhá-las, penso que o que Rodrigo traz, assim como Vagner e Rafaela, é muito importante para pensar os processos de subjetivação das novas travestilidades. Este “não saber o que se é” misturado com o “ser vários em um”, me faz pensar em processos de subjetivação na direção indicada por Gilles Deleuze:

respeitar e estimular o desenvolvimento da autonomia, enfim, propor e acompanhar meninos e meninas por ‘novos caminhos’, no intuito de que eles construam e materializem seus projetos de vida” (CASA GUADALUPANA, 2008: 22). Tal papel se estende também a outros profissionais que terão contato posterior com essas crianças e adolescentes caso eles desejem ir até as instituições, como, por exemplo, assistentes sociais, psicólogos e arte-educadores. Assim que estes contatos profissionais levam ao abrigamento dos adolescentes, há casos de instituições que proíbem o contato entre “os abrigados/os protegidos” e os “educadores sociais de rua”, sob a justificativa que este vínculo pode levar a desistência dos adolescentes em mudar de vida e fazer com que eles voltem para a rua. Afinal, na visão de muitos profissionais, o simples contato com os educadores sociais de rua pode proporcionar lembranças aos adolescentes de como a vida na rua pode, na visão de muitos, ser mais divertida que a vida no abrigo.

⁴³Durante as discussões finais do seminário “Homossexuais e Aids no Brasil: enfrentar ou esquecer?”, realizado em São Paulo nos dias 18 e 19 de maio de 2007, uma liderança travesti de Campinas rebateu a crítica de um *gay* que classificou a identidade travesti como muito fluída, ambígua e constantemente transitória entre masculino e feminino, dizendo: “Esse negócio de transitório eu não sei nada não, o que eu sei é que eu era uma criança travesti, depois uma adolescente travesti e, hoje, eu sou uma adulta travesti”.

pode-se com efeito falar de processos de subjetivação quando se considera as diversas maneiras pelas quais os indivíduos ou as coletividades se constituem como sujeitos: tais processos só valem na medida em que, quando acontecem, escapam tanto aos saberes constituídos como aos poderes dominantes. Mesmo se na seqüência eles engendram novos poderes ou tornam a integrar novos saberes. Mas naquele momento eles têm efetivamente uma espontaneidade rebelde. Não há aí nenhum retorno ao “sujeito”, isto é, a uma instância dotada de deveres, de poder e de saber. Mais do que os processos de subjetivação, se poderia falar principalmente de novos tipos de acontecimentos: acontecimentos que não se explicam pelos estados de coisas que os suscitam, ou nos quais ele torna a cair. Eles se elevam por um instante, e é este momento que é importante, é a oportunidade que é preciso agarrar (1992: 218).

Acontecimento aqui é compreendido por mim no sentido histórico, e não associado a uma experiência identitária fixa, por isso, além desta dúvida sobre o que se é, que leva a novos acontecimentos, como se perceber “gayrota”, algo novo diante das (mesmo que diversas) restritas possibilidades de classificação existente entre as entrevistadas. Rodrigo mostra uma outra característica importante para analisar as travestilidades e as adolescências. Característica essa que não está desconectada deste processo de subjetivação, de algum momento de “espontaneidade rebelde”, mas comumente não pertencente à identidade travesti.

Diferente dos outros jovens com os quais convivi, Rodrigo tinha uma capacidade de ser reconhecido como “bem feminino” e “bem masculino”. Esse trânsito convincente adolescente foi perceptível durante os encontros com ele nos espaços de prostituição, tanto no universo masculino como no universo feminino do mercado do sexo em Campinas. Sobre isso, tratarei no segundo capítulo.

1.5 – A *drag* entra em cena: com vocês, Vagner e Gabriela

Rodrigo, Vagner e Gabriela participam de um projeto⁴⁴ no Centro de Referência em DST/Aids de Campinas voltado para a prevenção entre adolescentes travestis, gays e bissexuais. Rafaela e Daniele também freqüentaram algumas reuniões deste projeto. Minhas conversas com Vagner e Gabriela foram durante estas atividades e, principalmente, por MSN. Também tive a oportunidade de encontrá-las em momentos de lazer, em boates e em um parque de diversões.

Vagner e Gabriela possuem várias experiências como lideranças de outros adolescentes. Eles participam de atividades e representam, em diferentes contextos, uma ONG que atua com educação não formal voltada à juventude da cidade de Campinas e região. Estas experiências junto à ONG, que defende o “protagonismo juvenil” em suas ações e propaga os direitos e deveres dos adolescentes e jovens, parece ser a principal justificativa para a condição de ambos de maior crítica e reflexão a respeito do universo travesti e de seus próprios desejos. Em outras palavras, é clara uma constante reflexão e avaliação a respeito de suas ações, ponderando, sempre que possível, a capacidade de suas escolhas e as conseqüências delas.

Vagner, no início da pesquisa, tinha dúvidas sobre ser ou não ser travesti, principalmente porque não queria colocar silicone líquido, por saber de todos os possíveis problemas que a sua saúde teria com a aplicação deste produto de uso industrial. Além disso, o mercado sexual também não o atrai. Durante as nossas primeiras conversas, ele me parecia bastante empenhado em decidir rapidamente sobre o seu futuro. Ele demonstrava interesse pelo universo travesti, principalmente aquele acessado por ele em boates de Campinas, onde as travestis fazem *shows glamourosos*, encontram amigos e

⁴⁴ O projeto ao qual me refiro foi criado para elaborar um material educativo de prevenção às DST/Aids para a população de adolescentes e jovens gays, bissexuais e outros meninos que fazem sexo com meninos. A proposta é que, após a criação de uma espécie de revista de bolso, os próprios adolescentes e jovens distribuam-na em diferentes espaços que freqüentam. A atividade tem como um dos responsáveis este pesquisador. Ela é desenvolvida pelo Núcleo de Educação e Comunicação Social (NECS) do Programa Municipal de DST/Aids, da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas. Para saber mais sobre esta atividade, ler: DUQUE, Tiago & ZUZA, Bete G. “Nem te conto! Desafios identitários para políticas públicas de prevenção às DST/Aids para HSH e Travestis”. Relato apresentado no Seminário Das Margens aos Centros - sexualidades, gêneros e direitos humanos. UFG, GO. De 25 a 27 de setembro, 2008 (<http://www.sertao.ufg.br/seminario>)

mantêm fãs. No universo GLS⁴⁵, *drags* e travestis se misturam em se tratando de performances artísticas nos palcos.

Gabriela, ao longo da pesquisa, também demonstrou identificar-se com o universo travesti, mas relativiza exigências que este demanda, como, por exemplo, “estar como mulher 24 horas por dia” ou tomar hormônio e aplicar silicone líquido. A dedicação aos hormônios e às aplicações de silicone, segundo ela, “pode ficar para mais tarde, quando já tiver feito faculdade e tiver uma carreira”. Ela, muitas vezes, disse se sentir gay e travesti ao mesmo tempo, e, às vezes “até drag”.



Foto 05: Gabriela *desmontada* - Orkut da Gabriela. Acessado em julho de 2008.

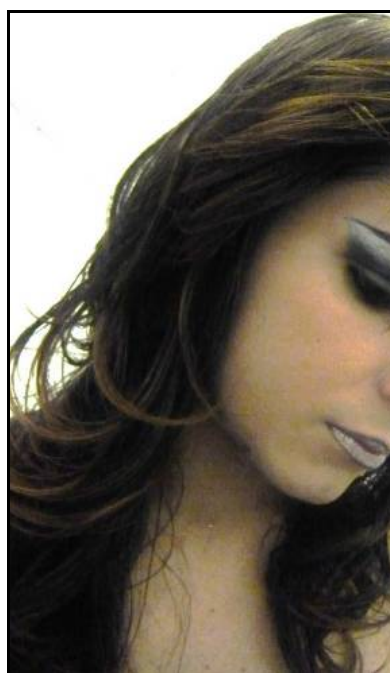


Foto 06: Gabriela *montada* - Orkut da Gabriela. Acessado em agosto de 2008.

Durante o trabalho de campo junto de Vagner e Gabriela, percebi que a *montagem* nos ambientes GLS, como bares e boates, traz a eles a atenção do público que muito os valorizava. Eles foram unânimes em dizer que *desmontados* não chamam a atenção, pois, segundo Gabriela, “desmontada perde o *glamour*”. “O legal é causar”, disse-me em certa ocasião. “Causar” é

⁴⁵ A sigla GLS designa “Gays, Lésbicas e Simpatizantes”, e tem ênfase mercantil. Comumente é associado a um estilo “moderno e descolado” (SIMÕES, 2005). Usarei GLS quando me referir ao universo dos entretenimentos da noite ou do mercado voltado ao “público gay”.

chamar a atenção, não passar despercebida, ser reconhecida, notada. De uma forma mais ampla, o “causar” para estas duas adolescentes é no sentido afirmativo de suas capacidades de se tornarem femininas, de serem elogiadas por sua estética.

O “causar” também pode ser usado no sentido do “bafão”, do escândalo. Mas, para estas duas entrevistadas bem como para as outras, esta parece não ser uma boa proposta, algo que mereça investimento. As travestis com as quais convivi prezam por um comportamento não escandaloso e procuram chamar a atenção por meio de características que as levam, sob sua lógica, a serem respeitadas como pessoas educadas, “finas”.

Essa relação com o escândalo torna cada vez mais distante, mesmo que não inexistente, pelo menos das experiências de travestilidades que tenho observado, o uso político desta ação, que, segundo Don Kulick e Charles Klein (2003), amplia o espaço da abjeção, pois: o escândalo é toda situação que evidência (ou visibiliza) uma diferença das realidades hegemônicas ou das socialmente desejadas. Os pesquisadores usam como exemplo as situações em que as travestis expõem os clientes que não querem efetuar o pagamento combinado depois das relações sexuais. Para o homem que preserva a discrição e o segredo dos seus encontros sexuais com travestis, passar por uma situação escandalosa em que a parceira grita e chama a atenção para o fato de o ter penetrado, ainda que não o tenha, é equiparar-se com ela naquilo que ela carrega de estigmatizante, o efeminamento, isto é, a possibilidade de ser visto como menos homem do que quer parecer.

A *montagem* a que estes dois sujeitos entrevistados se dedicam é à base de maquiagem⁴⁶, roupas e acessórios femininos. Esta *montagem* se assemelha com a da *drag*, só que, segundo Gabriela, é para “parecer mais mulher”. Neste sentido, não é um jeito *drag* de ser, como definiu Louro, “feito deliberadamente de excessos”. Entretanto, isso não tira a condição *drag*, apontada por esta mesma autora, que as caracterizam como escancarando a

⁴⁶ Em uma das comunidades do Orkut intitulada “I love Love MAke Up!” – 1.706 membros, de uma das entrevistadas, encontrei uma prece que, em tom de brincadeira, revela parte do valor que esta prática possui entre estes sujeitos: “Nossa Senhora do MAke Up, iluminai a minha sombra cintilante da Mac, acreditai no brilho do gloss da Dior, acrescentai o blush da Yves Saint Laurent, e para não cair em tentação, preciso do batom da Chanel. Rogai por um bom carão, uma pele bonita, corretivo, base, pancake...” (<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=3398090>).

construtividade do gênero, perambulando por um território inabitável, confundindo e tumultuando, indicando que a fronteira está muito perto e que pode ser visitada a qualquer momento (LOURO, 2004: 20).

Portanto, nesta *montagem* há uma busca de naturalidade que comumente a *drag* não tem⁴⁷. O que corrobora a afirmação de Kulick de que:

o tema da 'naturalidade' é um aspecto muito importante da subjetividade travesti. Apesar de lançarem mão de meios totalmente artificiais para obterem corpo e aparência femininos, as travestis têm apreço pela naturalidade (2008: 208).

Hélio Silva também apontou em seus estudos junto às travestis do Rio de Janeiro, há algumas décadas atrás, para essa busca por naturalidade. Segundo ele, “todo o esforço do travesti visa fazer-se passar por mulher. Seus êxitos e motivo de orgulho estão contidos em tal possibilidade” (1993: 129). Assim, há aqui uma característica de continuidade nas experiências de travestilidades ao longo dos últimos anos no Brasil.

Gabriela não tem silicone aplicado no corpo e não faz uso de hormônio, mas chama a atenção por sua “feminilidade natural”. Esta condição, apesar de não ser comum entre as travestis, não é um “privilegio” exclusivo desta entrevistada. Cláudia Goulard, uma veterana na *batalha*⁴⁸ em Porto Alegre, por exemplo, relata que em um período em que não havia silicone e nem hormônio no Brasil, uma bicha que conheceu era tão “natural” que conseguiu se casar na igreja sem o padre perceber. Na festa de casamento a polícia a prendeu, porque falaram que era um homem que tinha se casado sem ser mulher. Nas palavras de Goulard, “era uma bicha muito bonita, assim, com formato de mulher, com tudo” (BÖER, 2003: 41-42).

Segundo Anna Paula Vencato, o que diferencia as *drags* de travestis e transexuais, por exemplo,

são aspectos como temporalidade, corporalidade e teatralidade. Temporalidade porque a *drag* tem um tempo

⁴⁷ Esta busca por naturalidade é abandonada em situações muito específicas. No caso do trabalho de campo de KULICK, a informante Banana, que se prostituía dentro de um cinema pornô, usava maquiagem carregada para, segundo ela, destacá-la de todas as outras travestis que circulavam pelos corredores do cinema, convidando os clientes para gozar (Ibidem, 2008: 19).

⁴⁸ *Batalha* é o mesmo que prostituição.

“montada”, outro “desmontada” e, ainda, aquele em que “se monta”. Diferentes das travestis e transexuais as mudanças no corpo são feitas, de modo geral, com truques e maquiagem. A corporalidade drag é marcada pela teatralidade, perspectiva que é importante para compreender estes sujeitos (2003:196).

A teatralidade *drag* a torna uma referência dos palcos das boates GLS de Campinas, assim como em outras cidades do país. Há alguns que investem muito dinheiro nas *montagens* bastante luxuosas, e são vistas como profissionais. No entanto, “O luxo também aparece na esmerada produção corpórea das travestis, o que inclui as vestimentas, acessórios, perfumes, fazendo-se acompanhar pelo ‘glamour’ materializado numa hiperfeminilidade” (PELÚCIO, 2007: 101).

Assim como com as *drags*, o *glamour* travesti se relaciona com a vida artística, o teatro, as dublagens em boates. Esta influência dos palcos nas experiências destas jovens travestis parece ser mais uma característica que tem se mantido ao longo do tempo. No entanto, do ponto de vista do preconceito e da exposição à violência, as *drags* estão em uma situação de prestígio social maior. Penso que essa realidade foi fundamental na decisão de Vagner em se assumir *drag*, inclusive em adotar um sobrenome de uma das mais famosas e *glamourosas drags* do país, da qual é fã e com a qual mantém freqüentes contatos.

Vagner, assim que optou pela autodefinição como *drag*, passou a negar que algum dia tenha tido dúvidas sobre a sua “real identidade”, afirmando que sempre quis ser *drag*, por não suportar imaginar-se como travesti, e gostar, há muito tempo, de só se vestir como as mulheres para *shows*. No entanto, mesmo depois de sua “escolha decisiva”, contou-me um episódio em que aceitou fazer sexo por dinheiro com uma *maricona* que, depois de realizado o combinado, não quis pagar. Então, como estava acompanhado de um amigo, sentiu-se encorajado para roubar o cliente sem que ele percebesse, no quarto do hotel onde estavam para o programa. Na ocasião, diz ter feito a *linha travesti*.

Este relato de Vagner revela o quanto a identidade travesti ainda tem sido relacionada à prostituição e práticas como o roubo ou assalto. Estes estigmas parecem fazer parte deste universo, mesmo que cada vez mais

travestis tenham construído outras trajetórias de vida longe da prostituição ou de ações pouco valorizadas socialmente.

Assim, o processo dele afirmar-se como *drag* e não como travesti revela o quanto uma identidade negada é constitutiva da outra, e ainda que se busque uma coerência, ela está marcada pela instabilidade. A identidade *drag* e travesti são uma para a outra indispensáveis.

Mas, ele não queria ser uma “*drag* qualquer”. A dúvida entre a escolha do nome revelou, no processo de decidir-se por ser *drag* e não travesti, que Vagner se vê dividido entre as imagens de feminilidade branca e negra, afinal, um dos primeiros nomes surgidos no período da escolha foi o de “Naomi Bündchen”, uma mistura de duas top model internacionais, uma negra (Naomi Campbell) e a outra branca (Gisele Bündchen).

Depois de algum tempo, ele optou por outro nome, também duplo. O primeiro nome é de uma cantora negra americana, famosa e elogiada por sua beleza na mídia internacional. O sobrenome é de uma *drag* também famosa, magra, branca, tida como rica devido aos seus shows “luxuosíssimos”. Assim, ele quis agregar maior status⁴⁹ à sua escolha.

Inúmeras vezes ouvi Vagner se referir a esta *drag* como “irmã” e demonstrar a ela, sempre que tiveram oportunidade, o seu carinho e admiração. Esta decisão de Vagner frustrou vários de seus amigos e amigas. Afinal, todos torciam para que ele fosse uma *drag* caricata⁵⁰, devido a ser bastante engraçado e saber imitar uma famosa caricata negra que, segundo opiniões que colhi em campo, “parece sua mãe”.

Depois da escolha do nome, durante minha etnografia, pude presenciar o encontro de Vagner com estas duas profissionais respeitadas na noite GLS do Brasil. A admiração e o encantamento de Vagner pelo Léo Áquilla é visivelmente grande, assim como a sua semelhança, nos gestos e falas, com a Silvetty Montilla deixa as pessoas muito surpresas.

Através dos discursos e dos shows destas duas *drags*, é possível compreender o quanto elas são diferentes. Através do Orkut de Vagner, tive

⁴⁹ *Status*, para os sujeitos desta pesquisa é o mesmo que reconhecimento e fama, como me respondeu Gabriela, durante uma conversa pelo MSN.

⁵⁰ As *drags* caricatas fogem ao estereótipo de beleza feminina. Comumente são muito obesas ou carecas. A performance da *drag* caricata explora o riso com situações nada *glamourosas*, com roupas e acessórios bregas ou tidos como muito pobres. Quando não, brincam com a imagem do seu *glamour* que o público sabe não existir.

acesso as imagens de vários shows, tanto do Léo Áquilla, como da Silvetty Montilla. Enquanto os shows de Áquilla são compostos por bailarinas, dublagens, muitas trocas de figurinos, cenário e iluminação, os shows de Montilla são feitos sem qualquer produção, apenas com paródias fazendo alusão, com gírias e Bajubá, por exemplo, a sexo anal e a realidade de pobreza de muitas bichas.



Foto 07: Léo Áquilla *montado* - Orkut de Vagner. Acessado em setembro de 2008.



Foto 08: Silvetty Montilla durante a atividade promovida pelo PM DST/Aids, na Praça Bento Quirino, com o objetivo de fazer o marketing social do preservativo masculino. Junho de 2008 – Foto: www.espacogls.com.

Vagner, em uma das visitas ao camarim de Áquilla decorou um de seus depoimentos dirigidos a ele. Este depoimento revela o status auto-atribuído por este profissional, que, de alguma forma, é compartilhado por muitos fãs e admiradores:

Sou uma simples mortal, um mito profano, mas construo um império com um pedaço de pano. Sei o que é o mal e não me engano. Sou forte, mas também sou fraca, sou uma deusa sem estátua. Sou artista iludida, mas foi assim que eu venci na vida.

Montilla, por sua vez, assume uma condição de ser risível, em um dos vídeos no Orkut de Vagner, declara em meio a risos da platéia da boate: “Essas jóias são legítimas, quero oito seguranças para me acompanhar até o ponto de ônibus”. Depois de brincar com clientes da boate no palco, que se assumiram ativos sexualmente, declara: “Eu não sou uma bicha larga, eu sou uma bicha experiente, ou melhor, subterrânea”. Em outro vídeo, ela brinca com a questão racial e a pobreza, diz: “Preta não! Sou morena queimada de sol, da laje lá de casa”. Ela se refere às comunidades pobres que constroem barracos ou pequenos cômodos e usam a laje para se socializar e tomar banho de sol. Termina mostrando as jóias e provocando: “Eu não gosto de dar close⁵¹, nunca dei close. Isso não é close, é condições. Quem pode gasta, quem não pode me olha”.

Assim, valores partilhados por grande parte das travestis podem ser vistos como contextualizadores da escolha do sobrenome artístico de Vagner, afinal, “todo nome é um recipiente; nele estão vertidas as avaliações consistentes ou involuntárias de quem o nomeia” (STRAUSS, 1999:35). Enquanto Montilla está associada à negritude e à pobreza, Áquila revela uma beleza branca e luxuosa. Porém, esta escolha também é cheia de instabilidade, afinal, Vagner em seus últimos shows, mesmo se esforçando para ser como Áquila, tem feito também a platéia rir com jargões de Montilla. Segundo ele, “não adianta, o público gosta”.

Este é o único entrevistado da rede social que tomei como foco neste trabalho que não nasceu em Campinas. Quando Vagner me informou que nasceu em Mato Grosso do Sul, respondi que ele era “fina”, pensando na beleza do seu Estado. Porém, ele logo me repreendeu: “Fina nada! Imagina que alguém que nasce no Mato Grosso do Sul é fina! Fina fosse se eu nascesse na Alemanha”.

⁵¹ *Dar close* aqui é o mesmo que parecer ser o que não é. Em outros contextos, é se exibir, se sentir superior, mostrar algo com orgulho.

O estereótipo de pessoas brancas, ricas, “finas”, com roupas luxuosas (botas, jóias, casacos de pele, luvas, etc.) parece permear o universo das travestis com as quais convivi, não somente desta nova geração. Este estereótipo, além da Alemanha e Europa, também está vinculado aos Estados do sul do Brasil. “As do sul são as mais bonitas”, dizia-me uma travesti⁵².

No entanto, mesmo predominando sujeitos campineiros entre as entrevistadas, geralmente a origem regional das travestis que vivem em Campinas é bastante variada, principalmente daquelas que estão diretamente engajadas no mercado do sexo. Há um trânsito territorial que as coloca, considerando as regiões de origem, em maior ou menor número em diferentes locais segundo períodos do ano. Este trânsito tem ligação com a dinâmica dos espaços de prostituição travesti, que faz com que elas mudem de cidades e Estados por diferentes motivos, sendo o mais comum, a busca de novos clientes.

A imagem de *glamour* relacionada às travestis brancas não está somente entre estes sujeitos. Duas semanas após a inauguração de um “Clube GLS” voltado para um público de classes economicamente privilegiadas da cidade, ouvi o seguinte comentário de um funcionário: “A boate é um luxo. Só gente bonita e chique. Até agora não foi nenhuma travesti da cidade lá. Só a Viviane. Belíssima. Loiríssima”. Segundo os estudos de Perlongher (1987), também no universo da prostituição masculina faziam mais sucesso os profissionais do sexo loiros.

Neste processo de busca por *glamour*, que passa pela imagem feminina branca e economicamente luxuosa, Vagner criou dois endereços no Orkut, ambos com o seu nome e o de Áquilla. Um deles está lotado de “amigos”, sem poder receber novos integrantes, com mais de 900 pessoas cadastradas. A segunda já possui aproximadamente 600 contatos. Neste endereço, há 190 comunidades; comunidades tratam-se de espaços onde os usuários do Orkut se juntam a partir de afinidades ou interesses, elas são temáticas e facilitam a troca de mensagens, vídeos, fotos e acessos a outras comunidades. Analisando as comunidades que Vagner agregou a estes dois

⁵² Em uma determinada situação em que uma travesti foi apresentada a mim e disse ser nascida em um estado do sul do país, as suas amigas logo a repreenderam: “Pára de *dar close* bicha! Com essa sua cor você é gaúcha é? Hum!”. *Dar close*, neste caso, é o mesmo que querer parecer o que não é.

endereços, depois de agrupá-las por temáticas, cheguei a números bastante interessantes, que revelam o quanto empenhado está este adolescente em construir uma imagem *glamourosa* de si.

As comunidades de marcas famosas do mundo da moda internacional somam 40. Fazem parte deste agrupamento comunidades como “Armani” (98.599 membros), “M. Officer” (29.475 membros), “Dolce & Gabbana, eu uso e daí?” (815 membros), “I love Colcci” (12.543 membros), “Fanáticos por óculos Ray Ban” (5.747 membros) etc. Outras 19 comunidades são referentes a mulheres famosas, comumente magras e brancas, como “Angelina Jolie” (171.313 membros) e “Gisele Bündchen” (72.108 membros). Deste agrupamento, as temáticas que se repetem são referentes a esta modelo brasileira, das 19, 7 são sobre Bündchen. Um terceiro agrupamento é sobre a temática que uma *glamourização* de si, de um “empoderamento” luxuoso da auto-imagem, de certa valorização da auto-estima dos seus membros. São 41 comunidades com os mais variados títulos: “sua inveja faz a minha fama” (3.470.651 membros), “Eu tenho personalidade” (245.239 membros), “Eu não ando, eu desfilo” (12.836 membros), “Eu sou um luxo” (2.348 membros) etc. Nesta última, afirma que “você é um luxo se:”

- Tem estilo próprio sem se deixar levar pelo que os outros pensam;
 - Sabe esnobar, mas não é esnobe;
 - Sai pra balada com muita classe e estilo;
 - É educado com quem te trata bem, porém não leva desaforo pra casa;
 - Se você não precisa se esforçar para conseguir o que quer;
 - Tem sempre as melhores idéias ou as melhores piadas diante uma tragédia.
- (<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=15022314>)

Além das comunidades citadas acima, outro agrupamento possível foi o com temática referente a boates, 35 comunidades ao todo, considerando o interesse de Vagner pela noite GLS de Campinas e outras cidades. São elas: “Blue Space Oficial” – São Paulo (12.300 membros), “Diesel Lounge” – São Paulo (3.666 membros), “Dont’ Stop Club – Campinas (761 membros), “Mixed Club (Oficial)” – São José do Rio Preto (1.648 membros) etc.

Se Vagner precisa se esforçar para se aproximar de uma imagem feminina que não seja a da *drag* caricata, Gabriela, por sua vez, tem um sucesso maior na composição de uma feminilidade hipervalorizada entre as travestis e o público das boates GLS. Mesmo com pouca maquiagem, sem hormônios e silicone, consegue “passar por mulher”. Este status, apesar da amizade dela com Vagner, “causa muita inveja”, segundo ela. O mesmo ocorre com outros sujeitos que gostam de se montar e *fazer a linha travesti*, isto é, passar-se por travesti, comportar-se como se fossem travesti.

Durante a pesquisa de campo, especialmente com Gabriela, percebi que é bastante fluído e contextual o ser travesti. Há momentos em que ela se sentia travesti, outros que fazia a *linha travesti* e *se sentia mulher*, outros que se via como gay, mas gostava de ser travesti, e aqueles em quem era *drag* e se via como travesti. Enfim, há uma rica e incalculável rede de possibilidades que passa pela *montagem* e *desmontagem* destes sujeitos que transformam o gênero e convencem de suas feminilidades tanto os amigos, quanto o público das boates e, até mesmo, os *bofes*.

1.6 – Para além da rede: o caso de Vivian/Marcelo

Estes adolescentes que apresentei até aqui compõem a rede de sujeitos que entrevistei e com os quais convivi durante a pesquisa. No entanto, existem outros adolescentes que vivenciam processos de travestilidades que não pertencem a esta rede social, mas tem me ajudado a analisar e olhar metodologicamente para ela. Um deles é o Marcelo, ou Vivian, dependendo do contexto em que o encontrava. Nesta pesquisa me referirei a Marcelo a partir do seu nome feminino, por ter prevalecido um olhar feminino sobre si na maior parte das conversas que tivemos. Vivian, como Rodrigo, também foi “abrigada” em uma instituição por ser vista como “vítima” no mercado do sexo. Ela não teve oportunidade de recusar a “proteção”, como fez, por exemplo, Daniele. Vivian estava ameaçada de morte por uma *cafetina* da cidade.

Esta adolescente, quando criança, passou vários anos da sua infância na mendicância. “A receptividade a essa prática de pedir é maior quanto menor é a criança. Quanto maior seu crescimento, aparente pelo seu desenvolvimento físico, mais difícil é obter êxito na mendicância”

(FRANGELLA, 2000: 218). Por isso, em um período começou a vender sapatinhos de crochês feitos pela avó e pelo namorado da avó, um homem bastante jovem. Mas, com o passar do tempo, não conseguia mais vender o produto artesanal porque também não tinha o apelo da idade baixa. No entanto, a avó só aceitava-a de volta em casa se chegasse com o dinheiro.

Vivian, a avó, o namorado da avó, a sua mãe e um sobrinho moravam juntos na mesma casa, em um bairro periférico da cidade. A avó era a liderança da casa. Em uma visita, pude perceber que todos estavam sobre o comando da avó, que muitas vezes ordenava, aos gritos, o que cada um tinha que fazer. Na ocasião estavam terminando de arrumar a casa, que tinha gatos, galinhas, passarinhos e cachorros vivendo em seus cômodos.

A dificuldade de voltar com o dinheiro para casa, segundo os profissionais do Programa de Enfrentamento a ESCCA que acompanharam Vivian quando estava “abrigada” em uma instituição de “proteção”, justificam as primeiras experiências de sexo em troca de dinheiro na história desta adolescente. No entanto, ainda que o dinheiro fosse um mediador importante nestas experiências, um dos, em suas próprias palavras, “amigos” de Vivian, além de ajudá-la com dinheiro, oferecia a ela “muito respeito e carinho”. Vivian chegou a desabafar comigo que se sentia muito mal na instituição por saber que perderia o “amigo” para outra “bicha”, porque a distância iria separá-los.

Ela, aos 16 anos, antes de ser “abrigada”, morou por um curto tempo, não mais que seis meses, com travestis que atuavam no mercado do sexo e assumiu-se como tal. Porém, hoje com 19 anos, não se vê como travesti, e tem dificuldade em se autodeclarar a partir das categorias identitárias comumente disponíveis nos ambientes que frequenta, o que causa certa confusão e muitas dúvidas em determinadas situações face a face ou no universo *online*. Percebi que Vivian tem a preocupação de não fazer com que as pessoas acreditem que ela seja mulher, mas também não se vê “apenas como gay”. Em um passeio com ela no shopping, pude perceber que a atendente de uma lanchonete não soube se a tratava no feminino ou no masculino. Em uma das mensagens recebidas no seu Orkut, lê-se de um novo integrante do seu grupo de “amigos”: “pode até não ser travesti, mas mulher que não é”.

O que parece ter sido fundamental na caracterização da transformação identitária de Vivian foi sua vivência em uma instituição onde esteve “abrigada”. O mesmo ocorreu com Rodrigo, por isso, utilizo nesta pesquisa o convívio que tive com ela durante a maior parte do período em que esteve “sob proteção”, aproximadamente três anos, e, agora, durante a pesquisa, para olhar para a experiência de outros adolescentes travestis que tem *montado* e *desmontado* em Campinas.



Foto 09: Vivian, em pé e de calça jeans, brincando com amigos - Orkut de Vivian. Acessado em abril de 2008.

Rodrigo e Vivian passaram por instituições diferentes, porém exclusivas para meninos, onde não há espaço para a *montagem*, mas ambos têm mostrado o quanto a *desmontagem institucional* das feminilidades construídas a partir das travestilidades não produz um voltar a ser menino, mas experiências idenitárias ainda mais fluidas e complexas para pensar a construção e desconstrução dos corpos na adolescência. Afinal, se Rodrigo tem se identificado como gayrota e não como garoto, e, por sua vez, Vivian não encontra categorias identitárias que a contemplem no reconhecimento que quer para si, isso revela que há margens de fuga dentro da construção do projeto de vida que educadores e profissionais sonham e buscam implementar junto a estes adolescentes.

Através do Orkut de Vivian, tive acesso a mais três adolescentes travestis de Salvador. Considerando a distância e os contextos sociais bastantes diferentes entre Campinas e Salvador, não utilizo nessa pesquisa as

entrevistas que realizei com estes adolescentes, mas o que pude compreender do universo desses sujeitos em Salvador me ajudou a olhar para as especificidades das experiências de Campinas. Não proponho uma análise comparativa, mas ao ter um contato bastante pontual nas entrevistas com uma realidade distante da minha, enquanto pesquisador, pude perceber com maior detalhe as experiências ao meu redor.

A partir destas diferentes formas de vivenciar as travestilidades, sugiro que a experiência travesti trata-se de uma multiplicidade de possibilidades na qual nenhuma deve ser tomada como modelo absoluto (PERES, 2005:26). Penso-as como sujeitos contemporâneos que escapam da vida planejada. Nas palavras de Louro, estes sujeitos “pós-modernos” extraviam-se. Põem-se à deriva e

podem encontrar nova posição, outro lugar para se alojar ou se mover ainda outra vez. Atravessam fronteiras ou adiam o momento de cruzá-las. Muitos permanecem referidos à via mestra, mesmo que pretendam recusá-la e “partir para outra”... Sua recusa nem sempre é crítica, contundente ou subversiva; por caminhos transversos, sua recusa pode acabar reforçando as mesmas regras e normas que pretendeu negar (LOURO, 2004: 19).

No próximo capítulo, abordarei com maior destaque os processos de construção do corpo e da identidade que têm surgido com esta nova geração, processos esses que apontam para novas problemáticas subjetivas.

CAPÍTULO 02 – *Montando e desmontando:* novas travestilidades para tempos e espaços queer.

2.1 – Para analisar novas travestilidades

Como foi apresentado até aqui, a investigação da constituição da identidade travesti na adolescência, isto é, no início de sua publicização e no auge de algumas de suas mudanças corporais, tem possibilitado o levantamento de dados para a compreensão desta cultura sexual em sua gênese contemporânea.

Esse estudo utiliza o conceito de travestilidades, criado por Wilian Peres (2005), para se referir à variedade de processos identitários pelos quais os sujeitos travestis passam para se constituírem enquanto “femininos”. Pelúcio (2007) também afirma que este termo indica a multiplicidade das experiências ligadas à construção e desconstrução dos corpos a despeito da rigidez na gramática de gênero destes sujeitos. Esta rigidez existe devido às suas experiências constituírem-se dentro da heteronormatividade⁵³. Segundo Miskolci e Pelúcio,

hoje, o conceito de heteronormatividade sintetiza o conjunto de normas prescritas, mesmo que não explicitadas, que marcam toda a ordem social e não apenas no que concerne à escolha de parceiro amoroso; alude, também, ao conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apóiam na heterossexualidade. É toda esta ordem social que mostra como no par heterossexualidade/homossexualidade não há simetria, pois ele engloba díades como norma/desvio, regra/exceção, centro/margem. A heterossexualidade só pode existir fixando o periférico e, a partir dele, se definindo como central (2008: 07).

⁵³ O termo heteronormatividade tem se tornado cada vez mais comum nos espaços não acadêmicos. Durante minha pesquisa no Orkut de Vagner, conheci uma de suas comunidades com o título “Não à heteronormatividade”. Na apresentação desta comunidade lê-se: “Heteronormatividade (do grego hetero, “diferente”, e norma, “esquadro” em latim) é um termo usado para descrever que qualquer orientação diferente da heterossexual são marginalizadas. Que a única relação sexual normal é a entre pessoas de sexo diferente. A heteronormatividade é considerada como sendo a única orientação sexual normal. Diga não a heteronormalidade” (<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=38581989>)

No entanto, este conjunto de normas não impede que o corpo travesti preserve a ambigüidade, a surpresa e a confusão dos códigos de inteligibilidade, pois é “um corpo aparentemente feminino que tem entre as pernas um órgão sexual masculino, e mais ainda, faz uso dele” (PERES, 2005:25-26).

Segundo diferentes autores (KULICK, 2008; PELÚCIO, 2007; PERES, 2005; BENEDETTI, 2000 e SILVA, 1993 e outros), algumas características comuns formavam o universo das experiências das travestis brasileiras. Porém, estas características têm sido transformadas pela experiência de uma nova geração de sujeitos travestis que indicam a necessidade analítica de ampliar a noção de travestilidade para aqueles que já se assumiram travestis e, ainda bastante jovens, têm mudado sua autodenominação. Também utilizo o conceito de travestilidade para refletir sobre aquelas experiências de adolescentes que carregam muitas dúvidas sobre o fato de ser ou não ser travesti, sobre se devem, como devem e qual o melhor momento de “assumir” a sua travestilidade.

Além disso, tenho proposto uma reflexão a partir da *montagem estratégica*, conceito analítico que criei para pensar a construção e a desconstrução da feminilidade destes sujeitos a partir de uma manipulação da vergonha e do estigma para se conquistar, entre outras coisas, parceiros sexuais e transitar na escala de exposição à violência. Por meio deste enfoque na *montagem*, analiso como não é possível, a esta altura, continuar pensando um sujeito como sujeito unitário, mas como segmentado, que participa ao mesmo tempo de redes de sociabilidades diferenciadas (PERLONGHER, 2005: 275).

Assim, este estudo busca refletir o sujeito na direção apontada por Deleuze, compreendendo que o que há de interessante nele são as linhas que o compõem, ou que ele compõe, que ele toma emprestado ou que ele cria. Nas palavras do filósofo: “Somos compostos de linhas variáveis a cada instante, diferentemente combináveis, pacotes de linhas, longitudes e latitudes, trópicos, meridianos etc. Não há mono-fluxo” (DELEUZE, 1998: 119).

Buscarei fugir das análises morais a respeito das minhas informantes, exercício pouco comum quando se trata socialmente de

adolescentes, entendendo que não podemos concluir que existam linhas boas ou ruins, mas que

há linhas que representam alguma coisa, e outras abstratas. Há linhas de segmentos, e outras sem seguimento. Há linhas dimensionais e linhas direcionais. Há linhas que, abstratas ou não, formam contorno, e outras que não formam contorno. Aquelas são as mais belas (Ibidem, 1992: 47).

Deleuze também ajuda a pensar o sujeito a partir do desejo, ou vice-versa. Para ele:

Ao desejo não falta nada, não lhe falta o seu objeto. É antes o sujeito que falta ao desejo, ou o desejo que não tem sujeito fixo; é sempre a repressão que cria o sujeito fixo (...) Não é o desejo que se apóia nas necessidades mas, pelo contrário, são as necessidades que derivam do desejo: são contraprodutos no real que o desejo produz (Ibidem, 1996: 31).

Neste sentido, as seis entrevistadas foram observadas e analisadas a partir de suas experiências individuais e seus “fluxos desejantes”, e o que há nestas individualidades que nos ajuda a pensar sociologicamente esta cultura sexual em nosso tempo, “visto que cada um, como todo mundo, já é muitos, isso dá muita gente” (Ibidem, 1992: 16).

Procuro compreender estes “fluxos desejantes” na perspectiva deleuzeana, considerando que “apenas os fluxos são a objetividade do próprio desejo. O desejo é o sistema dos signos a-significantes com os quais se produz fluxos de inconscientes em um campo social” (Ibidem, 1998: 94-95).

Nesta perspectiva,

não há eclosão nenhuma de desejo, em qualquer lugar que seja, pequena família ou escola de bairro, que não questione as estruturas estabelecidas.[...] O desejo é revolucionário porque quer sempre mais conexões e agenciamentos (Ibidem, 1998: 94-95).

Porém, como sabemos hoje, o desejo não é necessariamente revolucionário. Perlongher, por exemplo, afirmou em relação à prostituição masculina que, via desejo, ela reproduz um valor hipervalorizado socialmente: a masculinidade (PERLONGHER, 1987: 257). Segundo os seus estudos, o

macho prostituto deve manter a sua virilidade como exigência do mercado. “O desejo do macho, explicitado neste circuito, permitiria iluminar obscuros entramados que dispõem a produção e reprodução, a recriação, de um modo de dominação sócio-sexual” (Ibidem: 259).

Assim, pensar o desejo deleuzeano com esta ressalva é fundamental para compreender as novas travestilidades, afinal, ao longo da pesquisa se perceberá, em muitos casos, a reprodução da ordem heterossexual na vivência dos “fluxos desejantes”.

2.2 – Em casa e na escola: “travesti não vive só de *pista*”

O que estas novas travestilidades têm me mostrado é que, a despeito de toda homofobia⁵⁴ a que estão expostos em casa desde a infância (BENEDETTI, 2000), parte dos sujeitos que tenho pesquisado, não têm rompido os laços com seus familiares. Diferentemente do que ocorria freqüentemente com a geração anterior, muitas travestis adolescentes não têm sido expulsas de casa por seus pais, apresentando uma realidade bastante diferente daquela descrita por Pelúcio (2007), em que as travestis, quando se “assumiam”, tinham o espaço doméstico da família, via de regra, insustentável.

No caso específico de Rafaela, pude conhecer e visitar sua família. Em dado momento da conversa que tive em sua casa, a mãe de Rafaela me contou que o pai havia abandonado a família por não ter aceitado que Rafaela “virasse travesti”. Independentemente de outras possíveis motivações para a saída do pai de Rafaela de casa, me chamou à atenção a acolhida da mãe de

⁵⁴ Segundo Kronka (2003), a homofobia, vista como crime de ódio, se justifica não apenas pela violência contra um corpo empírico, mas contra o discurso da homossexualidade e do homoerotismo. “São estes discursos que a homofobia quer agredir. São esses discursos que ela quer calar. É um corpo discursivo que um crime de ódio quer matar...” (KRONKA, 2003: 167). É nesta perspectiva que o termo homofobia é usado pelo movimento social LGBT, isto é, como formas diversas de violência dirigidas àqueles reconhecidos como homossexuais ou travestis. Já para muitos psicólogos e psicanalistas, trata-se de manifestação clínica que associam à recusa subjetiva da homossexualidade (própria ou alheia). Assim, ele é controverso, afinal adquire significados diversos de acordo com quem o utiliza. Na perspectiva teórica *queer*, é importante matizar o termo de forma crítica tanto com relação à “patologização” que ele permite quanto com relação à sua utilização de forma vitimizadora. O reconhecimento, portanto, em usos comumente voltados ao nível micro e subjetivo. Ainda que de forma esquematicamente frágil, é possível associar o termo heterossexismo em simetria macro ao termo homofobia como seu equivalente pontual em nível micro.

Rafaela de sua travestilidade, optando, segundo ela, pela filha e não pelo marido.

O convívio junto de Rafaela, assim como de outras adolescentes, possibilitou-me, ao longo da pesquisa, compreender que a permanência delas em casa se justifica de, pelo menos, três diferentes formas:

1 - Rafaela, via prostituição, contribui financeiramente com as despesas da casa, o que a valoriza bastante diante da mãe. O mesmo aconteceu com Vivian, que, por “ajudar em casa”, a sua família tolerou a sua feminilidade até pouco antes do início da *montagem*. As famílias dessas adolescentes nunca questionaram a origem do dinheiro que recebiam deles. Rafaela foi explícita em relação a isso, quando perguntei se sua mãe a aceitava como profissional do sexo: “Ah! Ela não fala nada, porque quem está sustentando a casa sou eu. A pensão dela não dá para nada, é uma miséria”.

Kulick, em outro contexto e período, via o dinheiro como o que levava as travestis para a prostituição, e que “elas precisam dele para viver, comer, pagar o aluguel, mas também para sustentar as relações afetivas com os namorados e com a família” (2008: 196). E que, portanto, “a incapacidade de ganhar dinheiro é um golpe devastador para a travesti, tanto no aspecto material quanto no emocional” (Ibidem: 196). Ainda que esta afirmação não possa ser generalizada, é inegável a importância do fator econômico para as experiências destes sujeitos.

2 - Rafaela também teve um parente, com forte liderança na família, que incentivou o início do processo de sua feminização, propiciando um ambiente não tão hostil a sua expressão identitária. Daniele também teve apoio de alguém da família, mas, neste caso, esse apoio não fez com que os demais familiares aceitassem a sua condição travesti por um longo tempo. Tanto na família de Daniele, como na família de Rafaela, este apoio veio das avós.

A relação de Rafaela com a família era tão acolhedora que contribuiu para que um tio (irmão da mãe) resolvesse “assumir” a sua travestilidade. A diferença de idade deste tio em relação à de Rafaela é de mais de quinze anos. Rafaela contou-me esta situação com entusiasmo e alegria, sentindo-se responsável pela “libertação da tia”.

3 - Gabriela, por sua vez, me fez compreender que a permanência em casa também pode ser associada à justificativa que traz mais uma

característica bastante inovadora ao processo de travestilidade, o que tenho entendido analiticamente por *montagem estratégica*. Gabriela, por exemplo, tem, estrategicamente, usado roupas e acessórios femininos fora de casa, para não colocar a sua permanência junto dos pais em risco, mesmo eles sabendo que ela gosta de se vestir como mulher e, segundo ela, a respeitar, a ponto de ela assumir: “Minha mãe experimenta minhas roupas de mulher”. Quando perguntei para ela sobre o seu pai, ela disse: “Nem liga (risos), mas ele não experimenta”.

Kulick apontou em seu estudo que *fazer a linha homem*, isto é, tirar acessórios femininos pra ir à rua durante o dia e tentar não chamar a atenção, nem ser vítima de violência, era comum entre as travestis de Salvador. No entanto, o que tenho percebido é que, entre algumas com as quais tenho convivido em Campinas, *fazer a linha homem* está para além do medo da violência, e algumas têm estado mais comumente como homens, fazendo a *linha mulher* em determinados contextos.

Esse *fazer a linha*, que é como um “parecer ser”, está diretamente ligado à noção de *montagem estratégica* que apresento à reflexão. Às vezes este *fazer a linha* é consciente, detalhadamente manipulado, estudado, treinado, exercitado. Em outros momentos, parece ser algo pouco racionalizado, planejado e taticamente construído. Nestes casos, há uma agência no sentido usado por Perlongher, agenciamento enquanto uma conexão de fluxos, que no caso dos sujeitos ligados à prostituição masculina, diz respeito a fluxos de dinheiro e desejo, de paixão e de morte, de corpos clientes e corpos prostituídos (1987: 257). Parte da conexão destes mesmos fluxos compõe também o agenciamento presente entre as travestis adolescentes.

Em outras palavras, há situações em que a *montagem* e a *desmontagem* se dão por questões ligadas à sobrevivência e, muitas vezes, não pensadas racionalmente, ou em resposta a “fluxos desejanter”. Trato desta questão nos próximos itens deste capítulo, quando abordo estes sujeitos e suas buscas por parceiros sexuais em diferentes locais da cidade de Campinas.

Outra nova característica dos processos de travestilidades observados em campo é que a *montagem* também tem sido tolerada nos

espaços da educação formal. Mesmo na escola, onde a rejeição à homossexualidade tem sido consentida e ensinada, a partir do desprezo, do afastamento e pela imposição ao ridículo daqueles que não se apresentam com comportamentos reconhecidos como heterossexuais (LOURO, 2003), já se encontram relatos de adolescentes travestis que freqüentam as aulas.

Os dados mostram que estas adolescentes estão em cursos chamados “supletivos”, em que a sala tende a ter menos alunos e um perfil etário misto. Além disso, há casos de adolescentes com diferentes perfis de *montagem*, desde as com silicone no corpo e nome social feminino respeitado pelos professores, como é o caso de Rafaela, até aquelas que ainda são alocados pela turma como gays, mas se sentem “mais travestis”, e investem na maquiagem e em algumas peças de roupas “mais femininas”. Neste segundo caso, encaixam-se, em determinando momento da pesquisa, Vivian e Rodrigo.

Segundo Rafaela, “aquela escola é tudo de bom. A *amapô*⁵⁵ que dirige me trata no feminino, como todos os professores”. Vivian, além de me dar relatos parecidos sobre os profissionais da escola onde estuda, afirma que não se sente discriminada pelos amigos da turma. Inclusive, em seu Orkut, há fotos destes amigos que, como disse, “são *bofes* de bem”. No entanto, durante as minhas conversas com estas adolescentes, o mesmo ambiente acolhedor não pode ser generalizado para a escola inteira. Nos intervalos, por exemplo, há comentários que, segundo elas, são preconceituosos, mas, em suas palavras, “é só não dar confiança que eles param”.

Assim, com as experiências de espaços de sociabilidade mantidos em casa e na escola, o universo do mercado sexual parece tornar-se menos fundamental na formação das identidades e subjetividades desses sujeitos, diferentemente do que foi apontado com estudos focando outras gerações de travestis (SILVA, 1993; BENEDETTI, 2000; DUQUE, 2005; PERES, 2005; PELÚCIO, 2007). Um destes estudiosos chegou a afirmar que

sem a “pista”, as travestis têm pouca chance de se verem como algo mais do que um “palhaço”. Sem a “pista”, o desejo do povo de “destruir” as travestis talvez pudesse enfim sobrepujá-las e lograr seu interno (KULICK, 2008: 202).

⁵⁵ Amapô, em bajubá, é o mesmo que mulher.

No entanto, estas novas características identitárias, com espaços de sociabilidades mantidos fora do mercado do sexo, corroboram a afirmação de que a

identidade não é fixa nem singular; ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança. Mas no curso desse fluxo as identidades assumem padrões específicos, como num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas (BRAH, 2006: 371).

A despeito desta inserção crescente das travestis adolescentes nos espaços familiares e formais, mantém-se a importância da *pista* na experiência de muitas travestis, sobretudo como provedora de um simbolismo para a compreensão do ser travesti, “simbolismo este que delimita um espaço social/sexual diferente do mundo da normalidade heterossexual, um espaço que é marcado tanto pelo perigo como pelo prazer, e pela constante inversão do que seriam as convenções aceitas” (PARKER, 2002: 114-115).

2.3 – Um “feminino travesti” com menos dor e suas implicações no negócio da *cafetinagem*

As estéticas travestis, a maneira como a *montagem* é feita, os resultados que se quer com ela, a visibilidade dos corpos *seminus* nas ruas também não são mais exatamente os mesmos que marcaram a geração anterior. Afinal, atentando para o uso do silicone líquido, é claro que estas adolescentes têm adiado para um futuro próximo a construção dos peitos, aceitando *bombar* apenas pernas e glúteos. Esta nova geração de travestis, quando vislumbra um peito para a composição do seu feminino, sonha com as próteses de silicone. A conquista da prótese de silicone se dá por intermédio das *cafetinas*, que têm seus próprios cirurgiões para indicar àquelas que “podem pagar”. Por isso, é comum encontrarmos travestis bastante jovens sem peitos, voltando a usar enchimentos; técnica abandonada pela maioria das travestis de gerações anteriores.

Segundo os relatos de Rubia, uma das primeiras *cafetinas* de Porto Alegre (RS), “no início as travestis não transformavam o corpo, não usavam sequer hormônios, eram puro truque, como diziam, às vezes usavam enchimentos de espuma para moldar as roupas no corpo – não existia peruca, era cabecinha Joãozinho” (BÖER, 2003: 34). Essas práticas têm voltado junto às novas travestilidades, há um retorno ao corpo magro e sem grandes curvas siliconadas. Silva, nos seus estudos, já apontava para uma nova geração de travestis como sendo capazes de não serem mais reconhecidos como tais, principalmente quando descontextualizadas do mercado do sexo (SILVA, 1993: 54).

Esta mudança no processo de *montagem* é reflexo das novas tecnologias utilizadas para a construção corporal do “feminino travesti”, o qual já foi associado aos peitos imensos de silicone líquido injetado do estilo *traveção* (“ancas fartas, muito seio, boca carnuda, coxas volumosas” - PELÚCIO, 2007: 107), mas que hoje tem perdido espaço entre as travestis em favor do estilo *ninfeta*, já citado neste estudo, que corresponde às novinhas com “poucas curvas e carnes com o ‘frescor’ de quem acaba de entrar na ‘noite’; muitas vezes, não têm marca de barba; são ousadas em suas performances junto aos clientes” (Ibidem: 52).

Outro fator a considerar é que os próprios argumentos da redução de danos para usuários de silicone líquido e hormonioterapia têm estado presentes nos discursos dessas adolescentes, quando justificam a espera pela prótese de silicone para os peitos.

A Prefeitura Municipal de Campinas é pioneira, junto de profissionais das áreas médicas e do movimento social campineiro de travestis, na criação de um protocolo para o atendimento a usuárias de hormonioterapia e silicone líquido no Brasil. Apesar da precariedade da implementação desta política pública, o discurso médico a respeito desta temática invadiu os espaços de sociabilidade das travestis, em especial os das mais jovens. Isso ocorre via usuárias do Centro de Referência GLTTB, Centro de Referência em DST/Aids e as intervenções de militantes do Grupo Identidade.

Estas mudanças reforçam a noção de “feminino travesti” como sendo sempre negociado, reconstruído, re-significado e fluído. “Um feminino que se quer evidente, mas também confuso e borrado, às vezes apenas esboçado”

(BENEDETTI, 2000: 148). Percebo com isso que, a chamada “dor da beleza”, que justificava a *montagem* dos corpos (BENEDETTI, 2000; DUQUE, 2005; PERES, 2005; PELÚCIO 2007), não tem sido mais a mesma. As agulhadas de silicone são substituídas gradativamente pela cirurgia plástica.

No entanto, o “saber travesti” em relação às técnicas que as constitui como “femininas”, mistura-se com os dos cirurgiões plásticos. Ao visitar uma amiga travesti pouco dias após a substituição da maior parte do silicone industrial dos peitos por próteses de silicone, feita no consultório de um famoso cirurgião de São Paulo, percebi que ela trazia entre os peitos um controle remoto de televisão. Ao perguntar a ela o motivo pelo qual aquele controle estava entre os peitos, obtive como resposta: “Ah! Me deixa. Estou com medo do silicone juntar”. O risco do silicone “juntar” e formar o que as travestis chamam como “peito de pombo” se dá quando a técnica usada é a da *bombadeira*, a da aplicação de silicone líquido industrial nos peitos. As próteses de silicone introduzidas, neste caso, pelas auréolas dos mamilos, no consultório do cirurgião plástico, não corre o risco de “juntar”, entre outras coisas, por ser uma espécie de bolsa de silicone.

Passado alguns dias da visita, esta travesti me disse ao telefone que estava “passada com as bichas”. Segundo ela uma outra travesti que acabara de colocar as próteses de silicone tinha orientado ela a não gozar durante um mês. A própria travesti que ouviu a orientação estava indignada, porque, além de já ter mantido relações sexuais em menos de um mês de “peitos novos”, entendia que era um absurdo relacionar as próteses com o gozo. Comumente as travestis orientam as mais novas a não gozarem quando estão tomando os hormônios, porque acreditam que o “perderiam” com o gozo, e conseqüentemente, ficariam menos femininas (PELÚCIO, 2007: 248).

Com estas novas tecnologias, o papel das *bombadeiras* tende a se re-significar, e, ao longo do tempo esta categoria pode até deixar de existir, considerando os avanços das tecnologias de constituição dos corpos, ainda que estes sujeitos só tenham acesso a elas em ambientes e práticas tidas como clandestinas⁵⁶.

⁵⁶ A clandestinidade das técnicas de mudanças corporais junto às travestis se dá, principalmente, pelo fato de, diferentemente das transexuais, elas não serem consideradas, pelo discurso médico oficial, portadoras de uma patologia. Sem serem vistas oficialmente como

Ainda em relação às *cafetinas*, sem o uso intenso das aplicações de silicone pelas novas gerações, há, por exemplo, a dedicação em facilitar outras formas de construção do feminino. Assim como apontaram outros autores (BENEDETTI, 2000; DUQUE, 2005; PERES, 2005; PELÚCIO 2007), é comum, via *cafetinagem*, se conseguir, ainda que a preços muito altos, roupas, jóias, bolsas, sapatos e peças íntimas.

O que me parece como um diferenciador são os apliques para cabelos. Há na cultura da geração anterior certo desprestígio, por parte das travestis, daquelas que não possuem cabelos longos naturais, sem apliques. Porém, percebo mudanças nestes valores, seja pela facilitação da *montagem* e da *desmontagem*, seja porque favorece e agrega novo valor a um material que pode ser consumido sem discriminação entre as travestis, aí com a ajuda das *cafetinas*. Também, como já citei anteriormente ao me referir aos cabelos de Rafaela, há um maior uso das mulheres em relação ao aplique, o que o torna, na visão das travestis, “muito feminino”.

Várias travestis jovens com as quais convivi em campo, como a própria Rafaela, por exemplo, tinham o hábito de, de tempos em tempos, trocar de cabelos. Mas muitas só conseguem isso por meio da interferência das *cafetinas*. Assim como os cirurgiões, elas têm as “amigas” para indicar para as travestis poderem colocar os cabelos e pagar em parcelas para elas, como contou Daniele. Às vezes, as *cafetinas* têm os próprios cabelos, que alugam ou vendem para as travestis, com o direito de reivindicar de volta a qualquer momento. Foi o que ocorreu com ela, que teve os cabelos retirados a força durante uma briga com uma de suas *cafetinas*.

Assim, ainda que a *montagem* com menos dor tenha ganhado espaço entre as travestis mais novas, a *cafetinagem* tem buscado novas formas de se manter em suas relações de poder com as meninas. A dor, seja antes pelas agulhadas, seja agora em algumas situações pela retirada dos cabelos, parece manter-se presente como parte mediadora destas relações.

doentes, não possuem, por exemplo, respaldo legal e médico para que profissionais promovam em seus corpos as mudanças desejadas. Não acredito que incluí-las nos códigos de doenças ou nos manuais médicos seja a solução, antes, é fundamental questionarmos a via da legitimidade das ciências médicas e psi que autoriza e desautoriza os sujeitos a alterem seus corpos.

2.4 – A *montagem* e a *desmontagem* na busca dos parceiros sexuais

Outras características destas novas travestilidades dizem respeito aos espaços de sociabilidade em que buscam parceiros afetivos e/ou sexuais. Diferentemente dos gays e das lésbicas⁵⁷, as travestis em Campinas não têm espaços específicos constituídos⁵⁸, que garantam a *caça* ou *pegação*, isto é, a paquera e os encontros para namoro e/ou sexo furtivo. Não é a toa que na *pista* há a prática entre as travestis chamada de *vício*, isto é, do sexo feito sem pagamento, com interesse focado na paquera, afeto e prazer. No entanto, o *vício* é uma categoria depreciativa entre as próprias travestis. Afinal, além da *viciosa* não saber separar trabalho de afeto, compromete os negócios por tender a sair de graça com homens desconhecidos, que são vistos como clientes em potencial (PELÚCIO, 2007: 81).

Por isso, o *vício* entre as travestis adolescentes na *pista* tem causado muito conflito com as *cafetinas* de Campinas. Vivian e Daniele tiveram esse tipo de problema. As duas foram agredidas fisicamente, ameaçadas de morte e expulsas da casa da mesma *cafetina*, em momentos diferentes, afinal elas não se conhecem. Segundo estas travestis, elas não resistiam “à beleza” dos homens jovens, ricos e bonitos, e acabavam não cobrando os programas. Esta expulsão e ameaça é que justificou a “medida de proteção” de Vivian assinada pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude, isto é, a sua institucionalização. No caso de Daniele, a ameaça foi retirada em nome de uma outra *cafetina* da cidade, que acolheu Daniele em sua casa em outra região de Campinas.

Esta realidade contribui para que a busca por sexo não-comercial e afeto invada espaços gays e tidos como de heteros. Uma diferença importante é que comumente nos “espaços gays”, alguns dos adolescentes entrevistados vão *desmontados*, acreditando que terão mais chances de encontrar parceiros. Porém, nos “espaços hetero”, há um investimento na *montagem*, sabendo que podem encontrar o que procuram devido à sua feminilidade particular. Estes

⁵⁷ Gays e Lésbicas são tomados nesta pesquisa como sujeitos que, diferentemente de travestis, não buscam engajar-se em processos de travestilidades. Em outras palavras, ainda que existam estéticas e comportamentos masculinos em lésbicas e femininos em gays, não se constituem em processos sistemáticos como o das travestilidades. Processos estes que, entre outras coisas, reivindicam (ainda que contextualmente) um reconhecimento de gênero diferente daquele categorizado em seus registros civis.

⁵⁸ Em Campinas, diferentemente de gays e lésbicas, não conheci nenhuma boate ou bar que fosse freqüentado majoritariamente por travestis.

espaços não são fixamente delimitados e os trânsitos neles não deixam de ser mistos, no que se refere aos desejos de homens gays ou de homens heteros. Abaixo exponho três exemplos, o de Rodrigo, Gabriela e Vivian.

Rodrigo se recusa ir à *pegação* em um parque de Campinas *montado*. Lá, segundo ele, “os homens e as bichas querem *boys*”. Rodrigo é um freqüentador assíduo deste parque. A região de suas trilhas, onde ocorrem os encontros entre homens para sexo furtivo, é chamada pelos seus freqüentadores de *IBAMA*⁵⁹. Lá o sexo comercial, segundo o que pude pesquisar, é quase nulo, e a discríção parece ser muito valorizada. Afinal, o parque, como um todo, é bastante movimentado durante todos os dias da semana, não somente por aqueles que estão a procura de encontros sexuais “fora do meio”⁶⁰, mas por crianças acompanhadas de seus pais, esportistas e turistas nos finais de semana. Portanto, ir ao parque não é ameaçador àqueles que se esforçam para manter seus desejos em segredo, ainda que, como heteros, estejam à procura de *boys*.

Estes homens freqüentadores do parque que se autocompreendem como *heteros*, mas procuram parceiros homens (*boys*), são adultos e de classes sociais muito diversificadas. Ainda que o valor da masculinidade não efeminada seja marcante nas suas experiências, eles não estão ligados, entre os freqüentadores do “IBAMA”, necessariamente a uma postura sexual ativa. A principal característica que os diferenciam das *bichas* é que não são efeminados como elas. Há então, nesta identificação como “hetero”, o investimento na aparência, e não nas práticas sexuais em si.

Já os *boys* aqui são aqueles “homens de verdade” muito jovens, alguns adolescentes, que freqüentemente mantém relacionamentos com homens, às vezes até mesmo exclusivamente com homens, mas “não parecem gays”, isto é, não são efeminados. Estes *boys* a que me refiro são comumente

⁵⁹ IBAMA, fora deste universo lingüístico da “pegação” de Campinas, isto é, da procura por sexo entre homens, é a sigla de uma autarquia federal - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que está associada no senso comum a proteção de florestas e animais. Saber mais em <http://www.ibama.gov.br/institucional/quem-somos/>.

⁶⁰ Miskolci, a partir de sua etnografia em salas de bate papo “gays” da internet, afirma que o termo “meio” evoca boates, bares ou as ainda mais estigmatizadas saunas ou regiões de prostituição. Assim, esta expressão carrega “aparentemente a força da visão dominante que associa qualquer espaço gay a um local impuro, ponto de contato com outras formas de marginalidade social, sobretudo, o poderoso mito socialmente construído por décadas de associação da homossexualidade com o desvio e a criminalidade” (2008: 08).

de classes menos privilegiadas economicamente. “Homens de verdade” também são aqueles que a maior parte das travestis assume como namorados ou maridos, que, comumente, são tidos por elas como ativos sexualmente⁶¹.

Kulick também descreveu os *boys* em seu trabalho de campo, segundo o autor, a maioria das travestis com quem conviveu tem uma grande fraqueza, uma “queda” por rapazes e adolescentes, a quem elas se referem como *boy* ou *boyzinho*. Segundo ele, “os boyzinhos mais atraentes nos olhos das travestis costuma ser jovens musculosos com idade entre 14 e 17 anos” (2008: 129).

O que Miskolci, em sua incursão etnográfica nas salas de bate-papo gay voltadas ao público masculino de São Paulo, afirmou sobre o espaço *online* de socialização homoerótica, também pode ser utilizado para pensar os homens, *bichas* e *boys* no “IBAMA”:

O desejo que os *guia* está na masculinidade padrão corporificada na imagem de um homem plenamente ajustado à ordem heteronormativa. Curioso paradoxo em que o desejo é homoerótico, mas se dirige ao homem “heterossexual”, ou seja, aos valores e práticas historicamente construídos como típicos daquele que mantém a dominação masculina (misoginia) e a recusa das relações amorosas ou sexuais entre homens (homofobia) (2008a: 7-8)

Assim, um familiar cartão postal da cidade de Campinas, esconde parte da população que vive experiências de sexualidade tidas como não hegemônicas e fora dos valores conservadores familiares.

⁶¹ Os “homens de verdade” perseguem um ideal de masculinidade do ativo sexualmente, isto é, aquele que penetra o ânus do parceiro. No entanto, há um contraste entre as práticas reais e este ideal, afinal, é comum os relatos das travestis de que parte destes homens prefere ser penetrados por elas (SILVA, 1993; BENEDETTI, 2000; DUQUE, 2005; PERES, 2005; PELÚCIO, 2007).



Foto 10: Parque Portugal, conhecido como “Lagoa do Taquaral” - www.campinas.sp.gov.br – acesso em outubro de 2008.

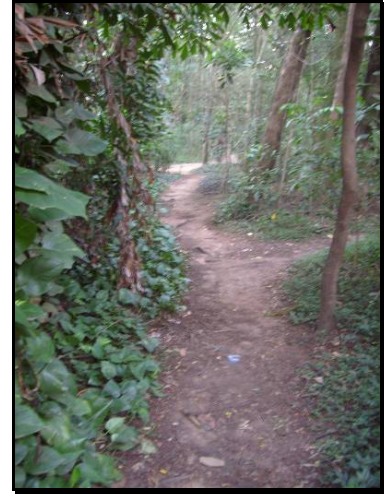


Foto 11: “IBAMA”, no Parque Taquaral, local de “pegação”, isto é, encontro entre homens para sexo furtivo. Novembro de 2008 - Tiago Duque.

Mas, Rodrigo às vezes deixa de *fazer a linha boy* e, então, a *montagem* cai bem nas festas, nas brincadeiras com os amigos. Isto é, nos momentos de diversão, quando não se busca encontrar alguém para sexo ou namoro. Estas festas podem ser no próprio bairro ou mesmo em algumas boates tidas como de público gay. A *montagem* entre os amigos e amigas permaneceu, mesmo depois de Rodrigo ter passado pela instituição de proteção e “desistido em andar de mulher 24 horas dor dia”.

Sobre as boates gays, Gabriela tem um posicionamento diferente de Rodrigo. Ela sempre vai *montada* porque consegue sempre ficar com heteros lá. Ao perguntar como ela sabe que os jovens que ela encontra na boate gay são heteros, ela me disse que eles “parecem muito homens”. Além disso, ela disse que os observa beijando as meninas que também estão na boate. Ela disse que estes jovens a tratam como travesti, isto é, no feminino, elogiando-a dizendo que ela “parece muito mulher”. Na boate, apesar da existência do *dark room*⁶², Gabriela procura não fazer sexo com esses *bofes*, porque acha o ambiente desconfortável.

⁶² Dark Room são salas escuras que os freqüentadores das boates GLS (ou bares, locadoras, clubes de sexo coletivo) costumam freqüentar em busca de sexo sem compromisso. Em muitos locais esses espaços são divididos em pequenas cabines e corredores, onde os clientes se encontram em busca de prazer anônimo.

Quando perguntei como e onde ela encontrava seus parceiros sexuais, ela me respondeu que no bairro onde mora tem dado muita sorte. Ela e uma outra amiga que se *monta* saem nas ruas e, como já são conhecidas, não sofrem preconceito. Investem no salto, roupas e maquiagem e sempre encontram alguém “que curte” e está afim de sexo. Outra forma de encontrar parceiros sexuais é pela internet. Neste caso entram em salas de bate papo “UOL Campinas⁶³”, não em salas temáticas como “Gays e afins”, e dizem ser “gays muito efeminados”. Perguntei a Gabriela porque ela não diz que é travesti na sala de bate-papo *online*. Ela me respondeu que se assume que é travesti, cria uma imagem para a pessoa que está teclando com ela de ser “uma bicha com peito e bunda de silicone”, o que não é o caso dela e desta amiga.

Em determinado momento da pesquisa, em uma conversa com Gabriela pelo MSN, ela me disse não querer mais se montar, por isso, cortou o cabelo (“arreprou e fez luzes”) e está deixando a barba crescer. Segundo a sua avaliação, “está quase um homem”. Quando perguntei o motivo pelo qual ela quis radicalizar a sua imagem, ela me respondeu: “Sabe por quê? Ah! Sei lá! Quero um namoradinho”. Insisti em saber a relação com o seu desejo por relacionamentos mais estáveis e a *desmontagem*. Ela continuou: “A aparência conta. Do mesmo jeito que eu procuro um namorado gay, mas com jeito de homem, ele também vai me querer um com jeito de ‘hominho’, não com jeito de menina”.

Os motivos dados por Gabriela ao seu processo de *desmontagem*, corrobora a afirmação de que

homens homo-orientados, quer se identifiquem ou não como gays, são criados para serem heterossexuais. Seus ideais estéticos e até sexuais tendem a ser marcados por aqueles de toda a sociedade. (...) É um paradoxo e tanto, pois o desejo é homo-orientado, mas o objeto do desejo tem que parecer hetero. (...) Este ideal é hetero, tende à homofobia e, mais uma vez, se volta contra o sujeito do desejo (MISKOLCI & PELÚCIO 2008a: 5-6)

⁶³ As salas de bate papo (onde as conversas são em tempo real) do site uol, temática “campinas”, são acessadas por vários moradores da cidade de Campinas, e de algumas outras da região. Entre as mais variadas temáticas das conversas, nestas salas também se encontra bissexuais ou gays a procura de sexo anônimo, e, às vezes, de “namoro sério”.

Assim, a *desmontagem* garante, na visão de Gabriela, o aumento das chances de encontrar relacionamentos duradouros com outros meninos adolescentes. Gabriela tem agido de forma diferente da geração anterior de sujeitos que viviam os processos de travestilidades, em que o que se queria com a *montagem* era a garantia de conquistar “namorados” e “maridos” que em nada demonstrassem sentir desejo por homens (KULICK, 2008; PELÚCIO, 2007)⁶⁴.

Vivian, por sua vez, já conseguiu encontrar “homens lllllinnnnndos” fora do meio gay. Segundo ela, quando foi *montada* para um bar hetero, chamou tanto a atenção que suas amigas ficaram incomodadas. A partir de sua avaliação, a prova do sucesso que fez em tal situação foi ter conseguido um *bofe* que a levou de moto para casa e insistiu com ela para que mantivessem relações sexuais na mesma noite, o que Vivian não aceitou por ser “de respeito”⁶⁵.

Portanto, esta “escolha” na hora de encontrar os parceiros sexuais revela o quanto a masculinidade (ainda que seja construída forçadamente por um adolescente efeminado) é valorizada entre as *bichas* e os homens a procura de *boys* nos espaços de *caça*, comparada com o desprestígio da *montagem*. O mesmo podemos pensar sobre o valor da *montagem* (que faz com que muitos digam “passar-se por mulher”), comparada com a desqualificação da masculinidade efeminada destes adolescentes desmontados, não apenas nos ambientes das boates gays, salas de bate papo da *internet*, mas também nos ambientes tidos como de heteros.

Assim, a partir da *montagem* e da *desmontagem*, estas novas travestilidades correspondem àquilo que Perlongher escreveu sobre territorialidade e identidade, considerando que é possível ocorrer o

⁶⁴ A lógica de que qualquer pessoa, inclusive as travestis, que queira ser desejável aos homens faz o possível para se aproximar do ideal de beleza da mulher, apontada por Kulick, pode ser problematizada com esta nova geração. Antes se podia afirmar que “elas traduzem seu desejo por homens de uma forma culturalmente adequada – ou seja, como um desejo heterossexual. E reivindicam o direito aos ideais de beleza que sua cultura oferece” (2008: 244). Hoje, ainda que o modelo do “gay que parece homem” esteja arredado aos padrões que a cultura hegemônica oferece, a busca da beleza não é mais, necessariamente, da beleza feminina.

⁶⁵ Os discursos de como “se respeitar” e “se valorizar” são aprendidos nas instituições onde Vivian foi “abrigada”, assim como instituições por onde passaram Rodrigo e outras adolescentes travestis. Estas instituições são regidas por valores cristãos, considerando que seus líderes são padres ou pastores evangélicos e que, mesmo com o recebimento de verbas públicas, o Estado não garante práticas de educação e formação laicas.

deslocamento dos sujeitos mais ou menos intermitentemente pelas várias casinhas classificatórias, mudando de classificação conforme o local e a situação: “Frequentemente, é um mesmo sujeito que vai assumindo e recebendo várias nomenclaturas classificatórias em diferentes momentos do seu deslocamento” (1987a: 152).

Então, a *montagem estratégica*, como já foi apontado anteriormente, tem um limite de racionalidade, não sendo operada simplesmente por uma decisão calculada, mas motivada também por fluxos de desejos envolventes, muitas vezes não ditos e não perceptíveis conscientemente pelos sujeitos. Em outras palavras, “não são os indivíduos – essa afirmação é dura – os que decidem ou optam a partir de um ego autoconsciente, os que constroem, por apelar a um clichê, suas identidades e suas representações” (Ibidem, 2005: 279-280).

2.5 – “Lá pode ir montada?” Violência, trânsitos e desejos

A freqüente pergunta “lá pode ir montada?”, feita em campo muitas vezes pelos sujeitos da pesquisa, tem me possibilitado conceituar a *montagem estratégica* também a partir das reflexões de Michel de Certeau. Estratégia, de um modo geral, é a ação racional que avalia custo benefício. Para ele, é estratégico o “cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente” (2000: 46). Em outras palavras, a estratégia postula um lugar de poder como algo “próprio”, a ser a base de onde se podem gerir as relações, manipular a partir de uma exterioridade de alvos ou ameaças (Ibidem: 99).

Penso esse local como situacional, ligado a certo momento, dinâmico. Assim, o sujeito pode tomar ações estratégicas, mas também agir taticamente. A tática, nas reflexões deste autor, é plástica e fruto da astúcia, é uma reação de resistência no local (que penso também como situacional e dinâmico), não planejada. Segundo Certeau, diferentemente da estratégia, este é um conceito determinado pela ausência de um lugar de poder:

chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora

Ihe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha (Ibidem: 100).

Um exemplo de apresentação tática enquanto *montada* foi-me dado por Gabriela. Segundo ela, um dia em que “se sentia muito travesti”, foi *montada* para uma boate GLS, bastante freqüentada por travestis, se divertir com as amigas. Durante a noite foi abordada por um homem que se dizia heterossexual e que a achava uma “mulher linda”. O jovem a preferiu, segundo ela, porque, para ele, ela não era travesti, era mulher. Então, Gabriela assumiu a condição de mulher, mesmo se sentindo travesti, e conseguiu, para a inveja das amigas, passar a noite na boate em companhia do jovem. Mesmo anteriormente *montada* sem a preocupação de passar-se por mulher, aproveitou a oportunidade inesperada, mudou os gestos, tornou-se “mais menina” e pediu para o jovem não tocar em seus seios e “buceta”, porque “não estava afim”, “só queria beijar”.

Então, nesse sentido, a tática não obedece à lei do lugar, apesar de serem relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, ela não se define por ele. Enquanto as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor as operações no espaço, as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar (Ibidem: 92). Estas suas posições de não-lugar lhe permitem, sem dúvida, mobilidade, mas também uma docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante (Ibidem: 101).

Assim, é possível interpretar a pergunta “lá pode ir montada?” como uma maneira estratégica de mapear para se *montar*, isto é, se definir pelo lugar e pelo momento. É a obediência à lei do momento e do lugar que favorece a *desmontagem*, mostrando que o lugar de poder dos sujeitos entrevistados é o lugar estratégico da travestilidade que se *monta* e se *desmonta* estrategicamente.

Ainda que existam momentos em que estes sujeitos tenham que jogar com a lei do outro, com uma força estranha, com o terreno que lhe é imposto, com o não-lugar de não-poder (tenham que ser táticos, que se *montar* ou *desmontar* inesperadamente, indesejadamente) emerge a questão: não seria desse momento inesperado do não-poder do qual procuram fugir e se

desvencilhar? Talvez seja na percepção não racional de que se pode fugir dos acasos que a *montagem estratégica* surja nas experiências das novas travestilidades.

A seguir, descreverei alguns espaços onde esta forma de *montagem* se dá, entendendo que o espaço é o cruzamento de móveis:

existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e variável tempo (...) É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se deslocam. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflitais ou de proximidades contratuais (Ibidem: 202).

A rede social das entrevistadas é composta por adolescentes que sempre encontrei na região central da cidade de Campinas. Os seus principais espaços de sociabilidade enquanto *montadas* se concentra em um espaço geográfico bastante restrito, comparado com o tamanho da cidade de Campinas, mas de dinâmicas de sociabilidade muito diversas, que vão de boates badaladas a praças públicas.

Este trânsito em diferentes territórios não é característica exclusiva da cidade de Campinas, como aponta a etnografia na cidade de São Paulo de Júlio Assis Simões e Isadora Lins França. Para estes autores, mesmo nos “espaços gays” tidos como “chiques e dourados”, a presença de travestis aponta para uma relação ambígua de mútua atração e estigmatização entre os seus freqüentadores e estes sujeitos. Perlongher afirma, em relação a este trânsito visto em um sentido mais amplo, que há uma “capacidade, exacerbada nos circuitos marginais, de o mesmo indivíduo participar, alternativa ou erraticamente, de diversas redes, algumas delas ‘normais’” (2005: 279).

O descrito acima também ocorre com as travestis que tenho entrevistado e observado, sejam as que usam daquilo que já chamei de *montagem estratégica*, seja as *montadas* nos termos das gerações anteriores, que buscam “estar como mulher 24 horas por dia”. Este trânsito em redes “normais” e “não-normais” vai para além da simples “escolha” por este ou aquele espaço, este ou aquele estilo de vida. Como revela Perlongher, são os

funcionamentos desejantes no campo social, as linhas de fuga que atravessam o *socius*, que arrastam os indivíduos e envolvem-nos.

Compreendo as redes chamadas de “normais” por Perlongher como sendo aquelas que não fluem das margens noturnas da sociedade, que correspondem a uma temporalidade em acordo com o tempo da família e não exercem atividades consideradas ilegais/ímorais (MISKOLCI & PELÚCIO, 2008a). Neste sentido, Judith Halberstam (2005) afirma que há usos queer de espaço e tempo que se desenvolvem em oposição à família, à heterossexualidade e à reprodução, apontando para experiências fora de marcadores sociais naturalizados como a sucessão (verdadeiro script incentivado socialmente) de nascimento, casamento, reprodução e morte.

A seguir apresento os usos queer de espaço e tempo a partir de dois locais em que encontrei minhas informantes em diferentes momentos durante o trabalho etnográfico. Primeiramente apresento uma descrição do Bar Sucão, da Praça Bento Quirino. Depois, descrevo a Praça Carlos Gomes, também situada no centro da cidade. O que pretendo com essas descrições é fazer-me compreender na afirmação de que tempos e espaços queer estão diretamente relacionados e não podem ser simplesmente fixados a uma região, de maneira atemporal ou generalizante. O que tenho percebido é que o mesmo espaço divide tempos queer e não queer, assim como no mesmo tempo, em um único espaço, convivem sujeitos “normais” e “não normais”.

A praça Bento Quirino, onde fica o Bar Sucão, é marco inicial de Campinas, onde se encontram os restos mortais do compositor Carlos Gomes, em um monumento que é cartão postal da cidade. No bar são vendidos lanches, porções, sucos e, principalmente, cerveja. O “Sucão” é um local de “bichas podres”, como costume ouvir de rapazes “mais discretos” que não gostam de frequentar o local. É um bar pequeno, com poucas mesas, que ocupa, como todos os outros bares e restaurantes da praça, a parte de fora do estabelecimento. Nos últimos meses, além de dois aparelhos de TV (onde comumente os clientes, principalmente as lésbicas, gostam de assistir partidas de futebol), instalou-se uma máquina Jukebox, ou seja, que, com a ajuda uma ficha, comprada no próprio bar, oferece a oportunidade do cliente selecionar as músicas que deseja ouvir. As músicas mais selecionadas são as do *funk* e das duplas sertanejas.

A maioria dos freqüentadores se concentra no período da noite, em especial na sexta-feira e sábado, e nas tardes quentes de domingo. Os clientes são lésbicas, gays e algumas travestis bastante jovens. Muitos destes, quando não são dos bairros mais periféricos na cidade, vêm de outros municípios próximos, como Sumaré e Hortolândia. Junto dos “viados”, como este público é chamado por muitos munícipes que passam pelo local, também se encontram moradores de rua, *trecheiros*, *punks*, *emos* e vendedores de artesanatos.

As “bichas velhas”, como são chamados os idosos que freqüentam o bar, também dividem os espaços com os demais freqüentadores. Estas, por sua vez, são poucas e costumam ficar sentadas nas mesas, conversando e bebendo. A maior parte dos jovens não consome no bar, entram para usar o banheiro e ficam do lado de fora, em grupo, sentados no chão da praça. Às vezes eles trazem as bebidas de outros lugares, neste caso, comumente garrafas de vinho.

O bar não foi aberto para atender este público, mas nestes dias da semana e horários, a sua clientela é majoritariamente de sujeitos que buscam relações sexuais com outros do mesmo sexo, que ao longo dos últimos anos tem aumentado cada vez mais. Durante o horário comercial, de segunda às sextas-feiras, a freqüência é de trabalhadores do comércio da região central ou de adolescentes, alunos de um colégio técnico que fica próximo da praça. Segundo relatos de alguns conhecidos, caso apareça algum casal de homens ou mulheres nestes dias e horários, ouve-se do responsável que “a putaria é só à noite”. Os garçons são orientados a separar ou impedir qualquer gesto de carinho entre casais não heterossexuais, o que não acontece durante à noite ou nos finais de tarde de domingos, quando é muito comum, dentro e em frente ao bar, na praça, muitos casais permanecerem abraçados e se beijando, o que também faz com que muitos curiosos passem pelo local, a pé ou de carro.

Às sextas-feiras e sábados, a partir das vinte horas, se dá a maior concentração de pessoas na praça, mas, nenhum bar fica com tantas pessoas na frente, em pé ou sentadas em rodas de conversas no chão da praça. Por volta de uma hora da madrugada, o bar é fechado, considerando que o movimento cai rapidamente entre as vinte e três horas e a meia noite. Parte dos clientes vai a outros bares e boates, enquanto outros se dirigem aos pontos de ônibus para retornar aos seus bairros ou cidades.

Os outros bares da praça são de públicos muito diferentes deste. Na outra extremidade da praça, por exemplo, há um bar para clientes de classes economicamente privilegiadas. Clientes mais “refinados” também freqüentam outro bar, que fica em frente ao Sucão, com música ao vivo, especialmente rodas de samba.



Foto 12: Praça Bento Quirino durante uma Sexta-Feira à noite. Dezembro de 2008 - Tiago Duque.

Vizinho ao Sucão, há um bar-restaurante que, por escolha de seu proprietário, não abre às noites e no final de semana. Segundo o que pude pesquisar, por ele se recusar a atender “viados”. O maior estabelecimento da praça é uma choperia que, em determinadas épocas do ano, recebe universitários e alunos da escola de cadetes de Campinas. Este estabelecimento evitou, por muito tempo, atender travestis e “as bichas mais confiadas”, isto é, nas palavras de um dos garçons, “escandalosas”. No entanto, o aumento da presença destes sujeitos na praça também atraiu maior movimento ao estabelecimento, o que fez com que os responsáveis cedessem e autorizassem este público a entrar em seu comércio.

Como descrevi, a praça Beto Quirino é composta por diferentes redes sociais, que se cruzam e se encontram. Além da clientela diversificada de cada estabelecimento, há também em circulação pela praça, fiéis da Igreja Nossa Senhora do Carmo, que mantém celebrações e missas constantes, em

diferentes dias e horários. A igreja está ao lado da extremidade da praça onde fica o Sucão.

Durante o período do meu trabalho de campo, o Programa Municipal de DST/Aids, às sextas-féias à noite, também estava presente na praça, quinzenalmente, com suas técnicas⁶⁶ e parceiros, em um trabalho de prevenção às DST/aids. Militantes LGBT também realizavam atividades políticas na praça, como debates e exposição de materiais educativos.

No Sucão é freqüente ocorrerem desentendimentos, brigas e confusões. Muitas vezes, a polícia militar e a guarda municipal são chamadas para tentarem resolver a situação. Isso ocorre quando os seguranças particulares dos estabelecimentos não conseguem conter a confusão. Pequenas brigas e desentendimentos são interrompidos por amigos dos envolvidos ou pelos próprios seguranças.

Dentre as confusões que presenciei, uma delas me chamou a atenção por não ser a mais comum. Um jovem que passava pela praça, em frente ao bar, discriminou um casal de meninos que estavam namorando. Eles gritaram “homofobia!”, segundo os relatos que colhi posteriormente à confusão. Então, uma multidão de adolescentes e jovens da praça agrediu o moço tido como preconceituoso, o qual correu para não sofrer mais agressões. O que se ouvia dos outros jovens que souberam do ocorrido é que, “a praça é nossa. Aqui nós ocupamos e não vamos aceitar discriminação”.

Esta noção de ocupar, de que “não era nossa e agora é”, contribui, de alguma forma, como um marco neste espaço de sociabilização. Diferentes de outras realidades, como a estudada por OCHOA (2008)⁶⁷, os freqüentadores deste espaço sabem que não tem estado ali “por toda a vida”.

Na mesma praça, a poucos metros do Sucão, já não se vê a mesma liberdade dos casais de gays ou lésbicas, ou mesmo composto por travestis. Parece haver, ainda que em expansão, uma área próxima do bar onde os jovens sentem-se mais à vontade para afetos e carinhos em público. Aqueles

⁶⁶ Utilizo o gênero feminino para me referir às técnicas do Programa Municipal de DST/Aids de Campinas por estar profissionais serem mulheres em sua maior parte. A presença majoritariamente feminina nos espaços governamentais de saúde, neste caso relacionado com a aids, é comum em outras instâncias, como no Programa Estadual de São Paulo de Prevenção às DST/Aids.

⁶⁷ Esta autora relata que durante o trabalho de campo com profissionais do sexo transformistas na Venezuela, suas informantes não sabiam dizer quando e como surgiu a sociabilidade delas na avenida pública onde, entre outras coisas, encontravam os clientes.

que querem se *montar* e “dar close” também encontram ali um espaço importante de sociabilidade. É no Sucão que a maior parte dos adolescentes que se *montam* aparece pela primeira vez, o que comumente ocorre sobre muitos elogios e, em alguns casos, *flash* fotográficos, seja de celular ou máquina digital de algum amigo que quer registrar para “colocar no Orkut”.

Os *promoters* das boates também comparecem no Sucão para distribuir *flyers* que garantem descontos ou, em alguns casos, entregar algum VIP⁶⁸. Por isso, algumas “bichas” passam pelo bar, que não cobra entrada, apenas na expectativa de conseguir uma maneira de ir para algum bar GLS “na faixa”, isto é, de graça, sem pagar, ou de conseguir um desconto no valor da entrada da boate.

O Sucão é marcadamente um bar de gays e lésbicas, classificados, por outros gays e lésbicas, alguns também freqüentadores do local, como sendo “bagaceiros”, “penosas” isto é, pobres, “sem cultura”, “sujos”, “que dão pinta”, “caminhoneiras”, “sapas” isto é, demonstram ser gays ou lésbicas. Em resumo, que compõem o grupo “de pessoas feias”, denominação dada por aqueles “que passam longe dali”, como me disse um jovem gay durante uma conversa na sala de bate papo da internet. Com estes adjetivos, muitas vezes usados pelos próprios freqüentadores para se auto-referirem, criou-se uma categoria de bicha em Campinas que, comumente, não é bem vinda na sala de bate-papos ou em estabelecimentos “mais finos” da cidade, a “bicha tipo sucão”.

Todas as minhas informantes conhecem o bar e já o freqüentaram, mas, durante a pesquisa, Vagner e Gabriela foram os que mais encontrei por lá, comumente montados e “causando”, isto é, chamando a atenção, “fervendo” com as amigas. Mas, em uma oportunidade que Vagner teve de fazer uma apresentação de *drag* em frente ao bar, recusou dizendo: Eu não! É queimação!”

A praça Bento Quirino é um dos poucos locais públicos em Campinas em que as entrevistadas se sentem seguras para irem *montadas*. A pergunta “Lá, pode ir *montada*?”, que ouvi muitas vezes em campo, durante as

⁶⁸ VIP é um convite que possibilita a entrada gratuita a boates, em alguns casos, inclusive, a locais reservados das boates, como camarotes ou camarins das drag. O significado da sigla é “Very Important Person”, que adquiriu uma tradução corrente entre as bichas do Sucão: “Viado Impossibilitado de Pagar”.

conversas entre as informantes, não é feita em relação ao Sucão. Lugar já reconhecido entre as travestis como um espaço “seguro” para ir “bem feminina”, pelo menos, nos dias e horários de maior frequência homoerótica.

A preocupação com a segurança quando saem montadas justifica-se pelas histórias freqüentes de tentativas de agressões ou mesmo de atos de violência cometidos contra travestis e transexuais no Brasil. Em especial, Vagner e Gabriela já me relataram algumas situações que passaram nas quais tiveram que ter proteção para não serem agredidos, como em um evento em um bairro da periferia dirigido pelo Grupo E-jovem. Nesta situação, tiveram que pedir a ajuda de militantes LGBTs e de educadores das instituições envolvidas para não serem agredidos por outros jovens que perceberam a circulação de, em suas palavras, “bichas pelo bairro”.

Segundo os dados da pesquisa realizada na Parada do Orgulho GLTTB (Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais) de São Paulo em 2006, 85% das trans (grupo em que se encontram as travestis), já sofreram agressão verbal ou ameaça de agressão. Em relação à violência física, 60% das trans responderam que já foram agredidas (seguidas de 16% dos homossexuais masculinos). Os dados apontam ainda para os locais destas agressões, em relação às trans, 72% deles aconteceram em lugares públicos (FACCHINI, 2007).

Considerando a diferenciação entre o histórico de violência entre as travestis (*montadas*) e os gays (*desmontados*), é possível afirmar que estas novas travestilidades, a partir da *montagem estratégica*, também permitem a alguns sujeitos deslocarem-se, enquanto alvo da violência, em condições sociais de maior ou menor exposição às agressões e a vexação, seja nos “espaços gays” ou heteros. Portanto, a resposta negativa à pergunta “lá pode ir montada?” não garante que estes sujeitos não freqüentarão o local que está sendo alvo da conversa, mas garante um outro preparo e tratamento do corpo, da imagem, dos gestos e do vocabulário, que, em conjunto, as deixarão, aos seus olhares e dos outros, menos ou mais femininas.

É o que ocorre na Praça Carlos Gomes, também bastante conhecida entre os gays da cidade. Lá há certa discricção nos encontros e na forma de sociabilidade que não se vê na Bento Quirino. A *montagem* na Praça Carlos Gomes não é usual como na do Sucão, quando ocorre (como no caso de

Rodrigo durante parte da pesquisa), é feita a base de maquiagem e peruca, ou, no máximo, de maquiagem e uma calça jeans feminina.

Outra diferença é que, segundo o relatório final do trabalho de enfrentamento da prostituição na adolescência do ano de 2005 e 2006, nesta praça a polícia militar e a guarda municipal estão presentes mais ostensivamente, enquanto na Bento Quirino, como já foi escrito, os policiais e guardas atuam “em colaboração com os agentes de segurança privada” (CRAMI, 2006).

A presença da polícia na Praça Carlos Gomes justifica-se pelo processo de “revitalização⁶⁹” do centro da cidade de Campinas que tem nesta praça um marco importante, afinal, ela é cercada de prédios residenciais, com moradores de nível econômico elevado se comparado com outros moradores do centro. Há também dois hotéis cinco estrelas que compõem a região da praça Carlos Gomes, possibilitando a circulação, mesmo que em táxis ou em seus carros de vidros escuros, de turistas e de empresários que vêm a Campinas a trabalho. Na movimentada avenida, que dá acesso à praça para a maior parte dos munícipes que estão no centro da cidade, bem em frente ao coreto, fica um clube tradicional da cidade, o que também favorece a circulação de uma rede de pessoas que comumente não circulam por outras praças do centro.

Na Praça Carlos Gomes há também outras redes sociais que se cruzam, encontram e convivem. No período letivo, alunos da Escola Estadual

⁶⁹ As ações de “revitalização”, ou com o mesmo caráter mas com nomeações diversas, de espaços públicos vão muito além dos prédios e ruas em si e ocorreram e ainda ocorrem em diferentes locais do Brasil e do mundo, em momentos históricos bastante diferentes. Por exemplo, durante a virada do século XIX para o século XX, segundo SEVCENKO (2003), a literatura de Euclides da Cunha, Graça Aranha e de Monteiro Lobato (Jeca Tatu) ilustrava a oposição que se tinha no período entre “cidade industriosa/campo indolente”. O autor apresenta peculiaridades cariocas como a estigmatização do violão, símbolo de “velhos hábitos coloniais” – sinônimo de vadiagem, e a lei do paletó, para obrigar todos a vestirem sapatos e paletó em contraposição à imagem da imundície dos sem colarinho e com pés descalços. Até mesmo o carnaval foi legitimado com leis que o caracterizavam como o europeu: somente era permitido arlequins, pierrôs e colombinas comedidas, nada de batuque, pastorinhas, índio e cobra viva. O autor descreve ainda a “caça aos mendigos”, inclusive prostitutas, em um processo de caça aos “marginais” do centro da cidade, além de uma concepção de segurança que privilegiava as regiões centrais da cidade.

Durante outro período histórico, em Los Angeles, final do século XX, houve uma “tendência sem precedentes no sentido da fusão do urbanismo, da arquitetura e do aparato policial num único e abrangente esforço de segurança.” (DAVES, 1993: 206). Lá, se criou os “bancos à prova de vagabundos”, em forma de barril, “que oferece uma superfície mínima para um sentar desconfortável, enquanto torna completamente impossível dormir sobre ele” (DAVES, 1993: 213).

Carlos Gomes freqüentam a praça pela manhã, à tarde e à noite. Eles permanecem no lado da praça que fica próximo à escola. Os moradores, em especial as crianças e as suas babás durante o dia, e adultos com seus cães no início da noite, circulam mais na parte central da praça, próximo ao coreto e ao *playground*.



Foto 13: Final de tarde na Praça Carlos Gomes. Moradores, próximos ao coreto, passeiam com seus cães. Dezembro de 2008 - Tiago Duque.

Do outro lado da praça, ficam as profissionais do sexo durante o dia todo. Elas circulam no local, mas se concentram do lado oposto à escola. Existe um pequeno hotel de curta permanência nas proximidades que favorece os encontros sexuais destas mulheres com seus clientes - comumente muito pobres. São, em sua maioria, mulheres pouco jovens e que passam despercebidas pela maior parte das pessoas que cruzam a praça. Porém, os administradores da praça parecem reconhecer muito bem este trânsito das profissionais do sexo, afinal, com a reforma da praça todos os bancos foram trocados ou reformados, mas “na área onde ocorre maior concentração de profissionais do sexo, dezesseis bancos foram tirados e não foram repostos” (CRAMI, 2006).

Durante a pesquisa percebi que Rodrigo era o que mais freqüentava a praça. Além de rever amigos, ali ele também encontrava possíveis clientes,

quando resolvia *fazer a linha* michê. Tratarei mais especificamente deste universo da prostituição no próximo item deste capítulo.

À noite as mulheres profissionais do sexo deixam a praça e, então, gays, michês e outros homens a procura de sexo com homens ocupam os poucos bancos que restaram. Mesmo à luz do dia, é possível encontrar alguns casais de namorados não heterossexuais arriscando rápidas trocas de carícias e beijos em público. Assim, a praça Carlos Gomes, mesmo com todo o projeto de revitalização e as constantes rondas policiais, continua sendo um espaço entre contato face a face de sujeitos tidos como “normais” e “não normais”.

Certa vez, quando conversava com Rodrigo em um final de tarde na praça, os policiais nos abordaram. O que dirigia o carro entre os canteiros da praça disse: “Vocês estão precisando de alguma coisa?”. Ao ouvir a nossa resposta negativa, continuou: “Nós estamos aqui para proteger vocês”. A “proteção policial”, segundo minhas observações, correspondia à retirada de mendigos ou dependentes de álcool da praça, quando estes resolviam descansar nas sombras das árvores, além da dispersão de jovens que, aparentemente, usavam a praça para fumar cigarro de maconha. Comumente também se via os guardas municipais abordando clientes das profissionais do sexo que aguardavam por elas sentados nas proteções dos canteiros, devido a já citada falta de bancos públicos. Nesta situação, a frase dirigida a estes homens era: “Aqui é proibido sentar”.

O convívio dos moradores com a prostituição, inclusive envolvendo adolescentes, era intenso e foi manchete de jornal. A matéria classificou o local como sendo “uma verdadeira Babel urbana”: “em 24 horas, a Carlos Gomes recebe diversidade de freqüentadores que vai de famílias e idosos a prostitutas e michês” (NETO, 2008: A4).

Esta “Babel urbana” da Praça Carlos Gomes, assim como o Sucão, mostra o quanto o espaço e o tempo queer são complexos e, se pouco percebidos por alguns, reconhecidos e perseguidos por outros, tanto para usufruir destes tempos e espaços, como na tentativa fragilizada de impedi-los ou interrompê-los.

Estes trânsitos e dinâmicas revelam o espaço urbano das ruas e praças como algo mais do que meros lugares de trânsito direcionado ou de fascinação espetacular perante a proliferação consumista: são, também,

espaços de circulação desejante (PERLONGHER, 1987: 156). Estes espaços são vistos por Perlongher como uma espécie de “ponto de fuga libidinal, onde os desejos, instintos, apetites sem qualquer controle, as paixões selvagens, as surpresas da atração são reconhecidos, classificados, temidos ou assumidos, aceitos ou repugnados violentamente e 'reterritorializados'” (Ibidem: 185).



Foto 14: Guardas Municipais, na Praça Carlos Gomes, abordando clientela da prostituição. Janeiro de 2009 - Tiago Duque.

Ainda que a referida matéria jornalística aponte a praça Carlos Gomes como um local de trabalho dos michês, e que eu tenha encontrado lá alguns durante a pesquisa de campo, não é neste espaço onde a maioria deles se encontra. Mesmo a Praça Bento Quirino, também sendo freqüentada por garotos de programa, não é o principal local da prostituição masculina em Campinas. Ainda na região central, outros locais são mais procurados na busca por sexo pago com rapazes.

A seguir descreverei estes espaços, que, por sua vez, trazem estas mesmas características que as duas praças descritas neste item: espaços e tempos queer, favorecendo as relações de sociabilidade entre diferentes sujeitos. Porém a próxima descrição, nas palavras de Perlongher, dos “trânsitos desejantes”, tem por objetivo revelar a capacidade radical de incorporação dos gêneros, a *montagem* e a *desmontagem*, e vice e versa, presente entre os sujeitos desta pesquisa.

2.6 – Prostituição e trânsito entre “masculinidade viril” e “feminilidade travesti”: uma reflexão sobre insumos de prevenção às DST/aids como próteses de gênero

A partir do convívio com Rodrigo, percebi que ele vai, com facilidade, de uma feminilidade travesti a uma masculinidade do “tipo michê”. Tanto nas ruas onde os profissionais do sexo masculino atuam como nos espaços de prostituição travesti, Rodrigo, antes do abrigamento, conseguia clientes e era muito elogiado pela sua aparência, segundo suas próprias palavras, às vezes “muito masculina”, às vezes “muito feminina”.

Esse trânsito entre ser michê e ser travesti coloca em cheque a “fase de transição” apontada por Benedetti em seus estudos com travestis. Para este autor, este período diz respeito à fase que o sujeito passa no seu processo de construção do corpo “entre o menino e a travesti, quando ele vai experimentando pequenas alterações no corpo, normalmente modificações mais facilmente reversíveis, mas que sirvam para identificação com os atributos do feminino” (2000: 44). Segundo o trabalho de campo desse autor, o sujeito alocado nesta fase seria caracterizado pelas travestis como *bicha-boy*.



Foto 15: Rodrigo *fazendo a linha michê*, na Rua José Paulino. Junho de 2008 - Tiago Duque.

Em alguns casos, esta fase é real e ainda prevalece, mas há novas travestilidades que são exatamente esta fase, não vão além dela, permanecem

ali e dali se constituem. É algo mais do que a afirmação de Pelúcio de que “o michê de hoje pode vir a ser a ninfetinha de amanhã, deslocando-se no espaço porque o corpo marcado assim o pede” (PELÚCIO, 2007: 59), pois não é um deslocamento linear de um lado em sentido ao outro, mas um constante ir e vir, neste caso, em um espaço físico muito bem delimitado.

As ruas de prostituição masculina em Campinas, segundo os dados do trabalho de prevenção às DST/aids que o grupo Identidade realiza na cidade, tem se tornado cada vez menos freqüentadas por estes profissionais. Segundo os militantes, “há uma decadência na procura por michês de rua em Campinas, considerando o crescimento destes serviços via contatos nas saunas, na internet ou anúncios em jornais”.

Na rua, pelo que percebi entre aqueles que permanecem na prostituição, a idade clássica para o exercício da profissão continua a mesma desde o início da década de 1980, como descreveu Perlongher, entre os 15 e os 25 anos, “enquanto os clientes costumam ter mais de 35 anos” (1987: 24). Mas, há exceções. Já encontrei em campo alguns com mais de trinta anos e, em relação aos clientes, também tem aqueles muito jovens, que, em dupla ou em pequenos grupos, contratam os serviços dos rapazes.

Rodrigo, em um período da pesquisa, foi um freqüentador destas ruas que ficam na região central de Campinas e podem ser divididas, segundo minhas observações, em duas grandes áreas, conforme o perfil dos michês e o contexto da “prostituição viril”. Os michês que estão inseridos no tráfico de drogas, e comumente cometem pequenos furtos, estão localizados em uma das extremidades das ruas, que são paralelas, Regente Feijó e José Paulino, próximo a uma sede da Igreja Universal do Reino de Deus. Já, aqueles que pretendem evitar a associação com o tráfico ou assaltos e roubos, ficam na outra extremidade, próximo a Avenida Campos Sales, atrás do Fórum Municipal. Foi nesta região que encontrei Rodrigo algumas vezes durante meu trabalho de campo.

bares, já fecharam, e as aulas, de uma faculdade que fica em uma das ruas, já não têm mais alunos. Então, os clientes em seus carros podem passar com tranqüilidade nestes quarteirões e abordar os michês.

A forma de seduzir os clientes é parecida com as das travestis. Os michês ficam parados, em pé, tentando chamar a atenção dos clientes que passam de carro. Os jovens, muitas vezes, ficam encostados nas paredes ou portas dos estabelecimentos, com a mão no bolso e, às vezes, com a camiseta levemente levantada, mostrando a barriga, sempre magras e aparentemente musculosas, gesto que também insinua que a qualquer momento, o pênis pode aparecer, considerando que as bermudas ou calças jeans deixam visível na cintura a parte superior da cueca. Como descreveu Perlongher, podemos pensar, em relação à prostituição masculina, o corpo como sendo parcelado, onde certas partes são 'separadas' do conjunto, e especialmente neste caso dos michês, "o objeto destacado é, sobretudo, o pênis" (PRELORGHHER, 1987: 163).

O mesmo pode-se afirmar em relação à prostituição de travestis, pois se sabe que o pênis também tem seu valor especial. Mesmo estes universos sendo tão distintos em relação à estética da composição do feminino e masculino, não deixa de haver similaridades importantes entre eles. Uma delas é o pênis como foco de desejo, o qual será tão mais valorizado quanto maior o for (BENEDETTI, 2000; BÖER, 2003; PELÚCIO, 2007; KULICK, 2008).

A experiência de Rodrigo nestes dois universos de prostituição também revela outra similaridade destes espaços: as redes institucionais e não governamentais que acessam os sujeitos que ali transitam. Afinal, ele era conhecido tanto dos agentes de campo do grupo Identidade que faziam seus trabalhos de prevenção às DST/aids junto aos michês, comumente nas noites de quinta ou sexta-feira, como dos educadores do Programa de Enfrentamento a ESCCA, quando *montado*, nos finais de tardes na Praça Carlos Gomes⁷¹.

O meu convívio com estes dois grupos, os militantes agentes de campo e os educadores sociais de rua, me possibilitou a percepção do uso de

⁷¹ O uso do preservativo masculino pelos profissionais durou pouco tempo. Assim que o padre diretor da instituição soube desta metodologia, consultou o bispo de Campinas que foi contrário a tal iniciativa. Para não contrariar o posicionamento de seu superior, o diretor da instituição proibiu seus funcionários de entregarem preservativos aos adolescentes que se prostituíam. Ainda que a contratação destes educadores sociais de rua tenha se dado pela instituição via verba pública, a Prefeitura Municipal acatou a decisão da instituição.

insumos de prevenção às DST/aids como “estratégia”, no vocabulário dos militantes, ou “metodologia”, no vocabulário dos educadores, para a aproximação, no primeiro grupo, dos “profissionais do sexo”, ou das “vítimas de ESCCA”, para o segundo grupo. A partir dos insumos de prevenção, é possível refletir sobre michês e travestis, seus signos de feminilidade e masculinidade, e as relações de poder e controle que os cruzam. Em especial, sobre aids e controle, refletirei no próximo item deste trabalho. Aqui, pensarei os insumos e a construção/des-construção de uma masculinidade michê e a construção/des-construção uma feminilidade travesti.

A prostituição masculina apresenta-se como um paradoxo, nas palavras de Perlongher:

por um lado, põe em movimento uma fuga desejante que enlaça os corpos (uniões de órgãos, mais que conjugalizações despersonalizadas). Por outro lado, uma diversidade de dispositivos se instaura para controlar, para canalizar, veicular essa eclosão desejante, de modo a evitar, esmagar ou neutralizar os perigos da fuga (1987: 252).

Segundo o autor, estes perigos podem aparecer de diversas formas: “perigo de morte ou de violência corrido pelo cliente, perigo de paixão ou efeminamento vivido pelo prostituto” (Ibidem: 252).

Os michês sabem que os clientes temem possíveis atos de violência que podem partir destes jovens. Isto justificava, por exemplo, a recusa dos tubos (parecidos com tubos de pasta de dente) de gel lubrificante dos agentes de campo do grupo Identidade. Segundo alguns destes jovens, o insumo poderia ser confundido com algum tipo de arma, como canivete, ao ser colocado no bolso da calça ou bermuda, dificultando assim a aproximação dos clientes. Os michês não carregavam mochilas, bolsas ou sacolas⁷². O único acessório comum entre eles era o boné, colocado às vezes com a viseira para frente e, em outros momentos, para trás.

O boné é um dos elementos que garantem uma aparência masculinizada em outros sujeitos, como os meninos e meninas que vivem nas ruas, estudados por Frangella (2000). Segundo esta autora, as meninas usam

⁷² Segundo relatos de militantes do Grupo Identidade, alguns michês “mocoçam”, isto é, escondem/guardam, pertences pessoais em marquises ou espaços mais escuros das ruas.

boné para não se diferenciarem dos meninos, acreditando estarem assim menos expostas à violência, principalmente, a violência sexual.

No entanto, a violência, por ser constitutiva do paradigma de masculinidade no sistema de oposição binária macho/bicha (ativo/passivo, forte/fraco), é um atributo valorizado e inerente à transição da prostituição viril (PERLONGHER, 1987: 224). A ameaça da violência, em um jogo coerente com um perfil de masculinidade hegemônico, mas contraditório com as expectativas do discurso dos clientes sobre o medo do perigo, está no preço a ser pago pelos contatos com “jovens machos”. Nas palavras de Perlongher, “no seu limite, o desencadeamento da violência está de alguma maneira previsto (e fantasiado) em certa ‘paixão pelo risco’ que emaranha os labirintos no negócio e ronda os discursos dos protagonistas” (Ibidem: 254-255). E acrescenta:

No negócio da “prostituição dos rapazes”, o desejo parece percorrer (agenciar) todas as séries: as séries de idade, as séries de classe, as séries de raça e as séries de gênero. Inventa, exacerba, finge, simula as diferenças entre os parceiros, as exalta – e joga permanentemente com suas dissoluções, com sua confusão, entre a paixão e a morte (Ibidem: 226).

A perspectiva de Perlongher se fundamenta em Deleuze, na sua afirmação de que

o desejo nunca é separável de agenciamentos complexos que passam necessariamente por níveis moleculares, microformações, que moldam de antemão as posturas, as atitudes, as percepções, as antecipações, as semióticas, etc. (DELEUZE, 1996a: 93).

Neste sentido, o desejo também se origina em uma *montagem* elaborada, nunca é uma energia pulsional indiferenciada. E, por sua vez, “agenciamento algum pode ser qualificado segundo um fluxo exclusivo” (Ibidem, 1998: 117), além disso, “tudo é permitido, com exceção do que vier interromper o processo completo do desejo, o agenciamento” (Ibidem: 116).

Quando os tubos de gel foram trocados por saches, uma espécie de embalagem parecida com a do preservativo masculino, foi mais aceito, porém também houve resistência por parte de alguns jovens em receber tal produto,

por eles terem o insumo relacionado à posição sexual passiva. Os agentes, aos poucos entenderam que, ao aceitar gel, parte dos michês se via associada ao efeminamento, a uma posição sexual e imagem que procuravam negar, o que foi claro, certa vez, quando um dos poucos jovens que aceitou receber o gel em sachê, fez questão de afirmar: “Hoje a noite vai ser boa. Vou comer todas as mariconas sem dó!”.

Ao longo do trabalho, estes agentes também compreenderam que a inclusão de uma travesti militante no grupo de agentes de campo favoreceu ainda mais a aproximação dos jovens. Afinal, a figura feminina da travesti era sempre usada pelos michês para reforçar a sua masculinidade viril (na compreensão deles como não-gay), ao elogiá-la por sua beleza e fazer inúmeras propostas sexuais. O sucesso da travesti entre os michês era muito grande, então os agentes gays e um bissexual passaram a ser estrategicamente coadjuvantes nas ações.

Outra hipótese levantada pelos agentes de campo do Identidade para justificar a aproximação diferenciada dos michês com a travesti era a identificação que se tem da imagem das travestis com a da profissional do sexo, o que tornava as relações face a face mais fáceis nas ruas da “prostituição viril”.

Os mesmos agentes tinham uma outra avaliação deste insumo de prevenção junto às travestis profissionais do sexo. Presenciei inúmeras vezes as travestis elogiarem o gel lubrificante em embalagem de tubo por ser “mais fácil de carregar”, afinal, diferente da “masculinidade viril” dos michês, a “feminilidade travesti” não era composta por roupas com bolsos. Pelo contrário, a vestimenta da profissional do sexo travesti é composta por poucas peças e de tamanhos bastante pequenos e curtos, não tem bolsos; pertences como carteira, celular, documentos e insumos de prevenção às DST/aids são carregados nas bolsas, que eram um acessório unânime entre as travestis. Assim, diziam: “O gel em saquinho [sachês] é ruim, fica vazando na bolsa porque a gente não usa tudo, tem que economizar né?”. E mais: “A nossa maquiagem vira uma coisa horrível. Prefiro o de tubo, rende mais e não vaza”. Observei que as bolsas, por menor que fossem, obrigatoriamente traziam um espelho pequeno, batom, e um pó para o rosto.

Assim, através da relação de alguns michês com o gel lubrificante, pude perceber como a masculinidade viril destes jovens é mantida sob um constante esforçar-se para que não se deslize e se traia naquilo que se quer construir para si. O discurso e a postura corporal, agregados a um acessório que, neste grupo, é ícone de masculinidade, como o boné, garante a manutenção da imagem viril.

O boné também aparece em outros jovens tidos como másculos fora do mercado do sexo, por exemplo, no Orkut de Vivian o boné aparece em vários vídeos com jovens cantores ou dançarinos de pagode ou funk. Também há vídeos de jovens anônimos, com seus bonés, em danças que dão destaque para a barriga musculosa e a cintura magra. Estes jovens são de aparência máscula, com gestos nada efeminados. Dos 19 vídeos onde eles aparecem, em pelo menos nove o boné ganha visibilidade, e, às vezes, aparece como único acessório, além das cuecas. No grupo de comunidades do Orkut de Vagner, há uma que tem esta temática: “Adoro/Sou menino (A) de boné” (251.046 membros). Nas fotos dos participantes da comunidade, em sua maioria meninos, prevalecem os jovens com as mesmas características dos personagens nos vídeos de Vivian.

A dedicação à construção da feminilidade travesti também é intensa, mas, diferentemente deste perfil de masculinidade, precisa carregar junto de si uma série de produtos que garantam frequentemente o retoque de cada detalhe. A bolsa agrega o que se precisa para manter-se feminina durante o trabalho.

No caso de Rodrigo, a bolsa e o boné eram usados em momentos diferentes e muito distintos. Eles faziam parte da *montagem* e da desmontagem, ou melhor, da *montagem* enquanto travesti e da *montagem* enquanto michê⁷³. Estas próteses de gênero aparecem em outros sujeitos entrevistados. Rafaela, Daniele e Gabriela nunca foram vistas por mim sem suas bolsas. Vagner e Vivian, por sua vez, no cotidiano, muitas vezes, usavam tanto a bolsa feminina como o boné de cores escuras, borrando estes signos em sua forma de incorporar os femininos ou os masculinos. Contudo, em todas

⁷³ Uso o termo *montagem* relacionado também a uma estética michê, no sentido analítico, considerando que este termo não é usado por estes jovens que compõem a “prostituição viril”.

as entrevistas, enquanto *montadas* como travestis, não usavam boné e não abriam mão das bolsas.



Foto 16: Vagner *desmontado*, de boné masculino e bolsa feminina, em parque de diversões - Orkut de Vagner. Acessado em novembro de 2008.

Penso prótese de gênero não como sendo uma essência, mas como trânsito. É um efeito múltiplo e não tem uma origem única (PRECIADO, 2002: 166). Por isso, nestes contextos, o formato e o material da embalagem fazem com que o gel se torne também prótese de gênero. “A prótese é um acontecimento de incorporação”, como tantas outras zonas de produção do gênero. “Historicamente, é a única forma de ‘ser corpo’ em nossas sociedades pós-industriais. A prótese não é abstrata, não existe se não aqui e agora, para este corpo e neste contexto” (Ibidem: 168). Neste sentido, Beatriz Preciado afirma que, em nossos dias, todos os gêneros serão protéticos: “a masculinidade e a feminilidade serão termos que designam estruturas históricas (e quiçá caducas) de incorporação” (Ibidem: 168-169)⁷⁴.

⁷⁴ Um exemplo de próteses modernas de gênero, dado por Preciado (2006), são os banheiros públicos, que fixam e produzem diferenças biológicas entre homens e mulheres, diferenças estas que legitimam os códigos vigentes de masculinidade e feminilidade. Ela afirma que os banheiros públicos masculinos ajudam a manter a postura masculina ereta e pública dos homens, devido o urinário ser construído para que os homens urinem visivelmente em pé. Porém, quando defecam nos banheiros públicos, os homens colocam-se longe dos olhares dos outros homens. Sentados e escondidos quando em seus momentos de abertura anal, parecem protegidos de qualquer tentação homossexual. No caso das mulheres, reproduz-se uma lógica doméstica no meio do espaço público, onde se posicionam sentadas e não visíveis durante o ato de urinar ou defecar. Para esta autora, enquanto os espaços dos banheiros públicos “masculinos” favorecem a experimentação sexual, o espaço dos banheiros públicos “femininos”

Assim, tanto os michês com seus bonés e gel em saches, como as travestis com suas bolsas e gel em tubo são resultados das identidades historicamente “genereficas”, e, ainda aqui, incorporadas também de tecnologias criadas pelo dispositivo da aids, o qual discutirei a seguir.

2.7 – A aids como dispositivo para a *montagem*

Neste estudo, percebi que a aids continua sendo uma temática pertinente na experiência travesti e gay. Assim, a seguinte afirmação de Ochoa permanece atual:

se você quer encontrar GLBT em qualquer lugar, primeiro busque boates, depois ONGs, e se não há nenhuma que seja explicitamente GLBT, vai para as ONGs especializadas em HIV/AIDS. Aí eles estarão (2004: 248).

Sobre esta realidade de travestis e gays, Louro afirma que o surgimento da aids no início dos anos 1980, além de intensificar o preconceito já demonstrado por certos setores da sociedade em relação a estes sujeitos, também teve um impacto que alguns denominam de resultado “positivo”:

O resultado são as alianças não necessariamente baseadas na identidade, mas sim num sentimento de afinidade que une tanto os sujeitos atingidos (muitos, certamente, não homossexuais) quanto seus familiares, amigos, trabalhadores e trabalhadoras da área da saúde, etc. As redes escapam, portanto, dos contornos da comunidade homossexual tal como era definida até então (2004: 35).

Assim, devido a estas redes e outras ações, várias mudanças aconteceram, por exemplo, desde 1986, quando, na cidade de São Paulo, em meio às truculentas blitz da polícia, ocorreram sucessivos metralhamentos contra travestis, “atribuídos pelos próprios policiais a supostos doentes de aids querendo se vingar” (PERLONGHER, 1987: 64); ou do período em que “as médicas das travestis eram as próprias travestis” (BÖER, 2003: 69), mas, ainda não foram suficientes para eliminar um risco real diante do HIV, que, porém,

incentiva as mulheres a se autovigiarem em seus graus de feminilidade heterossexual em que todo o avanço sexual resulta em uma violência masculina.

não deve ser superestimado. Afinal, as travestis podem morrer por muitas causas, sendo a aids apenas uma dessas causas (KULICK, 2008: 44).

Hoje há novas possibilidades de abordagem deste tema junto às travestis da geração com que convivi. Assim como Pelúcio e Miskolci (2009), inspirados em Perlongher (1987a), compreenderam o discurso preventivo como parte principal do dispositivo da aids, parto deste mesmo princípio para analisar os meus dados da pesquisa de campo:

O dispositivo raramente proíbe ou nega, antes controla e produz verdades moldando subjetividades. No caso da aids, são subjetividades marcadas pela culpa e pela impureza, sintetizadas nos seus desejos tomados como ameaçadores da ordem social (PELÚCIO & MISKOLCI, 2009: 108).

A noção de culpa e de impureza entre as travestis, também geradas por este dispositivo, cria o sentimento de medo diante da epidemia. Afinal, “contrair a doença através da prática sexual parece depender mais da vontade, e, portanto, implica mais culpabilidade” (SONTAG, 1989: 32). Daniele, durante sua entrevista, me disse que o que mais teme é “se contaminar”, “pegar a tia”. Segundo ela, a sua família torce para vê-la “jogada na sarjeta, morrendo de aids”.

O medo de ceder a “práticas sexuais de risco” é presente no discurso de outras travestis adolescentes. Rafaela chegou a dizer que se sente vulnerável à contaminação pelo vírus HIV quando se sente segura. Este paradoxo existe devido ao que aprendeu em oficinas de DST/aids em ONGs e em setores públicos: “Estou vulnerável quando penso que não vai acontecer comigo”.

Saber fazer uma auto-avaliação de suas “práticas sexuais de risco” é marcante entre os adolescentes com os quais convivi. Rodrigo, por sua vez, em um dos encontros comigo, desabafou dizendo que estava preocupado e com medo, porque sabia que tinha “corrido riscos” e poderia ter sido infectado.

Mas, não basta se perceber “vulnerável”. Esta geração pós-aids e com conhecimento da eficiência dos anti-retrovirais, anteriormente denominados de “coquetel”, também precisa saber reconhecer, entre os que convivem, os que estão fazendo “sexo de risco”. Vagner, ao retirar preservativos no Centro de Referência DST/Aids, durante as atividades de

prevenção, sempre leva a mais para os amigos, afinal, segundo ele “todos somos vulneráveis”. Esta postura de Vagner garante que o discurso preventivo da aids atinja, ainda com limitações aos olhares das técnicas mais ortodoxas, outros sujeitos “vulneráveis” que não chegam até o serviço de saúde⁷⁵.

Segundo Gagnon (2006), a idéia de “sexo de risco” evoca muitas visões confusas de indivíduos imprudentes, empenhados em práticas sexuais que expõem a si mesmo e as outras pessoas ao risco de transmissão do HIV. Isso porque o suposto comportamento que produz a aids ainda é encarado socialmente como prova de irresponsabilidade, uma verdadeira espécie de delinqüência. Michael Warner (1999) afirma que, no contexto norte-americano, a política de saúde pública e a opinião pública, na defesa do sexo seguro e sem conseguir diminuir o número de contaminados, continuam a estigmatizar sujeitos queer em nome de valores moralistas.

Warner denuncia a criminalização do portador de HIV nos Estados Unidos, com, por exemplo, a criação de um banco de dados público com nomes e endereços dos soropositivos. Este e outros meios, segundo o autor, confrontam a dinâmica da vergonha não somente em relação à política pública, em que a produção de medidas leva à estigmatização daqueles que estão expostos ao vírus HIV, mas também em relação à vida individual e pessoal, em que a vergonha e o estigma estão frequentemente entre a mais profunda dimensão do risco. A mesma vergonha que leva ao encobrimento do sexo anal receptivo entre homens é um bom apelo para vivenciar o “sexo de risco”, considerando o seu caráter transgressor em meio à pressão pelo “sexo seguro” e da política pública americana heteronormativa que defende a abstinência sexual até o casamento (WARNER, 1999: 211-212).

⁷⁵ O trabalho de campo de Pelúcio (2007) tem mostrado que a abordagem feita seguindo o modelo da prevenção dialogada e da metodologia da “educação entre pares” encontra uma certa receptividade entre as travestis que se prostituem, ainda que esse discurso seja reelaborado e adequado ao seu sistema de cuidados e noções de saúde e doença. A “educação entre pares” é uma metodologia que utiliza como “agentes de prevenção” usuários do sistema de saúde, neste caso em Campinas, adolescentes que se dizem gays, bissexuais e travestis, que devem atuar entre seus “pares”. São sujeitos que passam por formação, muitas vezes continuada, e podem ou não receber “ajuda de custo” para atuar em campo na prevenção às DST/aids. Há, por parte de algumas funcionárias, questionamentos técnicos nos limites deste trabalho. Algumas entendem que é possível orientar e informar através da educação entre pares, mas que o “aconselhamento” para se fazer o teste de HIV e a entrega do resultado, devem ser feitos por uma técnica capacitada nesta temática, técnicas estas que comumente são psicólogas, médicas ou enfermeiras.

Kane Race (2007) chega a propor uma análise sobre a “erotização do risco” na população gay. Segundo ele, é importante tomar o risco erotizado como o maior desafiador dos processos normais de subjetivação que ocorrem no entroncamento discursivo entre risco e intimidade. Race reflete a respeito das práticas sexuais sem preservativos (chamadas de “barebacking”) afirmando que existe nestas práticas uma “segurança negociada”. Nestes contextos, há consciência do risco, mas também do prazer, daí os parceiros negociarem práticas que buscam maximizar o prazer da intimidade.

Em determinados contextos, aqui no Brasil, também é possível fazer esta interpretação, considerando que comumente “quem deve ‘se cuidar’ são as pessoas identificadas como portadoras de sexualidades que escapam à norma” (PELÚCIO, 2007: 23). Na lógica das “vulnerabilidades específicas”, a própria organização do movimento social LGBT em torno da aids, em especial os gays e as travestis, favoreceu e favorece o discurso preventivo identitário, focado em suas práticas não hegemônicas de sexualidade. Um exemplo dessa interação é a produção do movimento social LGBT e o do Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de DST/Aids, do Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH (homens que fazem sexo com homens) e Travestis, com uma agenda afirmativa para Gays e outros HSH, e outra agenda afirmativa para Travestis, considerando que “o reconhecimento das identidades sociais é fator fundamental para a efetividade das estratégias de prevenção ao HIV e DST” (PLANO NACIONAL..., 2008: 16).

Outra característica brasileira da heteronormatividade é evidente na proibição de HSH⁷⁶ doarem sangue nos doze meses que antecedem a triagem

⁷⁶ A sigla HSH (Homens que fazem Sexo com Homens) é de origem epidemiológica. Hoje, no país, os dados epidemiológicos não separam gays, travestis e outros homens que fazem sexo com homens. Em outras palavras, nos números epidemiológicos de HSH com aids estão incluídos as travestis e os gays. Porém, pelo fato do discurso militante das travestis hegemonicamente declarar que elas e seus parceiros sexuais não as veem como homens, nas áreas de prevenção tem-se separado-as da categoria de HSH. Os gays, por sua vez, mais focados em interesses políticos do que identitários, também reivindicaram a retirada da identidade política GAY da categoria HSH, com o discurso estigmatizante de que, diferente deles, “por estarem ainda dentro do armário, os HSH possuem práticas sexuais ocultas que vulnerabilizam a sociedade” (discurso de um militante gay, com forte influência nacional, em uma mesa de discussão sobre a temática de prevenção entre Gays, outros HSH e Travestis, durante o VII Congresso Brasileiro de Prevenção às DST e Aids, realizado em Florianópolis, SC, em 2008). Portanto, esta separação favorece o reconhecimento da feminilidade travesti, mas, em relação aos gays, facilita o investimento de verbas em projetos de prevenção especificamente para gays, sem o enfoque em outras experiências identitárias de HSH, além de não dar espaço político para estes participarem de encontros políticos-governamentais,

para a doação, ainda que tenham feito sexo dito seguro, isto é, com preservativos. Em resposta a uma moção de repúdio a esta postura, “altamente preconceituosa e legitimadora de atos de violência contra essa população” (MOÇÃO DE REPÚDIO, 2008), aprovada pela 4ª Conferência Municipal LGBT de Campinas, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, declarou que “esta norma não possui caráter discriminatório preconceituoso, mas está fundamentada em evidências técnico científicas visando o interesse coletivo, garantindo ao máximo a qualidade e segurança transfusional” (OFÍCIO ANVISA, 2008). A resposta conclui justificando a norma brasileira comparando-a com a existente na “maioria dos países desenvolvidos”, onde, de forma mais rígida, a partir de 1977, HSH não podem doar sangue definitivamente.

Sob as justificativas dos dados epidemiológicos entre HSH, as travestis ainda têm sido o foco privilegiado, mas não o único, dos discursos e prevenção, se não em todo o Brasil, pelo menos em Campinas. Isto a partir da justificativa de que

a epidemia entre HSH tem apresentado maior intensidade, estando associada a às relações entre vulnerabilidade e homofobia e aos diferentes padrões de da doença nesse grupo, sendo bastante relevante as taxas de crescimento entre jovens, que, nesta categoria apresentam médias superiores às encontradas em outros grupos populacionais na mesma faixa etária. No caso do seguimento das travestis não há dados epidemiológicos específicos que possibilitem identificar a magnitude ou suas tendências e perfil. No entanto, convém salientar que os contextos de vulnerabilidade entre travestis tais como a violência, as condições das práticas sexuais, acessos aos serviços de saúde e sua inserção social demonstram claramente a precariedade no que se refere à adoção de práticas sexuais seguras (PLANO NACIONAL..., 2008: 07).

Ainda que o conceito de “grupo de risco”, e o seu enfoque no fator biológico, no risco e responsabilização individual, não tenha sido mais usado pelo discurso preventivo do movimento social e dos setores governamentais

visto o apontamento por parte dos gays de que “os HSH estão dentro do armário, não querem aparecer” (apontamento feito por um militante gay em um encontro de gestores governamentais de Programas Municipais de DST/Aids e movimento social LGBT no Estado de São Paulo, em 2008). Além disso, esta hierarquização higienizada e moralizante da categoria Gay, dificulta o olhar sobre a realidade fluidas e não politizadas das identidades masculinas de HSH em relação à aids, muitas vezes visíveis como a identidade dos próprios gays do movimento social.

em torno da aids, a noção de “população mais vulnerável”, centrada em um enfoque mais estrutural e contextual, continua estigmatizando este grupo:

O que parece ficar implícito é que as populações consideradas como tendo “maior vulnerabilidade” pelo sistema oficial de saúde são aqueles que em outros tempos foram chamados de degenerados, invertidos, desviantes, entre outros termos que patologizaram comportamentos, hoje encapsulados sob o conceito de “diversidade”. Uma diversidade que, por vezes, parece trabalhar não com a pluralidade, mas na tentativa de homogeneizá-la. Ou ainda, manter cada “tribo” devidamente isolada, monitorada, individualizada, o que permite um sofisticado controle dos corpos e dos comportamentos (PELÚCIO, 2007: 181).

No entanto, entendo a partir do meu trabalho de campo, que as análises mais estruturais dos contextos de vulnerabilidade também favorecem um investimento governamental no alargamento nas possibilidades de *montagem* dos corpos e vivência das travestilidades, o que, de certa forma, interfere no sentimento de vergonha e estigma, e, segundo a lógica já citada de Warner (1999), conseqüentemente nas dimensões do risco. Esta forma de interferência governamental, a partir do discurso preventivo, é que me parece surgir como inovador nesta rede de adolescentes a que tive acesso.

Não pretendo aqui minimizar a constituição das subjetividades das sexualidades vigiadas a partir do dispositivo da aids tampouco deixar de fazer a crítica de que “a politização dos indivíduos almejada pelo modelo preventivo visa constituir bioidentidades, num processo sutil e sofisticado de controle, que busca internalizar a vigilância sobre o corpo” (MISKOLCI & PELÚCIO, 2009: 139). Mas, apontar mudanças subjetivas do “ser travesti” que este processo engendra nas adolescentes com quem convivi durante a pesquisa.

O primeiro apontamento é a respeito do lugar da *montagem* travesti não ter o reconhecimento restrito apenas a espaços não institucionais, ao mercado do sexo ou ligado exclusivamente ao mercado GLS. Na experiência das novas travestilidades, a *montagem* adquiriu um status de legitimidade pública institucional. A primeira *montagem* de Vagner, por exemplo, aconteceu no Centro de Referência de DST/Aids, durante a festa de lançamento de um material educativo que ele ajudou a construir, em conjunto com outros adolescentes, com a temática de prevenção às DST/aids. Uma *drag*

profissional o ajudou a se maquiar, e uma outra o apresentou ao público. A passagem do espaço governamental para os palcos de algumas boates menos badaladas da região durou poucas semanas. Vagner agora torce para se apresentar nas casas mais renomadas de Campinas.



Foto 17: Vagner, no Centro de Referência DST/Aids de Campinas, durante sua estréia como *Drag*. - Orkut de Vagner. Acessado em agosto de 2008

Rafaela, Daniele e Gabriela foram *montadas* em várias atividades no Centro de Referência de DST/Aids, inclusive junto de outros públicos que tem sido o foco do discurso preventivo em Campinas, como jovens do HIP HOP e praticantes de Skate. O Centro de Referência de DST/Aids tornou-se um local de experimentação de novas sociabilidades deste grupo de *montadas*, com outros jovens *não-montados*, que pareciam antes, ou mesmo fora deste espaço, uma possível ameaça para algumas das suas experiências enquanto travestis⁷⁷.

Observei também que, às vezes, há interferência das técnicas do Programa Municipal de DST/Aids no processo de *montagem* travesti, inclusive

⁷⁷ Após os encontros entre LGBTs e os jovens do HIP HOP, uma das informantes que participou das atividades de prevenção DST/aids desabafou: “Quando via eles na rua tinha medo. Nunca imaginei que eles eram assim. Agora tenho amigos *manos* (risos)”. *Mano* é o mesmo que irmão, camarada, colega, refere-se a jovens masculinizados que estão inseridos na cultura do HIP HOP, comumente moradores de bairros periféricos ou favelas. Outras adolescentes travestis também comentaram que “Foi mara!”, isto é, maravilhoso, o encontro com outros jovens tidos como não homo-orientados.

na sua estética e referenciais de feminilidade. Por exemplo, para a Parada do Orgulho LGBT da cidade, o Programa Municipal de DST/Aids, como tem feito nos últimos anos, investiu em 2008 na entrega de preservativos durante esta atividade do Movimento Social LGBT. As ações de prevenção tiveram o seu ponto de destaque em um trio elétrico tematizado, onde travestis puderam desfilar. O tema do trio elétrico era “cinema” e as travestis incorporaram diferentes personagens.

A escolha das personagens não foi necessariamente aleatória para as travestis. Além de possíveis personagens que elas próprias pudessem escolher, houve uma lista para contribuir com as possibilidades da escolha. Assim, Vagner e Gabriela, por terem sido as últimas a procurar as técnicas, ficaram com os últimos nomes de personagens. As roupas também foram feitas dentro do serviço público, a partir da indicação da costureira pelas próprias travestis. Gabriela, depois da Parada, disse que gostou da roupa e que “ficou linda”, mas as das outras brilhavam mais do que a dela, chamaram mais a atenção. Nas palavras dela, “fiquei com a que me sobrou”. Ela foi fantasiada de “a bonequinha de luxo⁷⁸”. E avaliou: “preferia uma roupa mais ousada, com mais brilho”.

Gabriela, em uma outra situação, fez uma escolha muito diversa da sua personagem incorporada na Parada. Ela baseou-se em “uma roupa linda”, da cantora Joelma, da Banda Calypso. Nessa ocasião, teve a ajuda da mãe, que lhe mandou a foto por e-mail. Além da roupa, a bota branca também foi escolhida e, ainda que a roupa da “bonequinha de luxo” fosse apropriada para a ocasião, preferiu a outra, em suas palavras, “mais chamativa”. A situação que Gabriela se referia, era o concurso de Miss *Drag Queen* e Mis Transformista, promovido por uma das boates GLS mais antigas da cidade.

Vagner também disse preferir outras personagens, mas assumiu que a sua roupa ficou um “luxo”, a sua personagem foi a Betty Boop⁷⁹. As primeiras

⁷⁸ “A bonequinha de luxo” é o título de um filme americano da década de 1960, protagonizado pela atriz Audrey Hepburn. A história é de uma garota de programa que sonha em conseguir um milionário rico para se casar. No mundo da moda e do glamour das passarelas, esta personagem continua influenciando com o seu vestido preto e a cigarrilha. Saber mais em <http://www.adorocinema.com.br/filmes/bonequinha-de-luxo/bonequinha-de-luxo.asp> e <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG75784-5856-444-1,00.html>

⁷⁹ Betty Boop é uma personagem polêmica de história em quadrinhos estadunidense produzido na década de 1930. Era uma garota independente e sempre aparecia com decotes e pernas de fora. Assistir em <http://www.youtube.com/watch?v=hHIMyZzNt38>.

personagens a serem escolhidas pelas travestis e as *drags* foram a Madrasta da Braça de Neve, Cleópatra, Madona, Carmem Miranda e Sininho, a personagem de Walt Disney.

Assim, estas novas travestilidades agregam novas referências estéticas femininas em sua *montagem*, referências essas que são muito diferentes daquelas ambientalizadas no mercado do sexo ou nos próprios shows das boates GLS. Há novas referências de feminilidades a partir das relações entre estas adolescentes e as profissionais ligadas à área da saúde de prevenção às DST/aids, feminilidades estas construídas dentro de espaços governamentais, com verba pública⁸⁰, em nome da “redução da vulnerabilidade acrescida das travestis para o HIV” (PLANO NACIONAL..., 208).

Porém, há uma forma tolerável de *montagem*, a que busca uma imagem que garanta certa respeitabilidade. A *montagem institucionalizada* não pode ser um escândalo, ela precisa ser, antes de tudo, respeitável, “cidadã”. Essa exigência não parte de forma unilateral das técnicas, que criaram regras para a não exposição dos peitos das travestis e o não consumo e bebidas alcoólicas, por exemplo, no trio elétrico do Programa Municipal DST/Aids na Parada de 2008, mas também das próprias *montadas*. Em 2009, no bloco⁸¹ “Samba, suor e saúde – só com camisinha”, as travestis que têm participado das atividades de prevenção em Campinas “se chocaram” com uma outra que se propôs a sair com uma espécie de biquíni do tipo “fio dental”, muito curto e cheio de brilho, escondendo apenas as pontas dos seios e a genitália.

Este “choque” por parte das travestis e estas exigências normativas das técnicas da aids em Campinas corroboram a afirmação de Pelúcio em relação ao trânsito destes sujeitos da *pista* para o posto, isto é, espaços formais de saúde:

⁸⁰ Parte da verba pública que garante ações de prevenção às DST/aids a “populações mais vulneráveis” são definidas no Plano de Ações e Metas do Programa Municipal de DST/Aids, com parceria de diferentes movimentos sociais (LGBT, Negros, Crianças e Adolescentes, Mulheres, Pessoas Vivendo com HIV/aids, Religiões Afro, etc). Este plano é enviado ao Programa Nacional de DST/Aids após aprovação do Conselho Local de Saúde do Centro de Referência DST/Aids, e do Conselho Municipal de Saúde de Campinas.

⁸¹ O Programa Municipal de DST/Aids possui um bloco de carnaval fundando em 2007, com o objetivo de criar novas linguagens de prevenção às DST/aids durante o carnaval. O bloco reúne parceiros de movimentos sociais, usuários do serviço de saúde e funcionários públicos. As alegorias e fantasias, assim como a das próprias travestis, são customizados dentro do Centro de Referência DST/Aids, com a ajuda de voluntários, usuários e funcionários, possibilitando, mesmo àqueles que não vão compor o bloco, mas estão a espera de atendimento no referido centro, um momento de convivência e lazer.

de fato, para serem cidadãs, elas precisariam mudar: não serem escandalosas, se vestirem de outra forma, se disciplinarem em relação aos compromissos, fazer sexo seguro, submeterem-se a exames periodicamente. Ainda que, seu entorno não mude e a cidadania apareça circunscrita às unidades de saúde, elas devem mudar (2007: 180).

O Segundo apontamento é sobre a lógica discursiva da prevenção às DST/aids ter se tornado, crescentemente, parte do vocabulário das travestis. Não há somente uma mistura do *bajubá* com os termos técnicos dos profissionais da saúde nem uma pura transposição de sentido e valores destes discursos, mas estes termos são re-significados na lógica do seu universo. Por exemplo, as “ajudas de custo” oferecidas às travestis por participarem de algum projeto de prevenção às DST/aids se tornam “cachês” no linguajar cotidiano das “meninas” – como são chamadas as travestis por várias técnicas do Programa Municipal DST/Aids. Estas “ajudas”, vinte reais, são para as participantes pagarem o ônibus, lanches e outros possíveis gastos da vinda de suas casas até o espaço onde os projetos são realizados. Apesar de todas as explicações e orientações dadas às participantes em relação ao objetivo deste valor financeiro, esta transformação persiste e não é só discursiva, mas também conceitual, afinal, entra em campo uma lógica do “salário”, de “mercado”, da “retribuição”, em oposição ao “auxílio”, a “ajuda”, o “facilitador”, que as caracteriza como aquelas que “precisam”, “dependem”, “esperam”.

Não é só o termo “ajuda de custo” que se transforma no universo travesti para tornar-se mais “afirmativo”. As técnicas são reconhecidas como “empresárias”. A lógica da profissional pública qualificada e servidora, abre espaço para aquela que “vende”, que “cuida da carreira”, que “facilita a *montagem*”, que “fomenta o status”, que se responsabiliza como facilitadora do “palco”, e, evidentemente, que “compra”, “paga” e “recebe”.

Há, portanto, como já apontou Pelúcio, uma reinvenção criativa daqueles preceitos técnicos. A diferença é que não me refiro às travestis militantes ou àquelas capacitadas para atuarem na metodologia de “educação entre pares”, mas às próprias usuárias do Centro de Referência DST/Aids que participam dos projetos, sem perfil de liderança ou experiências no movimento social.

Além do apresentado acima, há também uma re-significação dos espaços governamentais, com o trânsito das travestis entre as funcionárias e como funcionárias. Na busca de

promover a visibilidade positiva das travestis junto às instâncias governamentais, serviços de saúde e população em geral, para reduzir as vulnerabilidades que deixam este grupo mais suscetível a infecção pelo HIV e pelas DST (PLANO DE ENFRENTAMENTO..., 2008: 29),

O Programa Municipal de DST/Aids contratou travestis como funcionárias do serviço público, não apenas como “agentes de campo” - na lógica da “educação entre pares”. Há, portanto, travestis e transexuais integradas na equipe⁸².

As funcionárias travestis que se prostituíam, não deixaram a prostituição por terem um emprego formal, nem os seus espaços de sociabilidades travestis, então, em contato constante com outras travestis, facilitam a aproximação destas ao serviço público, apensar de serem vistas por parte das outras travestis como “queridinhas do programa” e, com isso, tendo um status diferenciado.

Devido a esta inclusão de travestis no quadro de funcionárias do Programa Municipal de DST/Aids, percebi que as adolescentes com as quais convivi veem nessa experiência institucional de trabalho uma possibilidade para também atuarem formalmente, ainda que, como as que já estão empregadas, não necessariamente cogitem o abandono das práticas sexuais no mercado do sexo. O espaço governamental é visto pelas mais jovens como uma possibilidade de trabalho, que antes era restrito ao universo da beleza feminina - como salões de beleza, ou em alguns casos, como serviços de limpeza em “casas de família”.

O que sugere esta entrada ou acolhida das travestis em espaços tradicionalmente heteronormativos é que vivemos um momento histórico de transição, aparentemente contraditório e ambíguo, em que elas se inserem em

⁸² A contratação é possível, mesmo sem a existência de concurso público, via convênio que a prefeitura municipal faz com instituições não governamentais. As trabalhadoras contratadas com estes tipos de convênios não tem os mesmos direitos e benefícios que as funcionárias públicas, mas possuem contratação pelo regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), principal norma legislativa brasileira referente ao direito de trabalho, criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

espaços impensáveis para gerações anteriores, mas apenas graças ao desenvolvimento de estratégias em que a manipulação de seus corpos as apresenta em conformidade com as normas de cada contexto.

A *montagem estratégica* associada a seus próprios interesses de busca de parceiros sexuais ou amorosos, a negociação dos insumos de prevenção que evidencia seu caráter protético, a *montagem institucional* que segue preceitos biomédicos e, ainda de forma mais clara e radical, a *desmontagem institucional* promovida nos abrigos têm em comum a manutenção do foco em seus corpos. São eles o principal veículo de construção de identidade, a forma visível e, portanto, a mais visada por diversas formas de controle social. As conseqüências subjetivas disto são evidentes nas dúvidas ou mudanças freqüentes na forma como se compreendem e no trânsito intensificado entre os pólos masculino e feminino, ou seja, na forma como atendem e/ou resistem às demandas institucionais e culturais de conformação a padrões hegemônicos.

De formas progressivamente mais sofisticadas, buscando negociar seus desejos com as demandas sociais ou do mercado sexual, seus corpos se revelam cada vez mais plásticos. Assim, adiam ou evitam modificações corporais irreversíveis, montando e desmontando o gênero de acordo com as circunstâncias, o que se revelaria muito mais difícil, se não impossível, caso procedessem como as gerações anteriores de travestis. Aparentemente, estas mudanças abrem possibilidades afetivas, sexuais e, talvez, no futuro, também profissionais.

Curiosamente, o resultado do encontro entre as demandas sociais de enquadramento e seus desejos fora das normas não é a negação das travestilidades, antes sua transformação e mistura com outras expressões não-heterossexuais. As tentativas de controle e conformação de seus corpos não conseguem apagar seu desejo, o qual se expressa em uma fluidez de gênero e no deslizar de seus corpos da maioria das tentativas de enquadrá-los em identidades fixas e modelares, sobre isso, discutirei a seguir.

CAPÍTULO 03 – Sobre a vergonha e o estigma: problematizando a socialização e a subjetividade travesti

3.1 – Como surge a vergonha que cria o segredo

Olhar para o mundo de origem dos sujeitos com os quais convivi nesta pesquisa tornou possível, entre outras coisas, percebê-los a partir de sua infância e do contexto onde se deu o início da socialização de cada um deles. Segundo Goffman, há uma fase da socialização quando se aprende que se possui um estigma particular assim como as conseqüências de possuí-lo (1988: 41). É sobre esta fase que focarei no início deste capítulo.

Em sua reflexão sobre as experiências de desrespeito social, Axel Honneth considera que a própria luta por reconhecimento nasce dos conflitos surgidos pelo desrespeito. Assim, ele toma o conflito como a base de toda e qualquer interação social, afirmando que as conseqüências de ser possuidor de um estigma são percebidas pelo fato do processo de socialização, em geral, ser efetuado

na forma de uma interiorização de normas de ação, provenientes da generalização das expectativas de comportamento de todos os membros da sociedade. Ao aprender a generalizar em si mesmo as expectativas normativas de um número cada vez maior de parceiros de interação, a ponto de chegar à representação das normas sociais de ação, o sujeito adquire a capacidade abstrata de poder participar nas interações normativamente reguladas de seu meio; pois aquelas normas interiorizadas lhe dizem quais são as expectativas que pode dirigir legitimamente todos os outros, assim como quais são as obrigações que ele tem de cumprir justificadamente em relação a eles (2003: 135).

Esta leitura sobre “interações normativas” defende que “na medida em que a criança em desenvolvimento reconhece seus parceiros de interação pela via da interiorização de suas atitudes normativas, ela própria pode saber-se reconhecida como um membro de seu contexto social de cooperação” (Ibidem: 136).

Kulick & Klein (2003) problematizam o olhar de Honneth sobre experiências vergonhosas a partir das reflexões de Sedgwick. Eles afirmam que, como Honneth, esta autora argumenta que a noção de se ver

envergonhado é atribuída por outros, e que a experiência da vergonha é constitutiva da pessoa. Mas, diferentemente do pensador alemão, Sedgwick não compreende que este sentimento pode ser eliminado a partir de um aumento de consciência ou via esforços de reconhecimento.

Honneth acredita que, desenvolvido o auto-respeito a partir das interações, os sujeitos podem deixar de se sentirem envergonhados, enquanto Sedgwick afirma que a vergonha é constitutiva de toda formação identitária, mesmo daqueles que não são os tidos como desrespeitados socialmente. Todas as nossas experiências de socialização, nas quais nossos comportamentos e expressões foram/são controladas por afiadas repressões, tais como “tem gente olhando para você”, são importantes nexos na construção de nossas identidades (KULICK & KLEIN, 2003: 7).

Nesta lógica, a extinção da vergonha pode significar a própria extinção da noção da identidade do eu. Portanto, Sedgwick, assim como Kulick e Klein, afirmam que, em vez de fantasiar sobre o fim da vergonha, ela deve ser reconhecida, abraçada e posta em curso como uso político transformador (KULICK & KLEIN, 2003: 7). Porém, como já foi relatado neste estudo, no nível das práticas sociais cotidianas, especialmente entre os jovens com quem convivi, não há interesse tampouco parece possível transformar a condição da vergonha em algo positivo ou político.

A vergonha marca a experiência de meninos que se interessam afetiva e sexualmente por outros meninos. Esta se forja porque, primordialmente, eles buscam atender aos comportamentos normativos esperados, e o não cumprimento das expectativas sociais os vexe e relega seus desejos ao reino do segredo.

Todas as crianças crescem em famílias que tratam todos os seus membros, inclusive a si mesmas, como heterossexuais. Para algumas crianças, isso produz um profundo estranhamento, um verdadeiro sofrimento interno causado pela vergonha de seus desejos por pessoas do mesmo sexo (WARNER, 2000: 08). Em outras palavras, ocultar o que causa a vergonha é uma das estratégias para buscar inserção social.

Richard Parker e Peter Angglenton afirmam que o estigma tem sempre uma história, e esta história faz com que, pela estigmatização, os

sujeitos sejam inseridos de diferentes formas nos sistemas ou estruturas de poder.

De fato, é possível ver a estigmatização desempenhando um papel chave na transformação da diferença em desigualdade, e pode funcionar, a princípio, em relação a qualquer um dos eixos principais da desigualdade estrutural interculturalmente presente: classe, gênero, idade, raça ou etnia, sexualidade ou orientação sexual, e assim por diante. (2001: 14).

Todas as travestis sujeitos desta pesquisa são oriundas de famílias tidas como heterossexuais. Exceto a família de Daniele, na qual a mãe se assumia enquanto lésbica e convivia com sua companheira há alguns anos. No entanto, como já foi dito, Daniele não é aceita por sua mãe, que, segundo suas palavras, “até a tolerava como gay, mas jamais a aceitava enquanto travesti”. Daniele, inclusive, sofreu várias agressões físicas por parte de sua mãe, antes de sair de casa.

A negação do filho que, “além de ser viado, ainda se veste de mulher” por parte da mãe de Daniele justifica-se, segundo seu relato, por sua mãe relacionar travesti à imagem dominante que a associa ao extremo do efeminamento e da passividade sexual, em suma, ao rompimento radical das expectativas sociais sobre como deve se apresentar e se comportar um homem.

As travestis são relegadas ao campo desvalorizado do feminino e, por se tratarem de homens que abdicaram do privilégio da masculinidade, têm sua identidade associada a um desvio de caráter que excede o vergonhoso e se aproxima do estigmatizável, motivo de escárnio e objeto de reações violentas. Assim, o interesse por pessoas do mesmo sexo cria a vergonha que se sofre, geralmente, em segredo, ao se sentir um estranho em um mundo apresentado como heterossexual, mas o rompimento das normas de gênero, por sua expressão pública, torna as travestis sujeitas a reações mais violentas e, no limite, estigmatizadoras do que as vivenciadas por outros homo-orientados como gays ou lésbicas.

As adolescentes que entrevistei foram unânimes em afirmar que suas primeiras experiências afetivo-sexuais com outros garotos se deram em

segredo, e, mesmo sem serem descobertas, sabiam desde muito pequenos que havia algo de “errado” ou vergonhoso naquilo que faziam.

Historicamente, segundo Berenice Bento, o discurso da diferença sexual, isto é, que existem dois sexos “biológicos” hierarquicamente diferentes e separados, um para o homem e um outro para a mulher, deu suporte ao julgamento das condutas, naturalizando e essencializando o que se entendia por comportamentos masculino e feminino. Segundo ela, nesta lógica dicotômica, não é possível haver deslocamentos⁸³. Além disso, nestes termos, “o masculino e o feminino só conseguem encontrar sua inteligibilidade quando referenciados à diferença sexual” (BENTO, 2008: 25).

Não é à toa que a imposição da normalidade dos gêneros inteligíveis ligados à diferença sexual é o que leva algumas dessas travestis a desejarem a cirurgia de “mudança de sexo”, afinal, esta seria uma “tentativa de transcender os domínios do irrelevante e do risível” (SILVA, 1993: 159). Não constatei, porém, este desejo entre as entrevistadas, com a exceção pontual de Vivian, que, em suas palavras, “chegou a pensar nisso”, tendo até uma comunidade no Orkut com o título “Quero trocar de corpo” (115 membros), mas desistiu, pois, “está bem assim”.

Em uma perspectiva informada pelos estudos de gênero, passamos a conhecer a masculinidade e a feminilidade não como algo direta e “naturalmente” associado aos genitais, antes como signos ou processos que são acionados por meio de práticas culturais. Isto se faz imprescindível para refletir sobre a subjetividade travesti (KULICK, 2008: 242). Como essa reflexão ainda está longe da realidade do senso comum, em alguns casos, até mesmo dos ambientes acadêmicos, os maus tratos que Daniele, e outras travestis adolescentes também sofreram, são frequentes. Maus tratos têm efeitos subjetivos profundos, pois consistem em:

um tipo de desrespeito que fere duradouramente a confiança, aprendida através do amor, na capacidade de coordenação autônoma do próprio corpo; daí a consequência ser também, com efeito, uma perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais de relacionamento prático

⁸³ Scott critica a defesa de categorias estáveis, fixas e opostas, afirmando que “oposições de categorias reprimem as ambigüidades internas de cada uma delas. Qualquer conceito unitário se apóia sobre – e contém – material reprimido ou negado e, portanto, é instável e não unívoco” (1994: 20).

com outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social. (HONNETH, 2003: 215)

No entanto, não é somente através de experiências de violência física que a vergonha emerge mesclada ao estigma. O surgimento da vergonha, e a possibilidade deste sentimento se tornar central na experiência dos sujeitos, se dá quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como não portador dele (GOFFMAN, 1988: 17). Por exemplo, nas experiências de Vivian e Rodrigo, eles se perceberam portadores de atributos impuros durante processos institucionais tidos como “acolhedores” e de “proteção”⁸⁴. Isto se deu durante suas estadas nos abrigos por onde passaram. Inclusive, nos aconselhamentos⁸⁵ presentes no discurso moralista cristão destas instituições, que os pediam para “voltar a ser menino”, pautaram as suas experiências em diferentes níveis, até meus últimos contatos com eles, quando já viviam fora das instituições.

Hoje, procuram ser “úteis” para a sociedade, nas palavras de Vivian, “fazer alguma coisa de bom”. Ela optou por trabalhar em uma loja de um shopping, como menino efeminado, mas sem se dizer travesti. Enquanto Rodrigo tem procurado empregos e tem tido dificuldades de encontrar algum que o agrade, visto que os trabalhos surgidos são braçais, e ele não aceita por não querer ter “braços e corpo musculoso, de homem”.

Segundo Warner, há uma política da vergonha que vai além deste sentimento declarado e deliberado por este moralismo. “Ela envolve também desigualdades silenciadas, desinteresses, efeitos de isolamento e a falta de acessos públicos” (WARNER, 2000: 7). Então, em se tratando de sexualidades subalternas, podemos afirmar que “o efeito da vergonha é a dominação heterossexual” (Ibidem: 6).

⁸⁴ Não afirmo com isso que não seja fisicamente violento este processo de institucionalização, afinal toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra a sua vontade e com qualquer intenção que seja, provoca um grau de humilhação que interfere destrutivamente na auto-relação prática de um ser humano com mais profundidade do que outras formas de desrespeito (HONNETH, 2003: 215).

⁸⁵ “Os conselhos ao estigmatizado freqüentemente se referem com bastante singeleza à parte de sua vida que o mais envergonha e que considera a mais privada” (GOFFMAN, 1988: 122).

3.2 – Pensando o “armário” na experiência travesti

Sedgwick afirma que o “armário” é a forma como a ordem sexual – desde ao menos o final do século XIX – se constitui, dividindo a todos dentro do binário hetero-homo, de forma a garantir a manutenção do espaço público como sinônimo de heterossexualidade pela restrição da homossexualidade ao privado⁸⁶. Assim, o armário é “uma forma de regulação da vida social de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, mas temem as conseqüências nas esferas familiar e pública. Ele se baseia no segredo, na ‘mentira’ e na vida dupla” (MISKOLCI, 2007: 58). Em suma, em um regime que relega homo-orientados à invisibilidade, os induz a criarem uma “fachada” heterossexual, mantendo suas vidas afetivas e sexuais em paralelo à familiar e profissional.

O regime do armário aprisiona e controla até mesmo aqueles que buscam “assumir-se”, na verdade, uma atitude que denota certo privilégio de classe. Sair do armário é um ideal dos gays de classe média dos países centrais, sobretudo norte-americanos, o qual começou a ser visto como um ideal político de liberação na década de 1970, além de ainda vigorar em muitos contextos contemporâneos.

O contexto é fundamental para que o assumir-se (revelar-se homossexual) seja possível, daí depender menos de uma decisão ou coragem pessoal e mais de condições históricas, culturais e socioeconômicas propícias. O “sair do armário” - de forma relativamente segura e positiva para quem o deseja – comumente só é possibilidade efetiva para pessoas independentes financeiramente de suas famílias, profissionalmente estáveis e com carreira consolidada. Mesmo nestas condições, assumir-se não é algo “natural” ou automático, pois depende de uma valorização subjetiva da sua (homo)sexualidade como importante, ou até mesmo central, nas suas relações sociais.

Assim, o armário apenas aparentemente pode ser definido como um regime binário de ocultamento e exposição, pois envolve formas diferentes de

⁸⁶ Em relação a este período histórico, Foucault, afirma que o que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim terem se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como segredo (2007: 42).

manipulação, abertura e segredo de acordo com circunstâncias sociais e pessoais diversas. Em outras palavras, sair dele não é – de forma alguma – questão de caráter e, muito menos, garantia de liberação. As saídas involuntárias, forçadas ou por chantagem são a prova de que o “assumir-se” pode ter implicações sociais ainda piores do que o ocultamento da homossexualidade.

A grande maioria daqueles e daquelas que se interessam por pessoas do mesmo sexo não têm condições para “sair do armário” e vivem um constante processo de negociação entre as demandas sociais e seus desejos, os quais conseguem – com maior ou menor sucesso – manter em segredo porque se constituem apenas em rompimento da heterossexualidade compulsória. Algo distinto se passa na experiência de meninos que rompem com normas de gênero e se apresentam de forma feminina, especialmente os oriundos das classes populares. Neste sentido vale recordar a afirmação de Foucault de que:

se é verdade que a ‘sexualidade’ é o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa, deve-se reconhecer que esse dispositivo não funciona simetricamente lá e cá, e não produz, portanto os mesmos efeitos. Portanto, é preciso voltar a formulações há muito tempo desacreditadas: deve-se dizer que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classe. Ou, antes, que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classe específicos (2007: 139).

Além desta distinção de classe que favorece a manutenção - e até a imposição – do regime do armário nas classes médias e altas, ao mesmo tempo em que torna mais difícil esta “possibilidade” para aqueles oriundos das classes populares, há uma outra questão: o armário refere-se ao ordenamento social compulsório do binário hetero-homo, enquanto a experiência dos adolescentes com quem convivi não se restringe à homossexualidade. Entre eles, além da experiência comum da vergonha pela descoberta do desejo por pessoas do mesmo sexo, há o desejo de apresentar-se no gênero feminino. Ao

rompimento da norma heterossexual que gera a vergonha, se soma o da ordem de gênero que pode gerar estigma.

A despeito das reflexões acima, há exceções e contextos diferenciados. Uma coisa é certa: enquanto homo-orientados, em geral, vivenciam suas vidas afetivas e sexuais em segredo, o mesmo não se dá no caso daqueles adolescentes que assumem publicamente uma postura feminina. Rodrigo, por exemplo, teve as suas primeiras experimentações, tanto em relação às praticas sexuais, como em relação à *montagem*, na rua onde mora desde criança.

Ao contrário da maioria dos relatos de perseguição, xingamentos e até violência, Rodrigo afirma que “essa rua é um luxo”, porque as vizinhas até comentavam que o “seu andar era de quem tinha cabelo, seu olhar era de quem tinha cabelo”, então ele foi pôr cabelo e gostou. Em relação às suas práticas sexuais, os homens que moram lá, segundo ele, “gostam de aproveitar das novinhas, porque pensam que elas não vão contar. Eu contava! Então, tinha sempre mais um que queria (risos)”. Percebe-se que o fato de se expor de forma feminina o coloca “de fora” do armário, mas o mantém em relação com o armário dos vizinhos com quem se relaciona manipulando a informação a seu favor.

Gabriela, como já foi dito, também tem experienciado suas vivências de travestilidades nas ruas do seu bairro. É na dinâmica da periferia de Campinas que, por ser muito conhecida, não tem a ameaça da violência para inibi-la e, então, consegue “*bofes* de bem que curtem o *babado*”, outros jovens da mesma classe social que aceitam se relacionar sexualmente, mesmo que pontualmente, com meninos efeminados ou travestis.

Ainda que “na vergonha social viemos a conhecer o sentimento moral em que se expressa aquela diminuição do auto-respeito que acompanha de modo típico a tolerância passiva do rebaixamento e da ofensa” (HONNETH, 2003: 259), a experiência de Rodrigo e Gabriela, assim como de outros sujeitos com os quais convivi, mostra que a vergonha nem sempre impede que esses sujeitos conquistem um “estado de graça” (GOFFMAN, 1998), que lhe dá orgulho e que está acima de qualquer medo ou risco. Afinal, “depois de um trabalho de aprendizado de ocultamento, então, o indivíduo pode começar a desaprendê-lo” (Ibidem: 113).

Este momento do processo se dá quando estes adolescentes, ou mesmo, em alguns casos, crianças, encontram outros sujeitos com experiências parecidas, e, de alguma forma, juntos, vivenciam coletivamente aquilo que se tem como vergonha, como “segredo”. Isso ocorre durante as trocas sexuais com outros sujeitos do “mesmo sexo”, ou em um encontro, quase sempre inesperado na boate, na *pista* ou em algum lugar público com uma travesti ou outros rapazes efeminados. E, então, acontece aquilo que é unânime nestas experiências de travestilidades, o aprendizado com o outro sobre como se *montar* e se tornar travesti, ou, em alguns casos, *fazer a linha mulher, fazer a linha trava*⁸⁷.

A partir daqui, os sujeitos engajados em processos de travestilidades começam a nos mostrar relações muito particulares com o regime do “armário”. Considerando que, mesmo *desmontados* não é possível e, aparentemente, não há interesse destes sujeitos em manter a identidade travesti em segredo. Isto não significa que deixam de lidar com o armário porque “assumir-se não acaba a relação de ninguém com o armário, inclusive, de maneira turbulenta, com o armário do outro” (SEDGWICK, 2007: 40). Por exemplo, as relações das travestis com os “homens de verdade”.

Vagner conta que em uma festa “hetero” na casa de uma amiga, ficou com um “menino lindo”. O menino disse aos amigos ter descoberto que Vagner não era mulher somente depois de terem mantido relações sexuais. Então, ele disse para as amigas de Vagner que iria “acabar” com ele. Vagner me contou que não havia possibilidade do “menino lindo” não saber que ele não era mulher, afinal “não tem como transar comigo e não ver que sou um homem, mesmo que não toque e não veja o meu pau. Eu não tenho peito, não tenho bunda de mulher”. Diante da ameaça, Vagner disse às amigas que se o menino “batesse” nele, ele iria contar para todo o mundo, até para quem não estava na festa, que tinham transando⁸⁸. Então, o menino desistiu de agredi-lo. Por isso,

⁸⁷ “Trava” tem sido usado em diferentes contextos para se referir às travestis. Ora aparece de forma carinhosa, como um termo êmico; ora surge como uma ofensa, no sentido pejorativo, usado por “normais” no intuito de desqualificar travestilidades.

⁸⁸ Esta situação foi a única em que percebi o desejo de uma das informantes em utilizar daquilo que Kulick chamou de uso político do escândalo, e que já apresentei neste texto. Assim, ainda

o armário é um lugar contraditório ou impossível, pois ninguém pode estar completamente nele nem se beneficiar da decisão de deixá-lo. Não é possível saber até que ponto a pessoa alcançou sucesso em passar por um dos heteros, mesmo que esses a tratem como “se fosse” um deles, pois eles é que podem estar enganando o “enrustido” e fingindo acreditar em suas “mentiras”. Sair desta situação contraditória também não é uma escolha feita sob controle de quem “se assume”, pois a decisão sempre será encarada como prematura ou tardia pelos outros (MISKOLCI, 2007a: 61).

Esta relação tensa entre as travestis e seus parceiros “no armário” explicita e reforça a permanência da observação de outros pesquisadores (KULICK, 2008; MACRAE, 2005) de que as travestis se veem como os únicos homossexuais realmente assumidos no Brasil, o que, ao menos contextualmente, as coloca em uma condição de superioridade diante dos homens gays ou bissexuais que não são visivelmente percebidos como homossexuais. Ainda, como descreve Macrae a respeito das relações entre travestis e homossexuais,

a maioria dos homossexuais parece nutrir profundo desprezo e antipatia pelos travestis, por considerarem que estes simplesmente alimentam os preconceitos dos heterossexuais que acreditam que todo homem homossexual deseja, no fundo, virar mulher (2005: 306).

Esta tensão entre travestis ou efeminados e homo-orientados “discretos” também foi analisada por Hélio Silva, segundo o qual, o “homossexual de auto-representação masculina” se ocupa em pensar na travesti e a vê como “inconseqüente palhaço a erodir a respeitabilidade do mundo homossexual” (1993: 122).

Porém, a sensação de superioridade e desprezo das travestis com relação aos parceiros “no armário” parece ter mudado nesta nova geração. Travestis jovens *montadas* com aplicações de silicone e hormonioterapia têm convivido, inclusive, com *desmontadas* sem este sentimento diferenciador, mesmo com as *Drags*, que muitas vezes são alvo de críticas das mais velhas

que se procure “ser respeitável”, ainda há momentos em que pode surgir o “bafão” clássico das experiências travestis diante de alguma ameaça ou desrespeito.

como aquelas que “não tem coragem de assumir-se travesti”. Aqueles adolescentes ou jovens mais efeminados que, sem aplicar silicone e sem tomar hormônio, se *montam* e veem-se como travestis também são acolhidos entre os gays mais jovens⁸⁹.

Assim como entre as travestis da geração anterior, ainda prevalecem as críticas depreciativas àquelas que não se apresentam “como mulher 24 horas por dia”, parte das minhas entrevistadas não são aceitas por elas como travestis. Uma travesti, com pouco mais de trinta anos, ao saber desta pesquisa e de uma de minhas entrevistadas em campo, logo me repreendeu: “Não acredito que aquela bicha se acha travesti! Ela não é travesti nem aqui e nem na China”.

Portanto, entre as travestis adolescentes parece ter se alargando seu espectro de sociabilidade entre homo-orientados *montados* e *desmontados* sem que, via a travestilidade, sejam diferenciados como mais ou menos assumidos, mais ou menos hierarquizados entre si, mais ou menos corajosos em relação ao “armário”. Com isso, é possível afirmar que, se a lógica do “armário” prevalece entre aqueles jovens que mantém relacionamentos afetivo-sexuais com estas adolescentes e têm se apresentado como homens “heteros”, por outro lado, passou a adentrar como possibilidade para aquelas que circulam desmontadas em certos contextos e locais, se não para esconder sua homossexualidade, pelo menos para não revelar suas investidas na *montagem*. Situação paradoxal em que o desmontar-se as insere, mesmo que apenas às vezes, em um tipo de armário que gerações anteriores de travestis viam como algo vexatório e característico das drags.

Neste “armário travesti”, trata-se menos de esconder a homossexualidade, como no caso dos clientes e parceiros enrustidos, e mais de ocultar estrategicamente a travestilidade. Assim, esta espécie de armário criado pela *montagem estratégica* não tem como binário primordial o binário

⁸⁹ Se diminuiu a rivalidade entre travestis e gays (assim como outros homo-orientados), aumentou a tensão entre elas e as transexuais, pois as últimas – com uma visão mais medicalizada e psicologizada sobre a própria sexualidade – temem serem confundidas com as “travas”. Uma transexual, por exemplo, relatou que é constantemente discriminada por outras transexuais por manter amizade com travestis. Algumas transexuais têm um jeito particular de se referirem em Campinas às travestis e desqualificá-las. Elas as tratam como “os gafanhotos”, por, segundo o que pude compreender em campo, “elas estarem sempre em bando e destruir tudo por onde passam”.

hetero-homo, antes o do masculino-feminino. Ao invés de um armário centrado na sexualidade, este se pauta pelo gênero⁹⁰.

3.3 – Encobrimento e exposição a serviço das lógicas de normalização

Michel Misse critica a afirmação de Goffman de que “os símbolos de estigma caracterizam-se por estarem continuamente expostos à percepção” (GOFFMAN, 1988: 712), e, por meio de seu clássico estudo sobre o estigma do passivo sexual, analisou o discurso cotidiano de gírias e palavrões⁹¹, provando que nem tudo o que estigmatiza é visível e posto à percepção.

Segundo Misse, Goffman infere que a manipulação do estigma se dá, de algum modo, a nível consciente, tanto para os “normais”, como para os “estigmatizados”:

parece que Goffman constrói o conceito de “estigma” não propriamente sobre a existência de um atributo desacreditador, de um preconceito ou estereótipo dominante, mas sobre diversas modalidades de relações sociais cujos atores, conscientemente, manipulam estes atributos, mostram-no ou escondem-no em suas diversas manifestações. Dessa forma, o estigma aparece não propriamente na linguagem de atributos, mas na linguagem de relações em que tais atributos são manipulados (1981: 44).

⁹⁰ Este “armário travesti” exige reflexão mais aprofundada e relacional com o já conhecido “armário gay”, pois se tratam de regimes de controle social e manipulação individual de normas sexuais e de gênero que não existem de forma estanque. Por enquanto, a reflexão aqui apresentada permanece esquemática e preliminar. Apenas estudos posteriores e mais aprofundados poderão explorar em filigrana as especificidades e também as similaridades entre estes regimes. Agradeço meu orientador pelas discussões que resultaram nestas descobertas preliminares sobre as relações entre *montagem estratégica* e um “armário travesti” centrado no binário de gênero.

⁹¹ Segundo Misse, o símbolo de estigma do passivo sexual “está na linguagem que sai da zona, dos becos e esquinas do baixo-mundo e se espalha finalmente nos apartamentos e mansões de classe média alta e da burguesia cosmopolita, e nela se repete ritualmente, assinalando, por de trás das sábias metáforas de um primeiro gigolô a violência simbólica de que se referem, a referência amarga que fazem, a marca defeituosa que precisam apontar e cuja portadora *natural* é a mulher. Do mesmo modo, símbolos da ‘normalidade’, ou antes, ‘símbolos de prestígio’ aparecem paralelamente, demarcando o lugar originário e sadio cuja malversação natural constitui-se na sua ausência do corpo feminino, cuja função potencial implica a submissão definitiva de quem não a tem [...] A dialética dessas figuras está coroada pela *necessidade natural*, razão pela qual não devem aparecer tão contraditórias, mas suavemente complementares. A complementaridade suplanta e afoga a contradição, e o que é estigma se torna Belo, Desejável, Atraente, e o que não é estigma, torna-se Forte, Esperto e, se não Feio, não necessariamente Bonito” (1988: 47-48).

Misse considera que esta manipulação da “informação social” “não é inteiramente consciente aos atos que o veiculam na linguagem, nem manipulável por eles” (Ibidem: 33). Afinal, para ele, há “determinações da estrutura ideológica” agindo sobre os sujeitos que os fazem menos conscientes em sua manipulação. Assim, ainda que eu trate aqui do encobrimento e da exposição do estigma presente nas *montagens* e *desmontagens*, reafirmo que “o símbolo do estigma não é tão consciente, nem tão manipulável” (Ibidem: 41).

Mas ainda que a problematização de Misse contribuía para a análise de que não há um voluntarismo racional que predomine na escolha do gênero, ou mesmo das identidades, esta questão não se justifica por uma via estrutural de compressão das sociedades. Em relação às *montagens* e *desmontagens*, *estratégicas* ou não, é possível haver uma manipulação destes atributos de estigma, mesmo que não dotada de racionalidade, muitas vezes motivada por desejos e fugas libidinais. Parte desta manipulação confirma normalidades, outras apresentam experiências de encontros fora da normalidade esperada.

A afirmação acima se faz possível pelo entendimento do estigma neste estudo mais como uma linguagem de relações do que um atributo depreciativo em si. Compreendo um estigma como um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo (GOFFMAN, 1988: 17), relação esta que deve ser contextualizada e localizada historicamente. Em outras palavras, “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (Ibidem: 13). A *montagem* pode ser pensada nesse sentido, em contextos nos quais legitimam normas e em outros nos quais as enfrentam.

A *montagem* nas ruas do bairro Bosque, por exemplo, tem enfrentado valores e normas de gênero e, inclusive, são expostas a diversas formas de violência, além de olhares e ações bastante controladoras, como é o caso da tentativa de se criar “regras de convivência” que incluíam, entre outras coisas, formas mais “positivas e respeitadas” de se *montar*, vindas de algumas travestis profissionais do sexo e outras com experiências no movimento social.

A *montagem estratégica*, por outro lado, contribui para este processo de normalização, considerando que *se monta* e *se desmonta* conforme a tolerância e a aceitabilidade para as travestilidades em espaços diversos. Ela tende a contribuir, em muitas situações, para se manter as normas de gênero ou pouco enfrentá-las, quando, por exemplo, responde às expectativas heteronormativas sobre comportamentos e valores femininos e masculinos, que possibilitam encontros entre “heteros” e *montadas* dentro dos parâmetros da sexualidade tida como hegemônica.

Assim, um exemplo de normalidade, confirmada pelos atributos que estigmatizam, é a heterossexualidade - ela se fixa como central, a partir do periférico. Em outras palavras, Os sujeitos “não normais” são alocados nas margens em relação ao hegemônico, e por possuírem um estigma, segundo Goffman, não são entendidos como completamente humanos. “Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos as suas chances de vida” (1988: 15). Portanto,

as normas que nos permitem ser reconhecidos como humanos são articuladas socialmente e com variações. E, em certas ocasiões, as mesmas normas que conferem a qualidade de “humano” a certos indivíduos são aquelas que privam os outros da possibilidade de conseguir o mesmo status, produzindo assim um diferencial entre os “humanos” e os “menos humanos” (BUTLER, 2006: 14).

Nesse sentido, Judith Butler afirma, ainda, que as imagens corporais que não se encaixam em nenhum dos gêneros tidos como em oposição, masculino e feminino, ficam fora do humano, a rigor, constituem o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece (2003: 162). Para esta autora, as normas e os processos que diferenciam humanos de não humanos “têm conseqüências de largo alcance sobre a nossa concepção do modelo de humano com direitos e do humano que se inclui na esfera da participação da deliberação política” (Ibidem, 2006: 14).

Dessa forma, olhar para as experiências de travestis na adolescência em uma perspectiva queer me possibilita uma aproximação a uma crítica que denuncia as lógicas normativas dos processos de construção dos normais.

Afinal, as experiências queer tendem a adotar a etiqueta da perversidade e fazer uso dela para destacar a “norma” daquilo que é “normal”, seja heterossexual ou homossexual (GAMSON, 2002: 151).

É a partir desta postura queer, que Warner critica o movimento gay americano, crítica esta que também pode ser estendida para parte do movimento social LGBT brasileiro e para muitos da nova geração de travestis com que tive contato. A crítica se fundamenta na percepção do autor de que a identidade homossexual tem sido distinguida de atos sexuais não normativos e sua vergonha, através de ações que tendem a valorizar o orgulho e eliminar a vexação (2000: 31).

Segundo Warner, o desvio sexual já foi mais uma questão de vergonha do que de estigma, afinal a sodomia era um ato pecaminoso como a fornicação, não um sinal identitário em si, estava, portanto, no nível da escolha. Porém, no mundo moderno, quando os moralistas começaram a se concentrar, não somente nos atos sexuais, mas também no “tipo de pessoa”, o ato sexual transformou-se em sexualidade. De lá para cá, a condição vergonhosa de se escolher fazer algo, que estava no nível da conduta, passou para uma realidade de estigma, no nível do status, da identidade como destino (fez parte deste processo a patologização da homossexualidade). Assim, o ato vergonhoso da sodomia veio a ser somente um sinal, entre outros, da identidade homossexual estigmatizada (Ibidem: 28). Esse processo facilitou mais tarde que os sujeitos agrupados nesta categoria estigmatizante abraçassem a identidade gay e lésbica, mas rejeitassem as práticas sexuais não convencionais (Ibidem: 33).

Portanto, assim como foi apontado anteriormente em relação a Sedgwick, e a Kulick & Klein (2003), este autor declara que o caminho político para aqueles que vivenciam experiências de sexualidade subalterna não é ir contra o efeito do estigma e da vergonha (WARNER, 2000: 38), mas usá-lo enquanto fator político. Uma das exemplificações possíveis a esse respeito é a análise sobre dignidade que Warner apresenta. Segundo ele, a cultura queer, diferente da que é em parte reproduzida por gays e lésbicas, propõe pensarmos “dignidade na vergonha”, contra a idéia da dignidade fundamentada em julgamentos sobre sexo, que aloca a dignidade apenas para casados,

heterossexuais, que fazem sexo restrito ao espaço privado e com amor (Ibidem: 36).

Nesta perspectiva, a *montagem estratégica* também pode ser vista como uma forma de se manipular os efeitos da vergonha e do estigma ligados às práticas sexuais, afinal, os sujeitos correspondem a uma lógica parecida com a do “armário”, *desmontando-se* e abandonando temporariamente a identidade travesti, permitindo a passagem de uma condição estigmatizante, para a de, no máximo, vergonhosa, enquanto meninos discretos, mesmo efeminados, que fazem sexo com meninos. Afinal, parece ser mais comum aos que se assumem gays serem aceitos enquanto “normais”, do mesmo modo como os heterossexuais, do que as que se identificam como travestis.

Em outras palavras, compreender como nossa sociedade recusa e persegue os processos de travestilidades permite proceder a um desnudamento do desejo (MISKOLCI & PELÚCIO, 2008), ou seja, deslocar o olhar das chamadas culturas sexuais para focar as estruturas maiores de controle e disciplinarização, em suma, nas normas e convenções. O desnudamento do desejo buscaria:

Em suma, revelar como a ordem heteronormativa costuma ser cruel com os/as ‘insubmissos/as’, assim como denunciar que o controle exercido sobre aqueles e aquelas que escapam à heteronormatividade atinge a todos, inclusive os ditos ‘normais’ (Ibidem: 05).

O foco nas normas e convenções permite analisar também enfrentamentos normativos postos pela *montagem estratégica*. Por exemplo, quando estes adolescentes, mesmo com um discurso abolicionista em relação à prostituição, vão *montados* a espaços de militância não LGBT, mas que buscam garantir os direitos a crianças e adolescentes, provocam mal estar em muitos profissionais e ativistas conservadores em relação à temática da sexualidade e do gênero.

Ainda que de forma pontual, nestes espaços os sujeitos *montados* não se conformam a uma estética “normal” para se fazerem sujeitos de direitos. Pelo contrário, eles têm afirmado que os “normais” são iguais a eles, e não parte do inverso, se equiparando aos “normais”. Um exemplo disso foi a fala de

Rodrigo durante um seminário no qual ele representava os adolescentes abrigados. Quando foi apontado que o sexo no abrigo onde ele estava só existia porque ele tinha sido acolhido naquela instituição e vinha de experiências de travestilidade, ele logo retrucou: “o sexo já rolava lá antes de eu chegar. Eles são iguais a mim e vocês, não resistem a ficar trancado sem sexo”.

Segundo Ochoa este “tipo de igualdade” onde os “normais” equivalem aos “rechaçados socialmente”, e não o inverso, contribui para que aqueles que não são desvalorizados se manchem e se sujeem, sendo vistos assim também de forma menos humana segundo os parâmetros normativos estabelecidos. Em outras palavras, a autora aponta para a postura queer de os tidos como “não normais” não afirmarem “eu sou igual a você”, mas, pelo contrário, não se conformar a uma estética “normal” e declararem “você é igual a mim” (2004: 246).

Assim, pensar sobre os encobrimentos e as exposições que estão a serviços das lógicas de normalização não é necessariamente alocar um “ser” ou “não ser” em um espaço conservador ou provocativo diante dos “normais”, nem mesmo classificar categorias e conceitos de forma binária e unilateral como queer ou não queer. Por exemplo, o próprio emprego do conceito analítico “travestilidade” pode ser usado como um maquiador da categoria êmica e estigmatizada “travesti”. Afinal, não é possível controlar o seu uso futuro, seja pelas próprias informantes ou outros sujeitos interessados, caso queiram minimizar a vexação destes processos de construção do feminino, assumindo-o como categoria identitária em vez da própria categoria travesti.

3.4 – “Por que um menino se tornar travesti?” Críticas a uma pergunta que não se deve fazer

Durante o trabalho de campo, ao descobrirem o meu tema de pesquisa, algumas pessoas questionavam sobre o motivo que levava os meninos a se tornarem travestis. Sobre os “não normais”, sempre recaem indagações a respeito de sua origem e as possíveis justificativas para a sua existência. O mesmo não ocorre com os “normais”, tidos como existindo “naturalmente”, o que legitima seu status de “humanidade”. Mesmo porque,

uma resposta possível a estas indagações, provavelmente, serviria para justificar intervenções sociais na tentativa de acabar com tais experiências identitárias.

Então, ao invés de responder a esta pergunta, procuro problematizar a experiência das travestilidades a partir daquilo que descobri em campo. Kulick pensa em um núcleo duro da subjetividade travesti segundo a configuração brasileira de sexo e gênero, justificando a sua origem a partir das relações sexuais “passivas” com homens. Segundo ele, no Brasil,

o critério determinante para identificar homens e mulheres não é tanto a genitália em si, mas o papel que a genitália desempenha no intercurso sexual. Aqui, o lócus da diferença de gênero é o ato da penetração. Se a pessoa ‘só’ penetra, é homem. Se a pessoa é penetrada, é diferente de homem – e aí pode ser um ‘viado’ ou uma mulher (2008: 236).

O esforço de Kulick é válido e necessário por apontar que “o status de gênero dos indivíduos de sexo masculino não é um dado; ele precisa ser construído por meio de desejos apropriados, e estes se manifestam por meio de práticas apropriadas” (Ibidem: 140). O autor afirma que a mais importante destas práticas é o comportamento sexual. Não é a toa que a sexualização ainda seja um fator fundamental dos processos de travestilidades, visto o peso das referências da prostituição para as experiências identitárias das travestis, mesmo daquelas que não se prostituem.

Deste modo, Kulick não está errado em sua percepção da configuração brasileira de sexo e gênero, no entanto, esta percepção não pode ser tomada como única fundamentação para uma explicação da existência de travestis, pelo menos a partir do caso de Campinas, afinal,

o que talvez tenha realmente marcado a singularidade brasileira seja menos a ênfase na oposição ativo/passivo ou em outros binarismos hierárquicos e mais a recusa em operar com dualismos e identidades essencializadas, incomensuráveis e intransitivas (CARRARA & SIMÕES, 2007: 95)

Assim, ao contrário da centralidade do sexo no desejo por construir uma identidade travesti, como observado por Kulick, a partir de seu campo em Salvador na década de 1990, algumas informantes desta pesquisa assumiram

sentir desejo pela *montagem* antes mesmo da primeira relação sexual, como é o caso de Daniele e Rafaela. Além disso, Daniele disse ter tido a sua primeira relação sexual na *pista*, já como travesti, isto é, segundo ela, tomando hormônios e vestindo roupas femininas o dia todo. Seu relato também indica que sua primeira vez não foi fazendo o papel passivo na relação sexual. Já Rafaela teve experiências com roupas e acessórios femininos desde os seus cinco anos de idade, segundo informações dadas em sua entrevista, tendo a primeira relação sexual alguns anos depois.

A despeito dos sujeitos com os quais eu convivi afirmarem não terem sido sexualmente ativos em suas primeiras relações sexuais com homens e tampouco preferido esta prática sexual em suas relações mais frequentes, não é possível afirmar que sejam, exclusivamente, atraídos por homens. Rodrigo e Gabriela, por exemplo, contaram ter “ficado” com meninas. Ainda que estes sujeitos tenham demonstrado maior atração por homens, os momentos em que “ficaram”⁹² com meninas foram em contextos em que eles “sentiram vontade”.

Evitando a cilada de buscar uma resposta sobre o motivo pelo qual os meninos se tornam travestis, é preciso deixar de lado a intenção de encontrar neles um modelo subjetivo comum e fixo. Até mesmo, porque a multiplicidade e contingencialidade das experiências desses sujeitos lhes confere biografias diversas, inúmeros referenciais identitários e diferentes interesses na manipulação dos estigmas. O que também pode-se pode afirmar para todos os sujeitos, e não apenas com relação às travestis.

Segundo Vencato, referindo-se aos sujeitos travestis, transexuais e *drags*, “é com a construção plural e não estática do corpo, da identidade e do gênero que essas pessoas brincam todo o tempo. Faz parte do universo *trans* permanecer em mudança. E nunca se sabe realmente onde elas estão” (2003: 212-213). Silva, em relação às travestis, afirma o mesmo, sobre a sua “transcondição”: “não se trataria de uma incompatibilidade entre uma biologia específica e uma particular personalidade (materializada no truísmo ‘alma de mulher em corpo de homem’), mas de uma tendência ao próprio trans, à condição trans” (1993: 91)⁹³.

⁹² *Ficar*, aqui, corresponde a beijos, carinhos e raramente a relações sexuais penetrativas.

⁹³ Esta transcondição, que alarga as possibilidades destes sujeitos de se auto definirem, pelo menos na realidade de campo desta pesquisa, não fez com que nenhum dos entrevistados se

Assim, mais do que responder à pergunta “Por que um menino se torna travesti?”, talvez possam ser feitas outras questões como “Quais os fatores que contribuíram para que este menino (não todos os outros) se engajasse a processos de travestilidades?” ou “Quais os fatores que contribuíram para que este menino (não todos os outros) deixasse de se dedicar a processos de travestilidades?”. Por exemplo, quais as razões por trás da dedicação de Daniele à construção de uma identidade de *européia* e o que conecta este ideal ao seu histórico como brasileira, negra, pobre que foi abandonada pela mãe? Rodrigo e Vivian têm diminuído a intensidade na dedicação na *montagem* para que, como aprenderam nas instituições por onde passaram, conquistem um emprego digno de homem? Podemos pensar que Vagner, em busca do seu *glamour*, optou por se compreender drag e não travesti, desse modo, vinculando sua imagem apenas aos palcos e não à *pista*? São estes tipos de questões, forjadas na realidade e nos interesses dos sujeitos com os quais convivi e não a partir de um olhar normativo externo, que estudos futuros poderiam vir a explorar.

Na direção destes questionamentos, esta investigação deparou-se com outras perguntas, como: A *montagem estratégica* se justifica na experiência de Gabriela por ela ter aprendido em uma ONG que é seu direito e dever estar vinculada a espaços de direitos dos adolescentes (família, escola, espaços públicos, unidades de saúde), sem deixar de viver o que lhe dá prazer e tem vontade? A permanência de Rafaela no mercado do sexo se justifica pelo fato de que ele a oferece benefícios que o movimento social e as ONGs ainda não oferecem, como dinheiro e “passar-se por mulher”? Podemos pensar que Rodrigo engajou-se na travestilidade mais como um processo de experimentação da sua feminilidade valorizada na sua rua onde mora, do que um desejo de ser como as mulheres e andar como elas em todos os dias e espaços públicos?

referisse ao termo cross dresser, nem mesmo para se contrapor a ele. Cross dresser, segundo Leite Júnior, é a “grosso modo, a pessoa que gosta de se vestir com roupas do sexo dito oposto ao seu sexo biológico, independente de sua orientação sexual e que, comumente, não realiza mudanças definitivas no corpo como o implante de próteses para os seios - eventualmente fazendo uso de hormônios - e se contentando, na maioria das vezes, com uma ‘montagem’ restrita a algumas horas por dia/semana ou a períodos mais significativos da vida” (2008: 123-124). Assim, mesmo que em algum momento a *montagem* destes sujeitos possa remeter-se a definição de cross dresser, ela ainda parece ser desconhecida dos informantes desta pesquisa.

Com estes questionamentos sugiro que a subjetividade, assim como Butler (2003) caracterizou o gênero, pode ser compreendida não como estável ou um locus de ação no qual decorrem vários atos. Em vez disso, como o gênero, a subjetividade pode ser encarada como uma temporalidade social constituída. Em outras palavras, para além das generalizações que possam estruturar as subjetividades travestis, há uma constante negociação de sentidos e de interesses identitários em suas experiências. Negociações estas que respondem provisoriamente às necessidades e experiências contextuais e históricas destes sujeitos que, neste caso, são bastante jovens e vivem em uma cidade dinâmica como Campinas.

3.5 Rupturas e Permanências (a título de conclusão)

A multiplicidade das experiências travestis reconstituída e analisada nesta pesquisa possibilitou a problematização de suas identidades como experiências contextuais e históricas. Esta realidade justifica os questionamentos e as dúvidas destes próprios sujeitos a respeito do que se é, ou, principalmente, de gerações anteriores sobre o que se passa em nossos dias, conforme atesta o diálogo que reproduzi no início deste estudo.

Nesta perspectiva, a categoria travestilidade revela-se frágil para abarcar estas experiências, assim como a de travesti, quando usada para enquadrá-las de forma político-identitária. Esta limitação das categorias já havia sido notada, de início, nos estudos que essencializam a identidade travesti, tomando-a como dada e buscando coerência histórica linear nas análises de sua existência⁹⁴.

A investigação aqui apresentada buscou fugir a preconceções socialmente arraigadas sobre a adolescência como período etário em que “naturalmente” predominariam as mudanças e as dúvidas, a ousadia nas decisões ou uma rebeldia particular. Ao contrário, buscou demonstrar que as experiências adolescentes fora das normas sexuais e de gênero podem ser analisadas sob uma perspectiva crítica, sociológica e histórica. Em outras palavras, mais do que apontar contradições próprias daquilo que temos

⁹⁴ Sou grato ao Professor Júlio Assis Simões por me ajudar a refletir de forma mais crítica sobre os limites da noção de travestilidades.

comumente chamado de adolescência, é necessário compreendermos que estas múltiplas experiências corporais confusas no binarismo de gênero e o peso do descumprimento das normas, das disciplinas e dos controles de uma sociedade que é hierarquizada pelo que temos de sexual, estão postos para todos os sujeitos, independentemente de suas idades, e por isso atingem a sociedade contemporânea como um todo.

Evidentemente, há especificidades históricas e culturais que permitem aos adolescentes viverem experiências de uma maneira que outros não viverão, mas não há nada capaz de ser visto como essencial quando tratamos de sexualidade, gênero e subjetividade. A *montagem* e a *desmontagem* do feminino destes sujeitos nos dizem muito sobre o que rege a nossa sociabilidade, mas podem não ser originárias das mesmas regras e valores sociais. A estratégia de saber, ou procurar saber, onde se pode ir *montada* ou *desmontada*, sem “perder a identidade travesti”, mas ganhando outras, como a de gay e a de *drag*, mostra o potencial de resistência (assim como, às vezes, de controle) que o desejo aciona nestes sujeitos, transformando-os de acordo com as circunstâncias.

A presença, entre esta nova geração de travestis, de algumas que não estão ligadas exclusivamente à *pista* indica uma mudança nos referenciais que estes adolescentes encontram em nossos dias em contraste com o repertório mais restrito do de gerações anteriores. Entre outros fatores, isto revela que o aprendizado de “como se tornar travesti” e as possibilidades de concretizar a *montagem* têm ocupado, ainda que timidamente, outros espaços sociais, como os do movimento social LGBT, boates GLS e serviços públicos de saúde. Nestes espaços, agregam-se novas características, referências e valores às experiências de travestilidade que tendem a transformá-las. Dentre estas novidades, destaca-se a flexibilização do ideal êmico de “estar como mulher 24 horas por dia”, o qual tem perdido força entre as mais jovens.

A expansão das experiências para além da *pista* também tende a gerar transformações na gramática sexual desses sujeitos e até mesmo nos ideais de parceiros amorosos e sexuais. Ainda que o “homem de verdade”, o jovem másculo e viril, tenha seu valor aos olhos das travestis adolescentes com as quais convivi, também observei algumas, em determinados momentos,

interessam-se por jovens que se declaram gays, ou mesmo, esporadicamente, também por mulheres.

Apesar das novas referências, é inegável que a *pista*, ou seja, o mercado do sexo ainda é a principal referência para as travestis adolescentes, mesmo para aquelas que não se prostituem. Disto emerge a questão: por que as referências de feminilidades presentes nas relações familiares e na escola não sobressaem nos processos de travestilidades quando comparadas às referências de feminilidade relacionadas à sexualização via prostituição? Uma resposta provisória e parcial parece ser a de que apenas no mercado do sexo a norma heterossexual e, principalmente, a transgressão das normas de gênero encontram espaço e aceitação.

Na família e na escola se impõe a heteronormatividade, a obrigação de seguir uma relação causal e linear que leva do sexo biológico (genital) ao gênero e daí às práticas sexuais. Mesmo que circunstancialmente aceita ou tolerada, a atração por alguém do mesmo sexo, a adoção do gênero “oposto” e, especialmente, sua incorporação, costumam ser perseguidas. Daí a atração da *pista*, onde a homossexualidade associada à transgressão de gênero encontra espaço para florescer e ser admirada. Isto não implica inferir que o mercado do sexo se trata de um “paraíso”, mas é claramente onde a cultura travesti se desenvolveu plenamente com os contornos que hoje conhecemos.

Outra característica que revela certa continuidade no ser travesti ao longo dos últimos anos é o fato das travestis adolescentes com as quais convivi perseguirem, como a geração anterior, uma condição de feminilidade que as faça “passar por mulher”. Os processos de construção do feminino, mesmo com tecnologias empregadas de formas diferentes de outrora, como a diminuição das aplicações de silicone líquido e a maior adesão às próteses de silicone, assim como aqueles que não fazem uso de hormônios femininos para se tornar travesti, ainda legitimam uma feminilidade vista como “natural”, reproduzindo assim normas e padrões de gênero já reconhecidos e classificados hierarquicamente em seu meio.

A criação deste já conhecido “feminino travesti” revela-se uma intersecção em que o gênero é apenas o principal meio para “superar” ou transmutar outras categorias como a negritude e a origem socioeconômica. O ideal de beleza travesti segue o padrão hegemônico disseminado pela mídia,

portanto, é branco, rico e sexualizado. Seja na escolha do sobrenome de uma drag famosa, seja no cuidado com a maquiagem e as fotos que se postam no Orkut de uma européia, é perceptível que a construção do feminino equivale também a um branqueamento e a uma busca de ascensão social por meios estético-comportamentais.

O enfoque neste processo de *montagem* e *desmontagem* também revelou o quanto os espaços de sociabilidade de diferentes jovens têm permitido, via desejo, um trânsito de *montadas* e *desmontadas* que as fazem deslizar na escala de violência que travestis têm enfrentado socialmente. A manipulação do estigma de forma estratégica ou tática parece ser uma característica marcante desta geração que busca maior aceitabilidade e respeito, o que, talvez, substituía, ao menos em parte, as estratégias cotidianas de escândalo que marcaram as gerações anteriores, nas quais muitas travestis eram destituídas até mesmo da aspiração ao respeito social.

É perceptível também que o agenciamento desejante destes sujeitos, via *montagem* sem hormonioterapia e silicone líquido, tende a criar corpos plásticos mais afeitos aos interesses biopolíticos do presente do que os corpos transformados das travestis de gerações passadas. Afinal, *monta-se* e *desmonta-se*, não da forma como querem, mas fazendo frente a demandas e normas sociais. Em outras palavras, o agenciamento desejante destes sujeitos parece colocar seus corpos abertos a interesses hegemônicos. Assim, estas experiências são um misto de resistência e inserção em códigos valorizados de sexualidade, gênero e desejo.

Estas maneiras de vivenciar identidades sexuais de forma fluída, transitória e reversível colocam em questão a capacidade do conceito de travestilidade abarcá-las sem as reduzir a um tipo já existente e cujas mudanças aqui apresentadas sugerem transformar-se em algo diverso, mesmo que ainda não consolidado (se é que um dia virá a ser). O cenário cambiante das culturas sexuais de nossos dias insinua que as experiências que esta pesquisa buscou reconstituir e analisar deverão marcar, por algum tempo, a vida dos adolescentes, mas, como quaisquer outros processos identitários, estão restritas aos limites de um contexto social e histórico específico.

Por fim, as identificações são menos escolhas conscientes do que posicionamentos contextuais em que se articulam os interesses de cada um

diante de normas e convenções sociais. No caso dos adolescentes com quem convivi, identifiquei este posicionamento como resultado do modo como, guiados por seu desejo, encontram formas de lidar com a vergonha da homossexualidade e o estigma de romper padrões de gênero. Assim, o que identifiquei inicialmente como novas travestilidades parece não constituir novas configurações de uma identidade já conhecida, a travesti, e coloca em xeque o próprio vocabulário existente para denominá-la.

Sem a pretensão científicista, ou politicamente engajada, de dar um nome ou criar uma nova categoria sexual ou política que abarque estas experiências do “fazer a linha”, prefiro sublinhar seu caráter indefinido e propositalmente transitório. É possível entender estas formas fluídas e estratégicas de lidar com as identidades como maneiras provisórias de driblar as imposições das normas que humanizam/desumanizam para realizar desejos não reconhecidos tampouco aceitos em uma sociedade heterossexista como a brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUSTÍN, Laura Maria. “Cruzafronteras atrevidas: otra visión de las mujeres migrantes”. In: MIRANDA, María Jesús. *Mujeres extranjeras en prisión*, ed. Madrid: Universidad Complutense. 2005. Disponível em http://www.choike.org/documentos/agustin_cruzafronteras2005.pdf

BECKER, Daniel. *O que é adolescência*. (Coleção Primeiros Passos, 78). São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986.

BENTO, Berenice Alves de Melo. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENEDETTI, Marcos R. *Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado), 2000.

BERLANT, Laurent & WARNER, Michael. *Sexo em Público*. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) *Sexualidades Transgressoras*. Barcelona, Içaria, 2002. p. 229-257.

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. “Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica”. In: BIANCO, Feldman Bela. LEITE, Míriam L. Moreira. (Orgs). *Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais*. Campinas (SP): Papirus Editora. 1998. pp. 197–212.

BÖER, Alexandre (Org). *Construindo Igualdade – A história da prostituição de travestis em porto Alegre*. Porto Alegre: Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, 2003.

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. *Cadernos Pagu n. 26*. Campinas (SP), Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, pp.329-376.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Deshacer el Género*. Barcelona, Paidós, 2006. pp. 13-34.

CARRAEA, Sérgio & SIMÕES, Júlio. “Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira” In: In: Dossiê Sexualidades Disparatadas. *Cadernos Pagu*. n. 28. Campinas (SP), Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007. pp. 65-99.

CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. *Cadernos Pagu*, nº 28, Campinas (SP), Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007. pp. 375-405.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. "Subvertendo o conceito de adolescência" In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, vol. 57, n. 1, 2005. pp. 2-11. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/arbp/v57n1/v57n1a02.pdf>

CORSO, Carla: "Desde dentro: los clientes vistos por una prostituta". In: OSBORNE, Raquel (ed) *Trabajador@s del sexo*, edicions bellaterra, Barcelona, 2004.

DALMOLIN; Bernardete Maria; LOPES, Stella Maris Brum & VASCONSELLOS, Maria da Penha Costa. "A construção metodológica do campo: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação". In: *Revista Saúde e Sociedade* vol.11. n.2. São Paulo. Aug./Dec. 2002 pp. 19-34. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902002000200003&script=sci_arttext&lng=es

DAVES, Mike. "Fortaleza LA". In: *Cidade de Quartzo – escavando o futuro de Los Angeles*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993

DAVIDSON, Julia. & TAYLOR, Jackeline S. "Infância, turismo sexual e violência: retórica e realidade" In: *Tráfico de pessoas e violência sexual*. (Orgs.) LEAL, Maria L. P. LEAL, Maria de Fátima P. LIBÓRIO, Renata M. C. Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes – VIOLES/SER/Universidade de Brasília. Brasília, 2007. pp. 119 - 136.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. pp 11-48; 209-216.

_____ & PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998. pp. 91-119.

_____ . & GUATARRI, Félix. *O Anti-Édipo – Capitalismo e Esquizofrenia*. Lisboa – Portugal: Assírio & Alvim, 1996. pp. 7-52.

_____ . & GUATARRI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*, vol. 3 Rio de Janeiro: Editora 34, 1996a. pp. 83-115.

DORNELLES, Jonatas. "Antropologia e Internet: quando o 'campo' é a cidade e o computador é a 'rede'". *Horizonte antropológico*. [online]. vol.10, n.21, Jan./June 2004. pp. 241-271. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000100011&lng=en&nrm=iso. ISSN 0104-7183.

DUQUE, Tiago. *Montadas para toda a vida? O uso do silicone líquido na construção da identidade travesti*. Campinas: Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Trabalho de Conclusão de Curso), 2005.

_____. *"Travesteens": entre as instituições e a pista. Notas de um Educador Social de Rua*. Texto apresentado no 5º Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES); realizado na Universidade Federal de Goiânia/GO, 2007.

_____. *Sexualidade, Gênero e Abjeção: Uma reflexão sobre Direitos Humanos e LGBT no Brasil contemporâneo*. Texto premiado com Menção Honrosa no 4º concurso Construindo a Igualdade de Gênero, realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), Ministério da Educação (MEC) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNFEM). 2008.

ESCOFFIER, Jeffrey. *American Homo: community and perversity*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1998. pp. 173 -185.

ELIAS, Norbert; SCOTSON. John L. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FACCHINI, Regina. FRANÇA, Isadora Lins, VENTURINI, Gustavo. *Sexualidade, cidadania e homofobia : pesquisa 10ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo – 2006*. São Paulo: APOGLBT, 2007. Disponível em: <http://www.paradasp.org.br/modules/mydownloads/singlefile.php?cid=1&lid=21>
Acesso em: 15 de abril de 2007.

FELIPE, Jane. "Afinal, quem é mesmo pedófilo?" In: *Cadernos Pagu*, vol. 26, 2006. pp.201-223.

FERNÁNDEZ, Josefina. 2000. "El Travestismo: ¿Ruptura de las Identidades Sexuales, Reforzamiento de los Procesos de Generización o Identidad Paradójica?" Disponível em: <http://www.cenesex.sld.cu/webs/diversidad/travestismo.htm>

FORTUNATO, Altair José. *Direitos Sociais e Homossexualidade em Campinas (SP): a ONG "Identidade"*. Campinas: Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Trabalho de Conclusão de Curso), 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. *Vigiar e Punir -nascimento da Prisão*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

FRANGELLA, Simone Miziara. "Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua". In: *Cadernos Pagu*, vol. 14, 2000. pp.201-234.

GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. pp. 307-342.

GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icária editorial, 2002. pp. 141-172.

_____. "As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa". In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006. pp. 345-362

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo Cortez, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GREEN, James N. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GRUPO DAVIDA: "Prostitutas, 'traficadas' e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o 'tráfico de seres humanos'". *Cadernos Pagu*. n 25. Campinas (SP), Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2005.

HALBERSTAM, Judith. *In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives*. New York and London, New York University Press, 2005

HALPERIN, David. M. How to do the history of homosexuality. *GLQ: a journal of lesbian and gay studies*. Duke University Press, 2000. pp. 87–124.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. pp. 69-106.

HONNETH, Axel. *Luta por conhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JAGOSE, Annamarie. *Queer Theory – na introduction*. New York, New York University Press, 1996.

JOÃO DO RIO. "A Rua" In: ANTELO, Raul. (Org). João do Rio - *A Alma Encantada das ruas. Coleção retratos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 45-84.

JÚNIOR, Jorge. "Nossos corpos também mudam": *Sexo, Gênero e Invenção das categorias "Travesti" e "Transexual" no discurso científico*. São Paulo:

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Tese de Doutorado), 2008.

_____. *Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia "bizarra" como entretenimento*. São Paulo: Annablume, 2006.

KRONKA, Graziela Zanin. "Corpo, Desejo e Poder: Identidade e subjetividade no discurso (homo) erótico". In: *Homossexualidade, sociedade, movimento e lutas*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.10, n.18, 2003. pp. 151-179.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

_____. & KLEIN, Charles. "Scandalous Acts: the politics of shame among Brazilian travesti prostitutes". En Barbara Hobson: *The Struggle for Recognition*. Ofranford, Blackwell. 2003 Disponível em: <http://www.sociology.su.se/cgs/Conference/Klein%20and%20Kulick2001.pdf>

LANDINI, Tatiana Savoia. *Os direitos da Criança e a Exploração Sexual Comercial – avanços e possíveis excessos*. Texto apresentado no Grupo de Trabalho : Juventude: sexualidade, gênero e reprodução, no 30º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu/MG, 2006.

LOYOLA, Andréa M. "A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas". In: HEILBON, Mari L. (org.). *Sexualidade: O olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar: 1999.

LOURO, Guacira L. (Org) "Pedagogias da Sexualidade". In: *O corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp. 7-34.

_____. *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

LOWENKRON, Laura. *Deslocamentos históricos no emaranhado da 'violência sexual' e seus atores: a emergência da pedofilia*. Texto apresentado no Grupo de Trabalho Sexualidade, corpo e gênero: erotismo, interseccionalidades e políticas sexuais, no 32º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu/MG, 2008.

MACRAE, Edward. "Em defesa do gueto". In: *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. (Orgs.) GREEN, James & TRINDADE, Ronaldo. São Paulo: Editora UNESP, 2005. pp. 291-308.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFRGS, 2009. N21. P.150-182.

_____. *O Armário Ampliado - Notas sobre sociabili*

dade homoerótica na era da internet. Artigo apresentado na Mesa “Estudos Queer, políticas identitárias e cenários futuros” do Seminário “Das Margens aos Centros: Sexualidades, Gêneros e Direitos Humanos”, UFG, setembro de 2008a. [será publicado na revista Gênero, UFF, 2009]

_____. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. In: Dossiê Sexualidades Disparatadas. n. 28. *Cadernos Pagu*. Campinas (SP): Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007. pp. 101-128.

_____. Comentário [sobre A Epistemologia do Armário de Eve K. Sedgwick]. In: Dossiê Sexualidades Disparatadas. *Cadernos Pagu*. Campinas (SP): Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007. pp.101-128

_____. “Do Desvio às Diferenças”. In: *Teoria & Pesquisa*. Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. São Carlos, Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2005. pp.9-42

_____ & PELÚCIO, Larissa. “Como o desejo se torna político – reflexões sobre desvio, estigma e abjeção”. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*. n.1, 2009. pp. 125-157. Disponível em www.sexualidadsaludysociedad.org

_____ & PELÚCIO, Larissa. “Aquele não mais obscuro negócio do desejo”. In: Perlongher, Néstor. *O Negócio do Michê: Prostituição Viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Editora Perseu Abramo, 2008.

_____ & PELÚCIO, Larissa. “Fora do Sujeito e Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis”. In: *Gênero*. Niterói: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero-UFF, 2006. P.255-267

MISSE, Michel. *O estigma do passivo sexual – um símbolo de estigma no discurso cotidiano*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.

NETO, Otávio Cruz. “O trabalho de campo como descoberta e criação” In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. pp. 51-66.

OCHOA, Marcia. “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’”. En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 239-256. Disponível em <http://www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro2/Ochoa.pdf>.

_____. *Pasarelas Y Perolones: Mediaciones Transformistas em la Av. Libertador de caracas*. Palestra ministrada no Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, UNICAMP, em 05 de novembro de 2008.

PARKER, Richard & ANGLENTON, Peter. 2001. *Estigma, Discriminação e Aids. Col. Abia – Cidadania e Diretos, nº 1*. Rio de Janeiro. Abia. Disponível em: <http://www.soropositivo.org/abia/estigma/3.htm>.

PARKER, Richard G. *Abaixo do Equador – Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro, Record: 2002.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. Tese de Doutorado. São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

_____ & MISKOLCI, Richard. *A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes*. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, v. 1, p. 104-124, 2009.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Sexo e subversão: tecnologias sexopolíticas e corpos queer*. Texto apresentado no Grupo de Trabalho Sexualidade, Corpo e Gênero, no 32º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu/MG, 2008.

PERES, Wilian Siqueira. *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. Rio de Janeiro: Programa de Pós- Graduação em saúde coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (Dissertação de Doutorado) 2005.

PERLONGHER, Néstor. "Territórios Marginais". In GREEN, James & TRINDADE, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e Outros Escritos*. São Paulo. Editora Unesp, 2005. pp. 263-290.

_____. *O negócio do michê – Prostituição Viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O Que é Aids*. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

PINO, Nádia Perez. "A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos". In: Dossiê Sexualidades Disparatadas. *Cadernos Pagu*. n.28. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007. pp.149-173.

PISCITELLI, Adriana: *Antropologia, direitos humanos e o debate sobre a indústria transnacional do sexo*, texto apresentado na 25º reunião da ABA. 2006.

PRECIADO, Beatriz. *Basura y género. Mear/cagar. Masculino/feminino*. 2006. Disponível em: http://www.eutsi.org/kea/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=46. Acesso em: 20 de set. 2008.

RACE, Kane. "Engaging in a Culture of Barebacking: Gay Men and the Risk of H.I.V. Prevention." in *Gendered Risks*, edited by K. Hannah-Moffat and P. O'Malley. London: Glasshouse Press. 2007.

REIS, Alberto Olavo Advincula & ZIONI, Fabiola. "O lugar do feminino na construção do conceito de adolescência". In: *Revista de Saúde Pública*, São Paulo (SP), vol. 27, n. 6, 1993. pp. 472-477. Disponível em http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101993000600010

RIMOLI, Josely. *Direito à Delicadeza – Crianças e Adolescentes livres da Exploração Sexual*. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP (Tese de Doutorado), 2005.

RUBIN, Gayle. "Pensando sobre Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade". In: *Cadernos Pagu*, n. 21. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2003. pp. 01-88.

SCOTT, Joan Wallach. "A Invisibilidade da Experiência". In: *Projeto História*. São Paulo, 1998, p.297-325.

_____. Prefácio a "Gender and politics of history". *Cadernos Pagu*, n. 03. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 1994. pp. 11-27.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. In: Dossiê Sexualidades Disparatadas. *Cadernos pagu*. n. 28. Campinas (SP): Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007.

SEIDMAN, Steven. "Introduction". In: *Queer theory/ Sociology*. Cambridge, MA, Blackwell, 1996. pp. 1-25.

SEVCENKO, N. "A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque". In: *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. pp. 45-84.

SILVA, Hélio R. S. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1993.

SIMÕES, Júlio A. & FRANÇA Isadora L. "Do gueto ao mercado". In: *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. (Orgs.) GREEN, James & TRINDADE, Ronaldo. São Paulo: Editora UNESP, 2005. pp. 309-336.

SONTAG, Susan. *Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

STRAUSS, Anselm L. *Espelhos e Mascaras*. São Paulo: Edusp, 1999. pp.11-70.

TREVISAN, João S. 2004. *Devassos no Paraíso – A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro e São Paulo. Record.

VANGRELINO, Ana Cristina dos Santos & OLIVEIRA, Maria Waldenez de. "Na rua também se aprende: processos e espaços de formação do educador social

de rua”. In: *Comunicações – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP*. Piracicaba (SP), UNIMEP, ano 14, n. 1, 2007, pp. 116-128.

VENCATO, Anna P. “Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros”. In: *Homossexualidade, sociedade, movimento e lutas*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.10, n.18, 2003, pp. 151-179.

WACQUANT, Loïc. 2002. *Corpo e Alma Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

WARNER, Michael. *The trouble with normal. Sex, politics, and the ethics of queer life*. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 1999.

WEEKS, Jeffrey. “O corpo e a sexualidade.” In: LOURO, Guacira L. (Org). *O corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp. 36-82.

Documentos

_____. Programa Nacional de DST e aids. *Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis*. Brasília, 2008.

BRASÍLIA. Of. 211/08-GGSTO/DIDBB/ANVISA. Assunto: *Moção de Repúdio da IV Conferência Municipal LGTTB de Campinas*. 14 de novembro de 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *Debate público - travestis no Bosque*. Presidido pela vereadora Delegada Terezinha. Transcrição de T. F. BACCHI COMUNICAÇÕES. 11/12/2003.

CAMPINAS/SP. Comissão permanente de direitos da criança e do adolescente da Câmara Municipal. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 2003.

_____. Câmara Municipal. *Moção nº. 93/03, de 19 de novembro de 2003*. Requer providência das Polícias Civil e Militar em Campinas para a retirada de travestis da região do Bosque dos Jequitibás.

_____. IV Conferência LGTTB de Campinas. *Moção de Repúdio – ANVISA*. Aprovada em 30 de março de 2008.

_____. Prefeitura Municipal. Portaria nº 06, de 19 de novembro de 2004. *Implanta o Protocolo Paidéia para Redução de Danos no Uso do Silicone Industrial e Hormonioterapia na População de Travestis e Transexuais do Município de Campinas*.

_____. Secretaria Municipal de Saúde. *Caderno temático – protocolo para redução de danos no uso de silicone industrial e hormonioterapia na população de travestis e transexuais do município de Campinas*. 2006.

CASA GUADALUPANA. Relatório Final – Programa de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes 2006 – 2007. Campinas/SP. 2008.

CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – CECRIA. Relatório Final – Brasil: Exploração Sexual Comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe. Brasília, 1999.

CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENÇÃO AOS MAOS TRATOS NA INFÂNCIA – CRAMI. Relatório Final – Projeto/Programa Rotas Recriadas/Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual Comercial de Criança e Adolescentes 2005 – 2006. Campinas/SP. 2006.

CLASIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE TRANSTORNOS MENTAIS E DE COMPORTAMENTO DA CIASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS – CID 10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnosticas. Coord. Organização Mundial de Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

Matérias jornalísticas

ANDRADE, Ana Lúcia. “Evento reúne travestis em Salvador”. In: *Athos g/s (site)*. Salvador, 10 de setembro de 2005. Acessado em: 25 de Janeiro de 2008. Disponível em: http://www.athosgls.com.br/noticias_visualiza.php?contcod=16091

AZEVEDO, Patrícia. “Conselho propõe ‘fechar’ Bosque contra travestis”. *Correio Popular*, Campinas/SP, p. 4, 29 de jun. 2004.

_____. & SILVA, Carla. “Travestis denunciam ‘escravidão sexual’”. *Correio Popular*, Campinas/SP, p. 3, 06 de mai. 2004.

_____. “‘Travesteens’ na área”. *Correio Popular*, Campinas/SP, p. 3, 06 de mai. 2004a.

BRÍGIDO, Carolina; KRACKOVICS, Fernanda & LIMA, Marina. “Câmara cancela exposição com foto de Rogéria seminua”. In: *O Globo*, Brasília/DF, 07 de novembro. 2007. Disponível online: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/11/07/327077841.asp>

DIÁRIO POPULAR. “Travesti muda para marginal da Fepasa”. In: *Diário Popular*. Campinas/SP, 3, 03 de julho. 1997.

DIÁRIO DO POVO. “Travestis acham local do Bichódramo Ho-ro-ro-so!”. In: *Diário do Povo*. Campinas/SP, capa, 04 de julho. 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO “Grupo Discute local para travesti atuar”. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo/SP, s/p, 24 de maio. 1997.

FILHO, Manuel Alves. “Fepasa se fecha para evitar travestis”. In: *Diário do Povo*. Campinas/SP, capa, 04 de julho. 1997.

LEITE, Adriana. SILVA, Carla. “Travesti de 16 anos é assassinado no Bosque”. *Correio Popular*. Campinas/SP, p.3, 03 de maio. 2004.

NETO, Carlos Alciati. “Babel divide espaço em praça central”. In: *Correio Popular*. Campinas/SP, p. A4, 03 de agosto. 2008.

NOTÍCIAS JÁ. “PM é preso acusado de matar traveco”. In: *Notícias Já*. Campinas/SP, p.8, 20 de março. 2008.

PEREIRA, Carlos Lemes. “Ativistas fazem mistério sobre zona franca de travestis”. In: *Diário do Povo*. Campinas/SP, 5, 24 de maio. 1997.

PILONI, Débora & PEREIRA, Carlos Lemes. “Liga do pará recua e gays roubam a cena”. In: *Diário do Povo*. Campinas/SP, p. 6, 5 de dezembro. 1997.

REI, Gilson. “*Internet* denuncia clientela da prostituição”. *Correio Popular*. Campinas/SP, p.4, 22 de nov. 2003.

SILVA, Carla. “Protesto com apito agita a noite no Bosque”. *Correio Popular*. Campinas, SP, p. 4, 05 de dez. 2003.

TRASFERETTI, José Antônio. “A homofobia que Mata”. In: *Correio Popular*. Campinas, s/p, 15 de maio. 1997.

VERZIGNASSE, Rogério. “Gays acionam moradores do Largo do Pará”. In: *Correio Popular*. Campinas/SP, 5, 02 de dezembro. 1997.

ZEZA, Amaral. “A Gaylanida”. In: *Diário do Povo*. Campinas/SP, 5, 04 de julho. 1997.

BLOG e SITES

<http://programadstaidscampinas.blogspot.com/>

www.campinas.sp.gov.br

www.cpopular.com.br

www.e-jovem.com.br

www.espacogls.com.br

www.folha.uol.com.br

www.identidade.org.br

www.orkut.com.br

www.sistemas.aids.gov.br

www.tvuol.com.br

ANEXO

Adolescentes da pesquisa

Nome	Idades contextuais			Cor da pele (auto atribuída)	Religião	Família/ Moradia	Instituições ONGs ou OGs	Natural de...	Universo online	Parceiros sexuais	Experiência no Mercado do sexo	Escolaridade	Montagem
	Primeiro contato	Início da Pesquisa (março de 2007)	Término da pesquisa (março de 2009)										
Rafaela	15 anos	16 anos	18 anos	“Branquinha. Morena, mas quero virar loira. Já cansei de ser morena.”	Católica, de família católica.	No início da <i>montagem</i> morou com outras travestis, depois se manteve na casa da mãe e irmão. Pais separados.	Participou de vários projetos de ONGs (direitos das crianças e adolesc.), OGs e Movimento Social LGBT. Foi acessada por projeto de prevenção às DST/aids do Identidade.	Campinas (SP)	Blog e E-mail.	Somente Homens. Mesmo no mercado sexual não tem clientes mulheres.	Pista (Bairro Bosque e posteriorme nte em Paulínia, cidade próxima a Campinas). Atualmente anúncios em jornais. Blog.	Ensino fundamental incompleto. Cursou até a 6ª série. Cursou supletivo, mas não concluiu.	Hormônios, silicone na bunda e nome social. Usa roupas femininas cotidianame nte
Daniele	16 anos	17 anos	19 anos	“morena, mulata né? É preta”	Católica, mas na infância teve experiência na Umbanda. Hoje sua família é toda católica.	Foi expulsa de casa pela mãe. Manteve-se com <i>cafetinas</i> até ir morar na Espanha	Acessou serviços de OGs e foi a atividades de movimento social LGBTs	Campinas (SP)	E-mail, site, orkut.	Somente Homens. Mesmo no mercado sexual não tem clientes mulheres.	Pista (Bairro Bosque, Posto Três Vias e em um bairro periférico em Sumaré, cidade próxima a Campinas). Em casas na Espanha	Ensino Fundamental completo. Cursou até o 1º do do Ensino Médio.	Hormônios, silicone na bunda e na perna. Com próteses de silicone no peito. Usa roupas femininas cotidianame nte

Giselle (Finada)	16 anos	19 anos (assassinada em 09 de fevereiro de 2008).			De família evangélica	Morava com amigas, mas mantinha vínculos com a família	Foi acessada por projeto de prevenção às DST/aids do Identidade	Campinas (SP)		Possuía clientes homens	Pista (Bairro Bosque) e por anúncio em Jornal		Hormônios e silicone líquido na bunda e peitos. Usa roupas femininas cotidianamente
Rodrigo	16 anos	18 anos	19 anos	"Moreno dourado, jambo".	Cristão, Católico.	Já morou com outras travestis e em instituição, com a mãe (não conviveu com o pai), mantêm-se morando com a avó.	Foi acessada por projeto de prevenção às DST/aids do Identidade. Foi abrigado.	Campinas (SP)	Não possui contatos on-line.	Homens preferencialmente. Mas, às vezes, "curte mulher".	Pista (Praça Carlos Gomes) e em Hortolândia, uma cidade próxima a Campinas) antes de ser "abrigado".	Ensino médio incompleto.	Não faz uso de hormônios, não aplicou silicone, se monta pra shows e sair com amigos. Às vezes em busca de parceiros sexuais.
Gabriela	17 anos	17 anos	18 anos	"Branca"	Cristã, católica	. Mantinha contatos com a família. Morava com amigas.	Participou de vários projetos de ONGs (direitos das crianças e adolesc.), OGs e Movimento Social LGBT	Campinas (SP)	Orkut (2), e-mail.	Homens preferencialmente. Mas, às vezes, "curte mulher".	Não possui experiência no mercado do sexo.	Ensino Médio Completo	Aplicou silicone, pelo menos, nos peitos.

Vagner	17 anos	17 anos	18 anos	"Negra não! Morena queimada de sol"	Cristão, católico.	Mora com pai, avós e tios.	Participou de vários projetos de ONGs (direitos das crianças e adolesc.), OGs e Movimentos Sociais LGBTs	Paranaíba (MS)	Orkut (3), e-mail.	Homens	Relatou apenas uma situação em que se propôs a fazer sexo comercial. Não atua no mercado do sexo.	Está cursando o 3º ano do Ensino Médio.	Não faz uso de hormônios, não aplicou silicone, se monta pra shows e sair com amigos. Às vezes em busca de parceiros sexuais.
Vivian	16 anos	18 anos	19 anos	moreno	"Cristão", família de origem evangélica.	Morou na casa da avó, com tios e a mãe até o início da adolescência. Depois morou com <i>cafetina</i> e em instituição. No final da pesquisa mantem-se morando com amigos.	Foi acessada por projeto de prevenção às DST/aids do Identidade. Foi abrigado.	Campinas (SP)	Orkut e e-mail.	Homens	Desde o início da adolescência a esteve ligado a práticas sexuais comerciais, aos 16 anos morou com <i>cafetina</i> (bairro Bosque)	Ensino Fundamental completo. Cursou até o 2º ano do Ensino Médio.	Na adolescência tomou hormônios e chegou a usar roupas femininas cotidianamente durante os meses que viveu com <i>cafetina</i> .